

ROBINSON JORGE PAULITSCH

**RURALIDADE E POTENCIALIDADES DE
DESENVOLVIMENTO LOCAL EM SÃO GABRIEL DO
OESTE - MS**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE, MS
2002**

ROBINSON JORGE PAULITSCH

**RURALIDADE E POTENCIALIDADES DE
DESENVOLVIMENTO LOCAL EM SÃO GABRIEL DO
OESTE - MS**

Dissertação de Mestrado apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local à Banca Examinadora, sob orientação do Prof. Dr. Vicente Fideles de Ávila.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE, MS
2002**

BANCA EXAMINADORA

Orientador – Prof. Dr. Vicente Fideles de Ávila

Reginaldo Brito da Costa

Enoque Gomes Cavalcante

AGRADECIMENTOS

Às pessoas que tiveram uma participação efetiva e significativa na caminhada que empreendi desde quando tive conhecimento da possibilidade de realização do Mestrado em Desenvolvimento Local até esta etapa que conclui o processo e que culmina com a apresentação da dissertação à banca examinadora:

Ao Professor Mestre José Resina Fernandes Jr. pela orientação inicial e estímulo constante durante todo o período de estudos.

Ao Professor Mestre Maucyr Gibbin pelo apoio incansável e solidário, só encontrado em grandes e verdadeiras amizades, durante toda a realização da pesquisa em campo em São Gabriel do Oeste.

Ao Professor Doutor Vicente Fideles de Ávila, meu orientador, maiêutico, rígido, exigente, perfeccionista, cujo exemplo e influência foram fundamentais para o significativo crescimento profissional e pessoal que, tenho plena convicção, pude experimentar neste curto período de convivência e trabalho árduo, mas gratificante e entusiasmador.

O meu carinho e agradecimento todo especial dedico a minha esposa Lucia e aos meus filhos André, Carolina, Alexandre e Guilherme que, certamente, foram fundamentais e grandes incentivadores para que eu prosseguisse nesta caminhada e não me desanimasse em nenhum momento.

RESUMO

O objetivo da pesquisa foi o de estudar as manifestações, explícitas ou implícitas, de potencialidades básicas para o desenvolvimento, de caráter endógeno, na dimensão comunitário-local do setor rural do município de São Gabriel do Oeste, Mato Grosso do Sul. A identificação e análise de potencialidades básicas para o irrompimento do desenvolvimento comunitário local, em São Gabriel do Oeste, tratada no âmbito do Desenvolvimento Local, teve como linha mestra, além do núcleo conceitual do Desenvolvimento Local, os aspectos referenciais de formação educacional em Desenvolvimento Local. A metodologia adotada para realização deste trabalho foi embasada na pesquisa descritivo-qualitativa, utilizando as técnicas de entrevista semi-estruturada e de observação. O trabalho foi dividido em Introdução, cinco capítulos intermediários: 1 - Referenciais Metodológicos e Conceituais, 2 - O Meio Rural Contemporâneo, 3 - Aspectos Pluridimensionais do Município de São Gabriel do Oeste, 4 - A Comunidade de São Gabriel do Oeste Face ao seu Processo de Desenvolvimento Local, 5 - Potencialidades Relevantes; Conclusão do pesquisador sobre o trabalho desenvolvido em São Gabriel do Oeste, Bibliografia, na qual constam as referências citadas e utilizadas diretamente na pesquisa, e os Anexos (A, B e C). As potencialidades detectadas foram separadas em dois grandes grupos: explícitas e implícitas. Explícita considerou-se como sendo aquela potencialidade verbalizada pelos entrevistados, ou escrita pelos participantes da oficina municipal, além da realizada por intermédio da consulta Delfos. Implícita, a que pode ser percebida tanto na fala dos entrevistados como pela observação do pesquisador. As potencialidades detectadas referem-se tanto ao viés do desenvolvimento rural como ao caráter geral do referencial teórico do Desenvolvimento Local.

Palavras-chave: núcleo conceitual, formação educacional, desenvolvimento rural, desenvolvimento local.

ABSTRACT

The aim of this research was to study the manifestations, implicit or explicit, of basic potentialities for endogenous development, at the local-community level in the rural sector of the municipality of São Gabriel d' Oeste, in the state of Mato Grosso do Sul, Brazil. The identification and analysis of the basic potentialities for the starting of local community development in São Gabriel d'Oeste, dealt with in the realm of Local Development, had as guideline, besides the conceptual core of Local Development, the referential aspects of educational upbringing within Local Development. The methodology adopted for this research work was based on a descriptive-qualitative research, which employs semi-structured interview and observation techniques. The work was distributed over an Introduction, five intermediate chapters: 1 – Methodological and Conceptual References, 2 – Contemporary Rural Environment, 3 – Multidimensional aspects of the municipality of São Gabriel d'Oeste, 4 – The Municipality of São Gabriel d'Oeste in view of its local development process, 5 – Relevant Potentialities; Conclusion by the researcher about the work carried out in São Gabriel d'Oeste; Bibliography, in which the references cited and used directly in the research have been listed, and the Attachés (A, B and C). The raised potentialities were split in two large groups: explicit and implicit. Explicit are those articulated verbally by the interviewee, or written down by the participants in the town workshop, besides the one achieved through consultation to Delfos. Implicit are those that raised both in the speech of the interviewees as well as in the observations taken down by the researcher. The potentialities pinpointed in this study regard both the path of rural development and the general character of the theoretical references found in Local Development.

Key-words: conceptual core, educational upbringing, rural development, local development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIG. 1 - Evolução das rendas do trabalho principal das pessoas ocupadas no meio rural brasileiro, segundo o ramo de atividade: Brasil (1992/98).....	65
FIG. 2 - Evolução das pessoas ocupadas e residentes no meio rural, segundo o ramo de atividade: Brasil, (1981/1998).	66
FIG. 3 – Localização geográfica do município de São Gabriel do Oeste.	78
TABELA 1 - Número, composição das rendas familiar e per capita das famílias extensas residentes no meio rural. Brasil, 1998 (R\$ set. 1998).....	67
TABELA 2 - Organização social, em seus diversos aspectos, em São Gabriel do Oeste, MS.	86

LISTA DE SIGLAS

AEASGO	Associação dos Engenheiros-Agrônomos de São Gabriel do Oeste
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
APEC	Associação Econômica Ásia-Pacífico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEAF	Conselho Estadual de Agricultura Familiar
CEDRS	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CMDR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOASGO	Cooperativa Agropecuária de São Gabriel do Oeste
COOPERCENTRAL	Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda.
COREDES	Conselho Regional de Desenvolvimento
CREA	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
CRMV	Conselho Regional de Medicina Veterinária
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EMATER	Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMPAER	Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul
ESALQ	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
FAMASUL	Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FCO	Fundo Constitucional do Centro Oeste

(Continua)

(Continuação)

FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FUNGAB	Fundação Cultural de São Gabriel do Oeste
FUNJU	Filantrópica União pela Juventude São Gabrielense
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (substituído pela OMC)
GEAK	Grupo espírita Alan Kardeck
IAGRO	Departamento de Inspeção e Defesa Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços
IICA	Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura
IPLAN	Instituto de Estudos e Planejamento de Mato Grosso do Sul
LEADER	Red Europea de Acciones para el Desarrollo Económico Rural
MAA	Ministério da Agricultura e do Abastecimento
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MOVA	Movimento de Alfabetização de Adultos
MS	Mato Grosso do Sul
NAFTA	Acordo de Livre Comércio da América do Norte
OECD	Organização para Economia, Cooperação e Desenvolvimento
OIT	Organização Internacional de Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PAF	Programa de Agricultura Familiar
PETI	Programa de Erradicação do trabalho Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
PMDR	Programa Municipal de Desenvolvimento Rural
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPDR	Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional
PRD	Plano Regional de Desenvolvimento
PROCODER	Programa Cooperativo de Desarrollo Rural para los Países del Area Sur

(Continua)

(Continuação)

PRODER	Programa de Emprego e Renda
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONEX	Programa de Núcleos de Excelência
RS	Rio Grande do Sul
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – administração Central
SENAR-AR/MS	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Mato Grosso do Sul
SIM	Serviço de Inspeção Municipal
SUS	Sistema Único de Saúde
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICAMP	Universidade de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 - REFERENCIAIS METODOLÓGICOS E CONCEITUAIS	20
1.1 METODOLÓGICOS.....	20
1.1.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	20
1.1.2 ENCAMINHAMENTO DOCUMENTAL–BIBLIOGRÁFICO DA PESQUI- SA	25
1.1.3 PROCEDIMENTOS DE CAMPO	27
1.2 CONCEITUAIS	32
1.2.1 QUE É CONCEITO	32
1.2.2 CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO	33
1.2.3 CONCEITO DE LOCAL	42
1.2.4 DESENVOLVIMENTO LOCAL	48
1.2.5 CARACTERÍSTICAS INERENTES AO PROCESSO DE DESENVOLVI- MENTO LOCAL	50
CAPÍTULO 2 - O MEIO RURAL CONTEMPORÂNEO.....	54
CAPÍTULO 3 – ASPECTOS PLURIDIMENSIONAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO GA- BRIEL DO OESTE	76
3.1 CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE	76
3.2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE.....	79
3.3 ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO	83
3.4 FATORES ENDÓGENOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	88
CAPÍTULO 4 – A COMUNIDADE DE SÃO GABRIEL DO OESTE FACE AO SEU PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	90
4.1 ENTREVISTAS	90
4.2 RELATO DA OFICINA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE - PLANO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO NORTE DO MS	108
4.3 RESULTADOS DA CONSULTA "DELFO" (QUESTIONÁRIOS) - PLANO RE- GIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO NORTE DO MS	109
4.4 APRESENTAÇÃO DOS DESTAQUES DAS ENTREVISTAS, DOS RESULTA- DOS DA OFICINA MUNICIPAL E DA CONSULTA "DELFO"	110
CAPÍTULO 5 – POTENCIALIDADES RELEVANTES.....	113
5.1 POTENCIALIDADES EXPLÍCITAS	113
5.2 POTENCIALIDADES IMPLÍCITAS.....	119
5.3 POTENCIALIDADES E TEORIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	124

CONCLUSÃO.....	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131
ANEXOS.....	136
ANEXO A - Carta da Terra - UNESCO	137
ANEXO B - Instituições atuantes em prol do desenvolvimento rural nas diversas regiões do Brasil	147
ANEXO C - Instituições que atuam em desenvolvimento local em diversos países	149

INTRODUÇÃO

A agricultura, entendida em seu sentido amplo, que envolve todas as atividades de produção vegetal e animal, tem importância fundamental para a produção de riquezas, a sobrevivência e o **desenvolvimento do homem e da sociedade**. Essa realidade foi muito bem expressa por Benjamin Franklin, quando afirmou que: “Se as cidades forem destruídas e os campos preservados, as cidades ressurgirão, mas se os campos forem destruídos e as cidades preservadas, estas sucumbirão”.

Em palestra proferida no 3º Encontro de Dirigentes Sindicais e Líderes Rurais, realizado na sede da Federação da Agricultura de Mato Grosso do Sul (FAMASUL)/Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Mato Grosso do Sul (SENAR-AR/MS), o Prof. Fernando Curi Peres (informação verbal)¹, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) da Universidade de São Paulo (USP), fez uma análise sobre as razões históricas dos problemas enfrentados pelo setor rural contemporâneo, responsável pela produção agrícola brasileira, para o seu desenvolvimento. Iniciou afirmando que o setor rural, na época do governo de Getúlio Vargas, teve seus recursos drenados para financiar a urbanização e industrialização do Brasil. Essa transferência de recursos do meio rural para o urbano foi viabilizada, basicamente, pela taxa das exportações do setor primário, pela taxa de câmbio supervalorizada e pelo tabelamento dos produtos agrícolas. Os recursos obtidos dessas diversas formas eram repassados ao setor industrial e urbano com juros subsidiados, em uma época de altas taxas inflacionárias. Também o capital humano foi deslocado, do meio rural para o urbano, pelas políticas previdenciárias e educacionais, que beneficiaram somente a parte urbana da população. Tudo isso e a necessidade de se desenvolverem valores anti-rurais para justificar a extração dos recursos do setor rural e a sua posterior transferência, ao setor urbano e industrial, criaram um problema adicional cujos reflexos negativos são sentidos até hoje, que é a baixa auto-estima da população rural.

¹ Palestra proferida em 19 de julho de 2001.

Atualmente, a agricultura também enfrenta outro problema, a globalização, que é um processo que abrange a produção industrial, a agricultura (considerada no seu sentido amplo, que inclui toda a produção agrossilvopastoril), o desenvolvimento tecnológico, o turismo, as atividades financeiras, comerciais e culturais.

Os centros de decisão de empresas e instituições, neste mundo globalizado, contando com os recursos tecnológicos e baixo custo das telecomunicações, independem de sua localização geográfica para exercer influência e atuar de forma eficiente e eficaz em qualquer parte do mundo onde tenham interesses.

As áreas físicas de produção podem se localizar em qualquer parte do mundo. Onde houver mais vantagens competitivas para os fabricantes, em termos de custos totais mais baixos, este certamente se tornará o local preferido das empresas globalizadas. Do mesmo modo que essas empresas se fixam nestes locais, elas o abandonarão assim que as vantagens cessarem e migrarão para outras que ofereçam as melhores condições no momento.

As decisões e acordos sobre o comércio internacional tomadas por organismos multilaterais como o Gatt (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), atualmente substituído pela Organização Mundial do Comércio (OMC), visando à liberalização do comércio mundial de bens e serviços, restringem e enfraquecem a atuação dos Estados nacionais nesses assuntos.

Todos os países envolvidos pelo processo de globalização têm vantagens e desvantagens com ela. O que varia é o volume e a intensidade com que cada uma delas incide sobre determinado país.

A retórica do livre comércio, em seu sentido mais amplo e irrestrito, proveniente dos países dominantes da economia mundial, encontra resistências nas populações de seus próprios territórios quando seus interesses são contrariados. Isto é, a liberdade total de circulação de bens e serviços só é desejada, e aceita, quando trás benefícios irrefutáveis para suas economias. A teoria da livre concorrência e eficiência competitiva parece ser aplicável somente naquelas áreas, bens ou serviços em que eles efetivamente têm superioridade.

Subsídios nos países subdesenvolvidos, ou em desenvolvimento, são recriminados e condenados com veemência pelos denominados desenvolvidos. Entretanto, em seus países, ainda subsistem benefícios e ajudas substanciais nas áreas em que não conseguem ser

competitivos com os países pobres. Isto se dá principalmente nos setores onde se utiliza intensamente o trabalho manual e também nos produtos provenientes da agricultura.

Em todas as regiões do mundo estão se formando blocos econômicos integrados e áreas de livre comércio, tais como: Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), Área Livre de Comércio das Américas (ALCA), União Européia, Fórum Econômico da Ásia e do Pacífico (APEC), Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e outros. Esses blocos se contrapõem à idéia dos que preconizam e trabalham no sentido da integração total das economias dos Estados nacionais.

O processo de globalização é um fato irrefutável e vem ocorrendo de maneira irreversível, trazendo mais vantagens para os países ditos desenvolvidos do que para os considerados pobres ou em desenvolvimento.

Com a nova ordem internacional e a queda paulatina de barreiras comerciais, produtos agropecuários de todas as partes do mundo estão disponíveis, em nosso mercado interno, muitas vezes subsidiados e com preços altamente competitivos. Em vista disso, o produtor rural, frente a essa nova realidade, precisa ser cada vez mais eficiente na administração de seu negócio (produção, compra de insumos, venda de produtos, gestão de um modo geral e outros). A maneira como ele encara a agricultura deve mudar radicalmente e, obrigatoriamente, terá de conduzi-la como empresário rural e de forma sustentável, sob pena de ser alijado do mercado e do processo produtivo.

Algumas pesquisas indicam que a geração de um emprego² na agricultura requer investimentos muito inferiores aos outros setores da economia. Segundo dados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), citado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (2000, p. 8), o custo de geração de postos de trabalho pela agricultura é mais baixo que os outros setores: “enquanto o setor

²SCHLOTFELDT, C.. *O papel da agricultura em uma política de emprego para o Brasil*. Brasília: EMBRATER, 1983: “(...) gerar um emprego urbano custa seis vezes mais caro que fazê-lo no meio rural” (apud FAO, 1999, p. 8).

²ARAÚJO, N.B. de; WEDEKIN, L.; PINAZZA, L.I.. *Complexo agroindustrial: o agribusiness brasileiro*. (S.l.): AGROCERES, 1993. 152p.: “(...) manter uma família na cidade custa ao poder público 22 vezes mais que fazê-lo no campo” (apud FAO, 1999, p. 8).

automobilístico gera 85 vagas, o de construção civil 111 e o comércio 149, o agronegócio³ gera 202 empregos para cada milhão de reais investidos”.

A população dedicada à produção de alimentos está diminuindo, pressionando os outros setores por emprego, ocupação e renda, bem como pelos equipamentos urbanos. Todo aquele que abandona a atividade produtiva de alimentos, passa a ser somente um consumidor dos mesmos, aumentando a demanda e diminuindo ao mesmo tempo a oferta. Isto é especialmente significativo quando se trata de pessoas que desenvolvem suas atividades sob a forma de agricultura familiar⁴ ou como empregados rurais.

Nas atividades desenvolvidas pelo pesquisador no SENAR-AR/MS, pela observação e relatos informais, percebe-se claramente a baixa auto-estima e o desejo dos jovens em abandonar as áreas rurais por falta de perspectivas e pela dificuldade de acesso à educação. O mundo moderno exige que os jovens de hoje tenham um perfil totalmente diferente, para que possam se inserir numa sociedade altamente competitiva, onde o conhecimento proporcionado pela educação é fundamental e condição *sine qua non*⁵. O emprego formal, da maneira como o conhecemos (com “carteira de trabalho assinada”), tende a diminuir cada vez mais e só terão acesso a cada vez mais escassas vagas aqueles profissionais altamente capacitados.

Em Mato Grosso do Sul, o PIB agrícola que representava 47,1% do Produto Interno Bruto (PIB) global em 1980, caiu para 16,5% em 1995 (MATO GROSSO DO SUL, 1999b), trata-se de uma queda altamente significativa, indicando que o setor está exigindo investimentos não só quantitativos, mas sobretudo qualitativos. Segundo dados do censo agropecuário 1995/96, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000a), o número de pessoas ocupadas com o trabalho rural no Estado era de 202.709, o que significa uma redução em torno de 20% com relação ao censo de 1985.

Outra questão de fundamental importância é a necessidade de mudança ou quebra de paradigmas por parte do produtor rural e da população em geral a respeito das atividades

³Segundo Batalha (apud CNPq, 2000, p. 5), o agronegócio “pode ser considerado como o conjunto de atividades que concorrem para a elaboração de produtos agroindustriais desde a produção de insumos (sementes, adubos, máquinas agrícolas, etc.) até a chegada do produto final (queijo, biscoito, massa, etc.) ao consumidor, não estando associado a nenhuma matéria-prima agropecuária ou produto final específico”.

⁴Considera-se agricultura familiar aquela exercida somente pelos membros da família ou que conte no máximo com dois empregados permanentes.

⁵ Expressão latina usada para designar uma condição obrigatória. (MICHAELIS 2000: moderno dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Reader's Digest; São Paulo: Melhoramentos, 2000. p. 1.947. v.2. Edição Exclusiva.

econômicas que são e/ou podem ser desenvolvidas na área rural, de tal modo que consigam desenvolver, gradativamente, uma visão holística do espaço rural, no qual a agricultura seja apenas um dos seus componentes. Enfim, o rural precisa encontrar o caminho e as alternativas para o seu desenvolvimento no mundo atual.

Dentro de uma visão mais holística, o espaço rural precisa ser visto, e isto de fato vem ocorrendo, como destinado e com potencial para, além de abrigar atividades destinadas à produção de alimentos, vestuário, energia, matéria-prima para os outros setores e também servir como local de lazer, moradia, contemplação, repouso, estudo e outros para a população urbana e rural.

Para isso, é de suma importância, talvez até mesmo indispensável, a realização de trabalhos destinados a analisar e determinar as reais potencialidades locais, visando o direcionamento desses recursos no sentido de alavancar e proporcionar condições a fim de que se implemente o desenvolvimento endógeno comunitário-local do setor rural.

Para a realização da pesquisa foi escolhido o município de São Gabriel do Oeste, Mato Grosso do Sul, por sua pujança econômica e por ser oriunda essencialmente do meio rural (as principais atividades econômicas são agropecuárias, principalmente a cultura da soja e do milho, bem como a criação de bovinos e suínos). Fatos estes extremamente familiares ao pesquisador por causa de sua ligação com o setor rural do Estado, em virtude de sua formação profissional, e das atividades desenvolvidas no SENAR-AR/MS. Tendo em vista, inclusive, que o pesquisador iniciou sua vida profissional atuando como engenheiro-agrônomo e prestando assistência técnica aos produtores rurais da região de Rio Verde de Mato Grosso e São Gabriel do Oeste em princípios de 1979. Talvez, por isso, exista uma grande familiaridade e simpatia do pesquisador pelo município a querer conhecer este ainda mais, e com isso tentar contribuir de uma outra forma para o seu desenvolvimento.

Além disso, o grande interesse e o apoio demonstrado pelas autoridades locais, desde quando foi manifestado o interesse em realizar o trabalho de pesquisa em São Gabriel do Oeste, serviram de motivação e contribuíram decisivamente para ratificar a escolha.

Havia também o interesse de outra pesquisadora, participante do grupo de estudos⁶ e também orientanda do Prof. Dr. Vicente Fideles de Ávila, em efetuar sua pesquisa no

⁶ No capítulo 1, item 1.1.2, o leitor encontra mais detalhes sobre o referido grupo.

município, possibilitando a realização de parte do trabalho de campo em conjunto, além de permitir discussões salutareas, contribuindo de forma positiva para a coleta e análise das informações obtidas.

A proximidade de Campo Grande e a perspectiva, na época, de que a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) viesse a instalar um campus no município culminaram por consolidar e oficializar a escolha do município de São Gabriel do Oeste.

A abordagem do tema desenvolvimento rural, tem a ver, especificamente, com o especial interesse sobre o assunto, não somente pela formação acadêmica e experiência profissional dos últimos dez anos do pesquisador, como também, e principalmente, por causa da importância do setor, tendo em vista a sua relevante e fundamental contribuição para o desenvolvimento do país como um todo e a conseqüente qualidade de vida do Homem, em especial o brasileiro.

As maiores dificuldades encontradas foram por causa da formação básica e a universitária, embasadas nos aspectos quantitativos, que dificultavam a visão pelo lado qualitativo, foco principal das ciências ditas sociais cuja área está situada a linha de pesquisa desenvolvida.

Entretanto, todas as dificuldades encontradas no caminho serviram para o crescimento pessoal e profissional do pesquisador, e foram superadas pela satisfação do aprendizado e pelas demonstrações de apoio e colaboração recebidas durante todo o trabalho e por todos os envolvidos no processo.

O problema da pesquisa pode ser expresso pela seguinte pergunta: “Quais são as potencialidades, implícitas ou explícitas, existentes no município de São Gabriel do Oeste, MS, que podem contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento rural, comunitário-local e de caráter endógeno, no contexto da teoria do desenvolvimento local?”

Necessária se faz, em decorrência, a iniciativa de se realizarem trabalhos no sentido de se conhecer detalhadamente o município. A execução de um diagnóstico desse porte não se faz da noite para o dia e exige, além da aplicação de significativos recursos financeiros, pessoal capacitado e interessado em encontrar soluções para tão delicada questão. Inserida nesse contexto, esta pesquisa, mesmo sem a intenção de esgotar o assunto, pretende tornar-se parcela de contribuição, para o trabalho de investigação das potencialidades do município,

com ênfase nas potencialidades para o desenvolvimento comunitário-local endógeno do município, que tem no setor rural a base de sua economia.

A identificação das potencialidades básicas pode contribuir para melhorar o conhecimento a respeito delas e, aliadas o capital social e dinamismos locais, servir para o desenvolvimento das respectivas comunidades-localidades, pois poderá contar com informações que explicitem, orientem e balizem suas potencialidades e recursos, próprios ou oriundos de terceiros (públicos ou da iniciativa privada), de modo geral, no sentido do seu próprio desenvolvimento, com segurança, eficiência e eficácia, bem como de acordo com as peculiaridades que lhes são específicas.

O objetivo da pesquisa foi o de estudar as manifestações, explícitas ou implícitas, de potencialidades do município de São Gabriel do Oeste, para o desenvolvimento do setor rural, considerado como a base para o seu processo de desenvolvimento, de caráter endógeno, na dimensão comunitário-local.

A linha de raciocínio utilizada para desenvolver o assunto, que teve influência decisiva sobre a estrutura do trabalho, foi a de que, primeiramente, era necessário ter bem claro o significado de Desenvolvimento Local, sua conexão com o contexto do meio rural e, após análise do município a partir de fontes secundárias e mediante pesquisa de campo na comunidade, detectar as reais potencialidades para o desenvolvimento rural, base para o desenvolvimento global do município, de caráter endógeno e na dimensão comunitário-loc

O trabalho foi dividido em Introdução onde constaram os esclarecimentos iniciais referentes aos motivos da pesquisa, a razão da escolha do município, o problema da pesquisa e os objetivos. O Capítulo 1 contextualiza o desenvolvimento rural na teoria do Desenvolvimento Local, apresentando dados teóricos sobre o tema desenvolvimento rural e local, a pesquisa teórica e a empírica, bem como a metodologia e a estrutura adotada. O Capítulo 2 faz uma breve análise a respeito do meio rural contemporâneo. No Capítulo 3, encontra-se a caracterização do município, assim como os principais aspectos observados pelo pesquisador, principalmente em relação à organização social. No Capítulo 4, estão a súmula, os destaques das entrevistas e da consulta “Delfos” realizadas com a população de São Gabriel do Oeste. O Capítulo 5 trata das potencialidades do município, tanto implícitas como explícitas, detectadas no transcorrer da pesquisa. A Conclusão enfeixa as considerações finais do pesquisador sobre o trabalho desenvolvido em São Gabriel do Oeste.

CAPÍTULO 1

REFERENCIAIS METODOLÓGICOS E CONCEITUAIS

1.1 METODOLÓGICOS

1.1.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Quando do início do trabalho de pesquisa, pensava-se mais ou menos nos termos em que Ávila (2000c, p. 124) retrata com fidelidade em seu texto: “(...) – Em síntese: estuda-se para trabalhar, trabalha-se para se aposentar e aposenta-se para se frustrar. Eis porque essa trajetória é ao mesmo tempo triste e grotesca.”

Com o decorrer do trabalho da pesquisa, bem como das dúvidas e discussões dela oriundas e a respeito dela, que trouxeram um crescimento interior e profissional, percebeu-se que alguma coisa começou a mudar na forma como ele sempre encarou a própria vida profissional. Novamente, adotou o texto de Ávila (2000c, p. 124), com o qual se passou a concordar:

(...) Pela lógica, tudo isso deveria ser bem diferente: a) estudar para se capacitar: desenvolver mentalidade, adquirir embasamento, projetar teorias de futuro, exercitar-se em análises-sínteses interpretativas, desenvolver habilidades de comunicação de idéias próprias (oralmente, por escrito e artisticamente, conforme o caso), iniciar-se em determinada profissão; b) trabalhar para: produzir, criar, servir, redimensionar, redimensionar-se, contribuir, realizar-se pessoalmente e profissionalmente; aposentar-se para: descansar-se do jugo do trabalho compulsório, sistematizar (analisar, escrever e divulgar), com criatividade, experiências amadurecidas prazerosa ou dolorosamente ao longo de trinta, quarenta ou mais anos de trabalho, não importando se como empregado, patrão, dono da própria iniciativa ou profissional liberal.

As dificuldades e os obstáculos encontrados para a realização da pesquisa, longe de esmorecer o ânimo para concretizá-la, fizeram apenas reforçar a vontade e o prazer de vê-la ganhar forma e conteúdo. Ao mesmo tempo em que exigia que o pesquisador paralelamente se capacitasse em sessões de estudo individual, em grupo (em reuniões com o grupo de

estudos, cuja criação e composição encontram-se mais bem explicados no Capítulo 1, subitem 1.1.2) e com orientação que o fez entender, conforme escreveu em seu livro (ÁVILA, 2000c, p. 127-128), as razões da importância da pesquisa na vida profissional e pessoal:

(...) Primeira razão: a pesquisa é também um tipo de trabalho como outro qualquer. Para qualquer tipo de trabalho, inclusive o da pesquisa, exigem-se do trabalhador:

conhecimento do que se faz;

fundamentação metodológica sobre como se faz;

habilidade exercitada para se fazer bem o que se faz;

disponibilidade para aperfeiçoar sempre o que sempre se faz;

planejamento ou programação mínima do que se deve ou quer fazer;

competência de geração de resultados ou produtos que compensem os esforços e recursos despendidos para se fazer o que se deve ou quer fazer;

efetiva capacidade de transformação de esforços, recursos, ações, iniciativas, criatividade, relacionamento e produtos em realização profissional e pessoal;

(...) segunda razão: a pesquisa como atividade subsidiária ao exercício de qualquer profissão pode contribuir para a realização profissional e pessoal no próprio trabalho e durante a aposentadoria.

A tipologia de estudo adotada para a realização deste trabalho foi a descritivo-qualitativa.

Trata-se de uma pesquisa descritiva tendo em vista que os fatos foram relatados simultaneamente com a sua descoberta ou constatação.

A respeito do tema, Ávila (2000b, p. 91) afirma que a pesquisa descritiva tem como finalidade “descrever sistematicamente os fatos e características de uma dada população ou área de interesse, de maneira real e correta.”

A abordagem qualitativa deste trabalho decorreu da análise dos aspectos subjetivos pelo uso de técnicas interpretativas que permitem descrever e entender os fenômenos, fatos e estruturas, dentro de um processo para conhecer a realidade local.

Para Santos⁷ (apud GARCIA BALLESTEROS, 1998, p. 15), a fenomenologia (...) permite “através das coisas, dos objetos, quer dizer, da configuração geográfica... passar do universal para o particular, sem o risco de uma interpretação empírica, vendo mais adiante da coisa, do objeto, da materialidade do espaço”.

⁷SANTOS, M. Los nuevos mundos de la geografía. In UNIVERSIDAD COMPLUTENS. *Discursos correspondientes a las investiduras de Doctor Honoris Causa*. Madri: Universidade Complutense, 1995.

A pesquisa qualitativa, no entendimento de Garcia Ballesteros (1998, p. 16-24), levando-se em consideração suas principais características que possuem estreita ligação com a fenomenologia, é considerada como:

En líneas generales, y en un sentido amplio la fenomenología quiere entender los echos sociales desde la propia perspectiva de los actores, ya que la realidad que importa es la que las personas perciben como importante. (...) Por lo tanto la fenomenología intenta siempre estudiar los echos desde el punto de vista de los actores sociales, con el fin de aprehender como las personas definen e interpretan su próprio entorno (...).

Em la búsqueda de alternativas se produce el reencuentro com el amplio y heterogêneo conjunto de técnicas que hemos denominado de forma genérica cualitativas y que ya contaban com antecedentes, incluso em nuestra propia disciplina y en el conjunto de las ciências sociales. (...) la mayor parte de los métodos cualitativos son tan antiguos como la historia escrita y así se pueden rastrear los orígenes de métodos de observación y del trabajo de campo en viajeros e historiadores desde Herodoto a Marco Polo. El florecimiento de las ciencias positivas a lo largo de la Edad Moderna, con la afirmación del método científico como el único método válido de conocimiento, hace que caigan en desuso todos los demás métodos. Solo a partir del siglo XIX y principios del XX, se emplean de nuevo técnicas que hoy consideramos cualitativas en la investigación social (...).

En efecto, si tenemos en cuenta que todo análisis de la realidad socioespacial suele tener múltiples propósitos, emplearemos en líneas generales métodos y técnicas cualitativas si queremos investigar las motivaciones de los hechos a estudiar, mientras que recurriremos a los procedimientos cuantitativos para investigar hábitos y aspectos objetivos. Empleamos una metodología cualitativa cuando queremos responder a la pregunta de por qué nuestra relación en y con el espacio es de una determinada manera y por qué no es de outra? (...).

A primeira etapa, a da definição do problema, procura entrar em contato com a situação objeto de estudo e seus parâmetros espaciais, temporais e sociais. Ela não exige precisão absoluta, mas tão somente uma definição clara do problema central.

A delimitação e explicitação do problema da pesquisa só foram possíveis após a realização de uma “pesquisa exploratória”, que, de acordo com Ávila (2000c, p. 100), significa e tem como finalidade:

(...) o próprio termo “exploratório” já dá a idéia do que consiste essa “pesquisa”: procedimento de leitura, consultas, enquetes, etc., prévios e necessários à delimitação de temas, à formulação de hipóteses fundamentadas (com forte probabilidade de serem demonstradas), à seleção de recursos e instrumentos para os procedimentos demonstrativos de hipóteses e assim por diante. Nos meios acadêmicos, em que a maioria das pesquisas não envolve riscos e compromisso maiores (ou seja, são apenas “exploratórias”), chega a ser admitido que uma hipótese pode ou não ser comprovada. Mas em circunstâncias em que os riscos, os custos e os compromissos são elevados, por vezes vitais, não se elabora hipótese com apenas 50% de chance de demonstração confirmativa; requer-se em condições normais, mais do que isso: pelo menos forte probabilidade de demonstração confirmativa.(...).

Na segunda, vem a estruturação da investigação, a qual deve ser feita com uma visão holística, levando-se em consideração todos os fatos e atores do lugar. É nessa etapa que se define como selecionar as pessoas que irão participar da pesquisa e as técnicas a serem utilizadas.

Coletar os dados e as informações necessárias é a terceira etapa a ser executada. Para tanto, e de acordo com a origem das informações, são classificadas em três grupos:

- a) técnicas de informações pessoais: os dados são obtidos utilizando a entrevista em profundidade, a semi-estruturada e a estruturada;
- b) técnicas de observação: neste caso, a obtenção de dados dá-se pela observação de outras pessoas ou pela observação participante do próprio pesquisador;
- c) técnicas documentais: os dados são extraídos tendo por fonte variados tipos de documentos das diversas mídias.

Terminada a coleta, inicia-se o processo de análise dos dados, que trata da estruturação e interpretação deles à luz das informações anteriormente obtidas, para compreender os cenários e as pessoas estudadas.

Finalmente, devem-se validar e redigir os resultados para serem apresentados e disponibilizados de forma final para a sociedade. Nessa etapa, deve-se esclarecer, de forma bem clara, como os dados foram analisados e contextualizados temporal, espacial e socialmente. Os resultados e as discussões devem ser apresentados com o máximo de detalhes possível para o objetivo em questão.

Os métodos e técnicas qualitativas de investigação permitem que o pesquisador conheça a realidade e aprenda com ela. Isto faz com que se estudem e se compreendam as pessoas e os fatos dentro e a partir de suas próprias e singulares características e contextos sociais em que se inserem.

O pesquisador ao utilizar os métodos e técnicas quantitativas parte de hipóteses pré-concebidas a partir do seu conhecimento sobre o tema. No caso dos métodos e técnicas qualitativas, o pesquisador deve esquecer suas próprias opiniões e idéias a respeito do assunto

e considerar como importantes e dignas de análise todas as manifestações e perspectivas que forem se apresentando.

Também é relevante o fato de a investigação qualitativa, a par de estudar os fatos em seu próprio contexto social em que se manifestem, priorizar o aspecto subjetivo em relação ao objetivo, permitindo um maior, mais amplo e melhor entendimento da realidade.

Em relação às técnicas, o pesquisador adotou as de entrevista semi-estruturada e de observação, conforme Minayo (1994, p. 57-60):

a) entrevista semi-estruturada:

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa desprentensiva e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeito-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva. (...).

Em geral, as entrevistas podem ser estruturadas e não-estruturadas, correspondendo ao fato de serem mais ou menos dirigidas. Assim, torna-se possível trabalhar com a entrevista aberta ou não-estruturada, onde o informante aborda livremente o tema proposto; bem como com as estruturadas que pressupõem perguntas previamente formuladas. Há formas, no entanto, que articulam essas duas modalidades, caracterizando-se como entrevistas semi-estruturadas.

Aprofundando essas modalidades, temos ainda, entre outras, a discussão de grupo e a história de vida. No primeiro caso, sua aplicação se dá em uma ou mais sessões, em pequenos grupos de 6 a 12 componentes, com um animador que faz intervenções no decorrer das discussões. O papel desse animador não se restringe meramente ao aspecto técnico. A relevância de sua atuação está na capacidade de interação com o grupo e de coordenação da discussão. A seleção dos participantes ocorre a partir de grupos com opiniões e idéias voltadas para o interesse da pesquisa. A discussão de grupo visa complementar as entrevistas individuais e a observação participante.

b) observação:

A técnica de observação se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. Nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto. A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real.

A inserção do pesquisador no campo está relacionado com as diferentes situações de observação participante por ele desejada. Num pólo, temos a sua participação plena, caracterizada por um envolvimento por inteiro em todas as dimensões de vida do grupo a ser estudado. Noutro, observamos um distanciamento total de participação da vida do grupo, tendo como prioridade somente a observação.

1.1.2 ENCAMINHAMENTO DOCUMENTAL-BIBLIOGRÁFICO DA PESQUISA

O levantamento e a coleta de dados secundários, nos órgãos de pesquisa, extensão rural, formação profissional, sindicatos, associações, entidades de classe vinculadas ao setor rural, governo municipal e outras fontes que porventura puderam fornecer subsídios, foram realizados por intermédio de visitas e solicitações escritas ou verbais.

Por se tratar de assunto novo, tanto na vida profissional como acadêmica, inclusive em termos de Brasil, a bibliografia existente sobre o assunto encontra-se bastante dispersa e/ou é de difícil acesso, principalmente para quem está iniciando suas buscas e/ou dando seus primeiros passos a respeito do tema.

A necessidade de familiarização com os conceitos básicos, relacionados com o Desenvolvimento Local, surgida no decorrer da disciplina "Formação Educacional para o Desenvolvimento Local" (disciplina eletiva do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local), conduziu à formação de um "Grupo de Estudos"⁸ formado por quatro mestrandos (Izaura Maria Moura Campos, Maria Wilma Casanova Rosa, Regina de Fátima F.C. Ferro e Robinson Jorge Paulitsch), sob a coordenação do Prof. Dr. Vicente Fideles de Ávila.

A formação do referido "Grupo de Estudos", no transcorrer da disciplina citada, ministrada pelo Prof. Dr. Vicente Fideles de Ávila, potencializou o trabalho individual de seus componentes na procura desencadeada em busca de material bibliográfico.

Além da prioridade dos esforços para o significado conceitual de **desenvolvimento e local** (cujo entendimento necessitou de estudo e conceituação de espaço, território, comunidade, identidade, solidariedade, potencialidade e agente), o grupo deteve-se, também, no estudo das características fundamentais do processo de desenvolvimento local (ao mesmo tempo democrático e democratizante, de cunho endógeno em dupla acepção, que implica descentralizações e redimensiona centralizações).

Inicialmente, realizaram-se os trabalhos de pesquisa e busca das referências teóricas do *Desenvolvimento Local* de forma individual e isoladamente dos demais colegas e

⁸Este grupo reunia-se semanalmente com o coordenador. As reuniões sempre estiveram abertas à participação de todos os interessados pelo assunto "Desenvolvimento Local".

componentes do grupo de trabalho, todos sob a orientação do Prof. Dr. Vicente Fideles de Ávila. Surgiu, então, a idéia de unir os esforços dos membros do grupo para a realização de um estudo conjunto sobre o que significa Desenvolvimento Local, que pudesse ser usado como o início de base teórica para todo o grupo e também para outros estudantes e/ou estudiosos que tivessem interesse pelo assunto.

Esses estudos, realizados pelo grupo, tendo em vista a importância do assunto, a riqueza de informações obtidas com o trabalho e a carência de bibliografia sobre o tema, culminaram na elaboração e publicação de um livro⁹, pela Editora UCDB, em dezembro de 2000.

Este trabalho será citado doravante como referência para embasar assuntos ou temas nele analisado, mesmo em se tratando do desenvolvimento local no âmbito de qualquer comunidade-localidade, sem distinção se rural, urbana ou rurbana¹⁰.

Quanto à pesquisa bibliográfica, as providências adotadas foram as seguintes:

- a) coleta de estudos, artigos e trabalhos já existentes, inclusive via Internet, visando aumentar tanto quantitativa como qualitativamente o conhecimento a respeito dos trabalhos já disponíveis sobre o tema;
- b) seleção e classificação do material bibliográfico e documental, com ênfase voltada sobre e para os aspectos do desenvolvimento rural;
- c) leitura e análise detalhada do material selecionado, com anotações sobre os aspectos pertinentes e/ou considerados mais importantes;
- d) apresentação do material bibliográfico individual no grupo de trabalho, de forma que todo material fosse compartilhado e pudesse ser utilizado pelos seus membros.

Os dados obtidos com a pesquisa já referida também foram fundamentais para a caracterização e o conhecimento da história e da realidade atual do município.

⁹ ÁVILA, Vicente Fideles de; CAMPOS, Izaure Maria Moura; ROSA, Maria Vilma Casanova; FERRO, Regina de Fátima F. C.; PAULITSCH, Robinson Jorge. *Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos*. Coordenação e responsabilidade técnica Vicente Fideles de Ávila. Campo Grande: UCDB, 2000. 100p.

¹⁰ O termo “rurbana” encontra-se explicado no capítulo 2, na parte referente ao Projeto Rurbano.

A continuação da pesquisa bibliográfica a respeito dos estudos, artigos e trabalhos existentes visou aumentar quantitativa e qualitativamente o material disponível sobre o tema. Nessa etapa, foram feitas nova seleção e classificação do material bibliográfico e documental. Após a seleção preliminar dos materiais aludidos na primeira e segunda providências citadas, a busca de materiais continuou ainda por meio da Internet, telefone, correspondências e contatos pessoais. O mencionado Grupo de Estudos potencializou a busca de subsídios de interesse comum aos membros participantes e importantes itens bibliográficos foram agregados ao acervo do grupo. O levantamento bibliográfico, os conceitos e a fundamentação básica subsidiaram estudos e discussões nas reuniões sistemáticas desse grupo.

Após essa etapa, todo o material bibliográfico e documental foi novamente sistematizado e os conceitos básicos interiorizados, tendo em vista a etapa seguinte - a do trabalho de campo para a qual eles se revelaram vitais em termos de embasamento da pesquisa, por tratar-se da etapa de trabalho com dados primários: observação e realização de entrevistas semi-estruturadas.

1.1.3 PROCEDIMENTOS DE CAMPO

No que se refere ao trabalho de campo, inicialmente foram realizados contatos com o governo municipal de São Gabriel do Oeste, a Câmara de Vereadores e as principais lideranças locais, para explicar o sentido da pesquisa e solicitar a participação e o comprometimento para o sucesso dela.

Inicialmente, pensou-se em dividir a população local em três grupos específicos, para uma melhor compreensão e com vistas a facilitar o trabalho de campo:

- a) população estritamente urbana: aquela que vive na área urbana do município, onde trabalha, mantém seu círculo de relacionamentos e encontra a satisfação de suas necessidades. Praticamente não vivencia a realidade do meio rural;
- b) população estritamente rural: ao contrário da anterior, não vivencia a realidade urbana, está diretamente ligada ao meio rural, onde mora, trabalha, estuda, se relaciona e satisfaz suas necessidades;

- c) população urbana/rural: é um grupo (específico) mais numeroso da população e que tem como característica básica estar ligada direta e simultaneamente ao meio urbano e rural. Reside e satisfaz parte de suas necessidades na área urbana, ao mesmo tempo em que trabalha e retira seu sustento do meio rural, e vice-versa, pois a recíproca neste caso também é verdadeira. Este grupo por sua vez está ligado e vivencia as duas realidades, tanto a urbana como a rural.

A pesquisa deveria trabalhar com esses três grupos de pessoas para que fosse realmente representativa e identificasse as potencialidades básicas do município de maneira global.

Além disso, dentro de cada grupo, uma outra divisão deveria englobar: lideranças formais, personalidades de destaque, trabalhadores, autoridades e empresários.

Os participantes das entrevistas deveriam ser selecionados nos grupos da clientela previamente denominadas de urbana, rural e urbana/rural, bem como de acordo com as suas divisões (lideranças formais, personalidades de destaque, trabalhadores, autoridades e empresários).

Um aspecto que merece ser observado é que se tivéssemos insistido na intenção inicial de dividir a população em "rural e urbana" ter-se-ia continuamente a dificuldade de efetuar, na prática, tal divisão. Com uma densidade demográfica de 4,35 habitantes/quilômetro quadrado, segundo dados preliminares do Censo 2000 (IBGE, 2001), com economia alicerçada e dependente basicamente da atividade produtiva do setor primário (agronegócio) e população, de forma direta ou indireta, atuante ou dependente de renda oriunda das atividades do agronegócio, ficaria muito difícil estratificar os entrevistados em rural e urbano, dificuldade esta que poderá ser claramente percebida no capítulo 2, que analisa o Projeto Rurbano.

Essa estratégia inicial teve de ser revista em virtude da impossibilidade de se realizar, na prática, esse tipo de classificação, tendo em vista a grande dependência e interação da área urbana em relação à rural, observada pelo pesquisador e confirmada pelos dados estatísticos disponíveis.

Considerou-se, então, como perfil adequado para participar das entrevistas, todo cidadão que pudesse vir a contribuir com os objetivos da pesquisa. A escolha foi feita pelos

dois pesquisadores, com atuação em São Gabriel do Oeste, e com o Prof. Mestre Maucyr Gibbin, além de indicações feitas pelos entrevistados.

Antes do início dos trabalhos referentes ao desenvolvimento desse procedimento, e durante um mês, o pesquisador estudou de forma individual e também se reuniu com o grupo, semanalmente, para aprofundar a análise dos conceitos contidos na obra de Ávila et al. (2000a), com vistas à aplicação e utilização prática do seu conteúdo para a realização do trabalho de campo e na elaboração dos capítulos 4 e 5. De forma muito especial, o item 4.4.6 do referido livro, que trata de "Potencialidade", foi intensamente debatido.

Após o trabalho inicial, realizaram-se as entrevistas semi-estruturadas e a atividade de observação do pesquisador.

Com relação às particularidades metodológicas, é importante destacar que todas as pessoas contatadas aceitaram as entrevistas sem nenhuma restrição, colaborando com satisfação e boa vontade. Ressalta-se, também, que as entrevistas foram realizadas, em sua quase totalidade, no ambiente de trabalho dos entrevistados, o que denota ter havido interesse e que as pessoas consideraram importante, ou no mínimo interessante, o trabalho que estava sendo realizado.

O trabalho de campo contou com o apoio da Prefeitura Municipal, por intermédio do Chefe de Gabinete do Prefeito (durante o mandato 1997-2000) e, posteriormente, também do Campus da UCDB, por intermédio do seu diretor, coincidentemente, ambos os representantes eram a mesma pessoa. O Prof. Maucyr Gibbin (Mestre em Teologia), Diretor do *campus* da UCDB em São Gabriel do Oeste, foi o principal ponto de apoio para a realização do trabalho de campo.

A coleta dos dados e das informações necessárias foi realizada de acordo com a origem, e a forma de obtenção foi classificada em três grupos:

- a) informação pessoal: obtida da entrevista semi-estruturada;
- b) observação: por outras pessoas ou por este pesquisador, de forma não participante;
- c) informação documental: extraída de diversas fontes e baseada em vários tipos de documentos.

A determinação do número necessário de entrevistas qualitativas seguiu as indicações, dadas em sala de aula, pela Profª. Dra. Aurora García Ballesteros, no transcorrer da disciplina “Técnicas Cualitativas para el Análisis Territorial”, no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local da UCDB, tendo sido orientado que o assunto se esgota quando começa a haver contínua repetição de informações entre os diferentes entrevistados.

A pesquisa procurou envolver todos os grupos locais representativos da comunidade.

O processo de coleta das informações, quanto à forma de obtenção (informações pessoais, observação ou documental), não definiu ou privilegiou previamente o uso de uma ou de outra forma. O importante era a obtenção de informações relevantes, independente das formas já relacionadas ou do grupo a que pertencia o pesquisado. Inicialmente houve uma seleção de nomes que poderiam fornecer as informações necessárias. Após estabeleceu-se um contato com a pessoa selecionada, para explicar o objetivo, os propósitos da entrevista e marcar a hora de início e o local onde a mesma seria realizada. Tendo acertado esses detalhes, o pesquisador orientava o pesquisado no sentido de que reunisse os documentos que considerasse importante sobre o assunto e que poderiam ajudar a alcançar o objetivo. O tempo para a entrevista não era definido, pois teria que ser o necessário para a pessoa transmitir as informações, dentro do seu próprio ritmo. Nenhuma das pessoas contatadas recusou em dar a entrevista.

Todas as entrevistas, observações e constatações foram descritas em detalhes e, posteriormente, analisadas de forma individual e confrontadas. Alguns aspectos, que suscitaram dúvidas, foram também discutidos com o orientador e outros pesquisadores e técnicos.

Para dar clareza e uma estrutura de fácil compreensão, para a apresentação dos dados da pesquisa, o assunto está sistematizado por ordem alfabética sequencial. Cada material está dividido em duas partes básicas: sùmula e destaques.

A codificação do material permite preservar a identidade do entrevistado, além de individualizar e sistematizar as informações, permitindo consultas e esclarecimentos posteriores. Com a codificação do material, tem-se o perfil resumido do entrevistado, perfil este considerado importante para uma melhor compreensão das declarações do pesquisado.

Denominou-se de "súmula" a reprodução do material e reflete fielmente o que foi coletado.

A parte intitulada "destaques" é uma síntese do material coletado, de acordo com a ótica do pesquisador, cujos termos ou conclusões podem estar explícitos ou não no item anterior (reprodução do material, denominada súmula).

No transcorrer da pesquisa, surgiu a oportunidade de participar da Oficina Municipal de São Gabriel do Oeste do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Norte, que vem a ser um desdobramento do Plano MS2020¹¹, cujo objetivo é o de realizar o planejamento da região Norte¹² do Estado de Mato Grosso do Sul, para os próximos vinte anos.

A participação, na realização dos trabalhos (Oficina Municipal e diagnóstico pelo método Delfos¹³) visando o planejamento da Região Norte do Estado, onde se encontra o município de São Gabriel do Oeste, serviu para ratificar o resultado das análises realizadas e também para complementar alguns aspectos que não haviam ficado bem explícitos.

As informações obtidas, constantes da reprodução do material (súmula e destaques), observações do pesquisador, análise de documentos, Oficina Municipal de São Gabriel do Oeste e formulários da consulta Delfos (os últimos dois pertencentes ao Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Norte), foram analisadas individualmente e em seu conjunto, contando sempre com a ajuda da bibliografia existente, principalmente com a de Ávila et al. (2000a), procurando extrair a essência de seu conteúdo e que levasse à identificação das potencialidades da comunidade local de São Gabriel do Oeste para o seu desenvolvimento comunitário-local, endógeno, com o viés rural.

A metodologia utilizada para elaboração do capítulo cinco consistiu, primeiramente, na separação das potencialidades detectadas em dois grandes grupos: explícitas e implícitas. Considerou-se explícita aquela potencialidade verbalizada claramente pelos entrevistados ou

¹¹ Refere-se ao “Estudo de Cenários de Longo Prazo 1995-2015” que, depois de feito e atualizado, veio denominar-se “Cenários e Estratégias de Longo Prazo para Mato Grosso do Sul – MS2020.”

¹² A região Norte do Estado de Mato Grosso do Sul compreende os seguintes municípios: Alcínópolis, Camapuã, Costa Rica, Coxim, Pedro Gomes, Rio Verde de Mato Grosso, São Gabriel do Oeste e Sonora.

¹³ Trata-se de um método de pesquisa que permite a realização de entrevistas, utilizando-se de questionários que são enviados para as pessoas que compõem a amostra da população escolhida.

escrita pelos participantes da Oficina Municipal e da consulta Delfos como tal e, implícita, a que pôde ser percebida tanto na fala dos entrevistados como pela observação.

Após, procedeu-se a análise de cada uma delas com uma pequena explicação e o motivo pelos quais foram consideradas uma potencialidade (independente de explícita ou implícita). Finalmente, o pesquisador situou as potencialidades detectadas, tanto em relação ao viés do desenvolvimento rural como na sua contextualização no referencial teórico do desenvolvimento local.

Geralmente quando se fala em potencialidades para o desenvolvimento rural, a primeira idéia que vem à mente é a dos recursos naturais (solo, clima, topografia e outros) para o desenvolvimento de atividades agrossilvopastoris. Entretanto, quando o pesquisador se referiu às potencialidades no parágrafo anterior, teve em mente e pensou em todas as potencialidades possíveis e imagináveis, no campo dos recursos naturais, políticos, sociais e humanos, e sem ficar restrito àquelas inerentes às atividades produtivas agrícolas. Todas as possibilidades e atividades econômicas que possam ser desenvolvidas no meio rural, de forma sustentável, deveriam e foram efetivamente consideradas.

1.2 CONCEITUAIS

A seguir são tratados, de forma sintética¹⁴, alguns conceitos, inclusive o do próprio termo “conceito”, necessários ao entendimento do significado de *Desenvolvimento Local*, na opinião do grupo de estudos, expresso em Ávila et al. (2000a, p. 17-90).

1.2.1 QUE É CONCEITO

O “conceito” expressa de forma sintética o que entendemos, o que significa para nós e o que sabemos a respeito de um objeto ou fenômeno específico.

¹⁴Para um estudo mais profundo e completo dos termos aqui referidos, sugere-se consultar o livro publicado pelo “grupo de estudos”: ÁVILA et al. *Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos*. Campo Grande, MS: Editora da UCDB, 2000.

Conforme Ávila et al. (2000a, p.18),

(...) o conceito consiste na síntese compreensiva ou extrato de conhecimento que a mente humana elabora a respeito de determinado objeto ou fenômeno pela análise de suas propriedades, dele abstraídas *-sacadas e sugadas-* através dos sentidos e associadas ou cruzadas, por quem esteja buscando o conhecimento, com outras informações já disponíveis nas memórias individual (do próprio cognoscente) e coletiva (da humanidade como um todo ou de povos e sociedades específicas como frações suas). Dessa forma, o conceito nunca é estático, acabado ou perfeito.

1.2.2 CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

O correto entendimento e a compreensão do significado do termo desenvolvimento são fundamentais para que este não se confunda com crescimento econômico. O primeiro, além de ser quantitativo, tem o caráter essencialmente qualitativo, enquanto que o segundo implica basicamente aspectos quantitativos. Desse modo, portanto, é perfeitamente possível haver crescimento econômico sem desenvolvimento. Entretanto, a recíproca não é verdadeira.

Por um lado, ao tratar da evolução da concepção de desenvolvimento, o PROJETO ÁRIDAS, Cavalcante (1998, p. 84), assim, a ele se refere:

A partir da década de 70, a concepção de desenvolvimento como processo social, foi obtendo gradualmente uma nova compreensão e envolvendo múltiplas e complexas relações, principalmente, entre as suas dimensões: *econômica, social, ecológica e política*. Em consequência disso, passou-se a admitir a multiplicidade de seus objetivos e pluralidade de critérios: a) eficiência/racionalidade econômica; b) equidade social; c) solidariedade ecológica; e d) liberdade/pluralidade política.

(...) Esse novo padrão de desenvolvimento envolve a combinação consensual (já negociada) das já referidas dimensões (eficiência/racionalidade econômica, equidade social, preservação ambiental e liberdade política).

Por outro lado, ao analisar o significado do termo desenvolvimento, Ávila et al. (2000a, p. 19-20) afirma que:

(...) o termo *desenvolvimento* provém do verbo *desenvolver*, formado pela junção de três outros vocábulos: *des* [do prefixo latino dis-, expressando “(...) coisa (ou ação) contrária àquela que é expressa pelo termo primitivo (...)”] + *en* [significando em grego “(...) posição interior, movimento para dentro (...)”] + *volver* (*virar, voltar, dirigir*). Ajuntando *en* + *volver* forma-se

o termo primitivo *envolver* com o sentido de *virar, voltar, dirigir para dentro* ou, segundo BORBA (1991), *enrolar, embrulhar, cingir*. Ora, se se adicionar *des* a *envolver*, da mesma forma que *des+cobrir* significa etimologicamente *tirar-o-que-cobre*, a idéia que o resultante termo *desenvolver* nos enseja, em se tratando de pessoas, é a do rompimento das amarras que as prendem -*enrolam, embrulham, cingem*- em seus *status quo*, aqueles histórica e tradicionalmente já entranhados em suas maneiras de agir, a fim de que se orientem para novas maneiras de evolução com equilíbrio e progresso, implicando “(...) *transformação global*” (...).

Pode-se afirmar que existe crescimento considerando uma única (ou mais de uma) dimensão, seja ela social, econômica ou política. Ao contrário, quando nos referimos ao desenvolvimento, que tem o Homem como centro, todas as dimensões, inclusive a ambiental, deve-se fazer presentes de modo equilibrado, quantitativo e qualitativamente, visando a assegurar às gerações atuais e futuras qualidade e dignidade de vida, de acordo com suas aspirações, escala de valores e de forma que o Homem participe como sujeito ativo desse processo.

Cavalcante (1998, p. 15), ao tratar do tema sustentabilidade, em relação ao desenvolvimento, aos aspectos econômicos e de qualidade de vida da humanidade, assim se referiu:

Os modelos de desenvolvimento experimentados até hoje não se mostraram eficientes na satisfação das complexas necessidades dos seres humanos. Há um clima geral e global de insatisfações. Os modelos de desenvolvimento sócio-econômicos adotados até o presente só produziram crescimento econômico com: poluição, miséria/exclusão social, violência, enfim, má qualidade de vida: infelicidade.

O extraordinário progresso econômico, científico e técnico não foi traduzido em melhor qualidade de vida ao, mesmo tempo em que se aumentou em progressão geométrica o consumo de bens e serviços. Maior produção e maior consumo não corresponderam a mais felicidade ou a uma melhor qualidade de vida. Rios e mares poluídos, florestas derrubadas, alimentos com agrotóxicos e conservantes, cidades caóticas são alguns dos produtos do modelo de desenvolvimento baseado mais na maximização do excedente e do lucro que na preocupação com uma melhor distribuição de riquezas produzidas.

A preservação e a perpetuação da capacidade de produção das áreas rurais estão intimamente ligadas à sustentabilidade da sua exploração e das atividades produtivas desenvolvidas pelo homem. Com relação à sustentabilidade e qualidade, no contexto da produção de alimentos para a humanidade, Altieri (1989, p. 39) analisou a denominada “Revolução Verde”¹⁵ e suas implicações sobre o desenvolvimento do meio rural, concluindo que:

¹⁵ Conjunto de tecnologias que proporcionaram um incremento significativo na quantidade de alimentos produzidos no mundo.

As pesquisas sobre a Revolução Verde foram importantes para a evolução do pensamento agroecológico porque o estudo dos impactos destas tecnologias foi um instrumento para mostrar os tipos de preconceitos que predominavam nas idéias de desenvolvimento e agricultura.

Esta pesquisa também resultou na primeira análise realmente multidisciplinar dos resultados ecológicos, sociais e econômicos e das mudanças técnicas da agricultura por um amplo espectro de analistas. A extraordinária aceleração da estratificação social campesina associada à revolução Verde indicou, imediatamente, que esta tecnologia não era socialmente neutra, mas sim capaz de transformar dramaticamente as bases da vida rural de um grande número de pessoas.

(...) Como foi notificado em Perelman (1977), os maiores beneficiados com tais tecnologias foram os consumidores urbanos. As estratégias da Revolução Verde desenvolveram-se na época em que os problemas da pobreza e da fome eram vistos principalmente como um problema de produção. Este diagnóstico implicou em várias estratégias direcionadas às áreas onde os ganhos de produção poderiam se realizar rapidamente: solos de melhor qualidade e terras irrigadas entre fazendeiros com substanciais recursos. Em termos de aumento de produção, houve sucesso; no fundo, era parte de uma política de aposta consciente no mais forte. (Chambers e Ghildyal, 1985; Pearse, 1980). Hoje é generalizadamente reconhecido que aumentos unificados na produção de alimentos, somente, não irão vencer a fome e a pobreza no campo, apesar de poder reduzir o custo de alguns alimentos urbanos (Sem, 1981; Watts, 1983).

(...) Os aumentos gritantes da produtividade na agricultura moderna têm sido acompanhados, muitas vezes, pela degradação ambiental (erosão do solo, poluição por pesticidas, salinização), problemas sociais (eliminação da família agrícola; concentração de terras, recursos e produção; mudança no padrão de migração rural/urbana) e pelo uso excessivo dos recursos naturais. Recentemente, a agricultura tem-se tornado, cada vez mais, sujeita às dificuldades dos preços inflacionados do petróleo.

Ávila (1990, p. 32-33), ao discorrer sobre o processo de municipalização no contexto do *desenvolvimento*, ocasião em que já a tratava implicitamente no prisma do processo de Desenvolvimento Local, e em consonância com seus estudos na área da educação, recomenda:

(...) iniciá-lo pela área da educação (a da educação escolar fundamental) é de importância capital e estratégica. Isto porque educativo será o próprio processo, enquanto ensaja:

O preparo da população para se engajar ativa e eficientemente na solução de seus problemas e nos problemas da nação;

A formação teórico-prática de administradores autênticos em escala municipal, estadual e federal;

A inversão de alvo na área de pensar e fazer política: os políticos trocarão a obsessão do poder pelo real interesse em aviar efetivamente os problemas, visto que serão gerados (a médio e longo prazo) no seio do próprio processo.

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, por intermédio do Escritório Regional da FAO para a América Latina e o Caribe, na cidade de Santiago do Chile, compartilha com esse pensamento (FAO, 1995), ao se referir aos três

componentes que considera fundamentais para o desenvolvimento rural. O primeiro refere-se à **geração de tecnologias apropriadas**, que permeiem ou contemplem todos os produtores, independentemente do nível tecnológico ou estágio em que se encontrem. Essas tecnologias devem ser adaptadas ao estágio tecnológico e às condições dos produtores e não exigir que aconteça o contrário. Além disso, as pesquisas em tecnologia deveriam dar mais ênfase aos sistemas integrados e diversificados. Entretanto, esse componente tecnologia depende intrinsecamente de outros dois, **capacitação e organização**, os quais devem ser trabalhados e priorizados não só pelo governo, mas também e, principalmente, pelos próprios interessados e beneficiários dessas ações.

Complementando os dois primeiros componentes, geração de tecnologias apropriadas e capacitação, vem a organização social do meio rural, igualmente indispensável para o sucesso dos dois anteriores e dependente do componente capacitação. O mesmo documento da FAO (1995, p. 45), enfatiza que:

no referente à organização deverão ser evitadas as formas autoritárias e não participativas, nas quais os agricultores são manipulados em forma populista e demagógica por interesses alheios às suas necessidades verdadeiras; as organizações deverão nascer e crescer de baixo para cima, desde as próprias comunidades (...).

Entretanto, um aspecto importante, preconizado e defendido na terceira e na quarta edição do documento (FAO, 1993, p. 65; 1995, p. 85, respectivamente), ressalta que "(...) não pode existir desenvolvimento social sem desenvolvimento econômico (...)", como se o primeiro dependesse do segundo e não o inverso. Esta se contrapõe à lógica do Desenvolvimento Local, analisada e defendida por Ávila et al. (2000a, p. 70-71), a "(...) de que o desenvolvimento local é o processo dinamizador da comunidade local a fim de que a mesma reative a respectiva economia e todo o seu progresso de qualidade de vida sociocultural e meio-ambiental (...)".

Um outro exemplo da dependência do desenvolvimento econômico, relacionado diretamente com os produtores, refere-se à falta de organização deles, e também dos consumidores, que vêm a ser o grande responsável pelo alongamento das cadeias comerciais, que tanto encarecem o produto para o consumidor final, quanto diminuem ou até mesmo eliminam a lucratividade da atividade para o produtor. Essa falta de organização, que igualmente prejudica o desempenho do produtor e interfere negativamente em seu

desenvolvimento econômico, também se dá em relação à compra de insumos dos seus fornecedores.

Com relação à excessiva dependência do setor de insumos considerados “modernos” e do distanciamento que existe entre o produtor e o consumidor final de seus produtos, Carvalho e Paulitsch (1999, p. 6-7) consideram que:

A dependência que as propriedades têm de insumos modernos e de intermediários para a venda da produção são os principais pontos que dificultam o bom desempenho das pequenas empresas rurais. A pouca organização da categoria dos pequenos empresários agrava ainda mais a situação.

O produtor vende o produto no primeiro elo do atacado pelo menor preço. Os intermediários manipulam, agregando valor ao produto, que poderá, ou não, ser industrializado, e retorna ao comércio, no varejo.

Geralmente, os insumos são comprados pelos produtores de forma isolada, no último elo da cadeia varejista, pelo maior preço.

Estes fatos evidenciam claramente que o produtor vende mal o produto e compra mal os insumos que necessita, dificultando e/ou até inviabilizando o seu negócio.

A respeito do assunto, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO, 1999, p. 2) tem a seguinte posição:

No entanto, a agricultura que graças as suas imensas potencialidades, poderia ser a principal ‘locomotiva’ do desenvolvimento não está cumprindo de forma adequada esta importantíssima função. Isto ocorre porque devido ao histórico abandono do setor rural, os agricultores têm sido vítimas de crônicas ineficiências e distorções¹⁶, que estão presentes dentro e fora das suas propriedades.

(...) Em resumo, a agricultura que, graças as suas enormes potencialidades como ‘geradora’ de empregos, renda, alimentos, matérias-primas e divisas poderia e deveria ser a grande solução para os problemas dos desempregados, dos agricultores, dos consumidores, das agroindústrias e da economia global dos países, devido ao seu lamentável abandono constitui-se paradoxalmente em um grande problema para todos eles.

Novamente tem-se a educação como elemento indispensável para o processo de desenvolvimento. Sabe-se que existem muitas formas de associativismo e cooperação, desde as mais simples e informais até as mais complexas e que exigem até formalização jurídica apropriada, cada uma delas adequada ao respectivo tipo de situação e/ou necessidade. Certamente que só após os produtores terem acesso a essas formas, e se capacitarem para a

¹⁶ Estas distorções ocorrem na etapa de produção propriamente dita; na obtenção e utilização dos insumos e equipamentos, na administração das propriedades; no transporte, conservação e armazenagem das colheitas; e finalmente no processamento industrial e na comercialização dos excedentes.

sua implantação e implementação, é que disporão dos conhecimentos fundamentais para escolherem os instrumentos mais adequados e utilizá-los corretamente, tendo em vista a solução de seus problemas.

Ratificando essa afirmação e ampliando ainda mais sua abrangência, aproveita-se o que diz o texto da FAO (1995, p. 41-42), de que a capacitação da família rural é entendida como tendo os seguintes propósitos:

Liberar o seu imenso potencial latente de desenvolvimento.

Ampliar os seus conhecimentos, habilidades e destrezas com o propósito de que estejam em efetivas condições de introduzir inovações tecnológicas, gerenciais e organizacionais, em todos os elos da cadeia agroalimentar. A ampliação destes conhecimentos, habilidades e destrezas deve ter o duplo propósito de acelerar o ritmo na adoção de tecnologias e elevar o grau de correção e de eficiência na aplicação das mesmas.

Torná-los mais capazes para transformar realidades adversas e para protagonizar a solução de seus próprios problemas(...)

Elevar a produtividade da mão-de-obra familiar (...)

(...) conseguir que as famílias rurais adotem novos comportamentos e valores (...) e substituam a passividade e o conformismo pelo protagonismo (...).

Nesta mesma linha, o Projeto PNUD/BRA/98/012¹⁷ (BRASIL, 1998, p. 15) pretende atingir seus objetivos desenvolvendo ações, basicamente de capacitação, em relação aos cinco aspectos que considera prioritários:

- Fortalecimento da representatividade dos agricultores familiares nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs);
- Promoção da capacitação de agentes de desenvolvimento local com ênfase na gestão social;
- Apoio para a revisão das prioridades dos Programas Municipais de Desenvolvimento Rural (PMDRs), na perspectiva do desenvolvimento local sustentável;

¹⁷ Este projeto está sendo implementado em cooperação com o "Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar" (PRONAF), que por sua vez está inserido no "Programa Brasil em Ação" do Governo Federal, cuja gerência está a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) (BRASIL, 1998, p. 3-4):

O PRONAF tem como perspectiva apoiar o desenvolvimento rural, fortalecendo a agricultura familiar, promovendo a geração de emprego e renda, melhoria da qualidade de vida dos agricultores - na unidade de produção familiar e na localidade - estimulando o exercício pleno da cidadania, no contexto do novo mundo rural (...).

Em síntese, o Projeto BRA 98/012 se propõe a promover um processo de gestão participativa do desenvolvimento rural. Sua base é o local, seu campo de ação são os municípios, a partir das definições dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e sua perspectiva é a sustentabilidade social, econômica e ambiental. Seu ponto de partida e de chegada é o agricultor familiar no novo mundo rural. A base estratégica é a participação local, educação/capacitação, comunicação e articulação de parcerias.

Nesta proposta de desenvolvimento rural, a concepção das atividades rurais é mais ampla que as meramente agrícolas. Enfatiza, inclusive, que as atividades não-agrícolas começam a ganhar importância no meio rural, tais como lazer, artesanato, turismo, residência, preservação ambiental, serviços e outros.

- Promoção da profissionalização dos agricultores familiares através de treinamento em atividades agrícolas e não-agrícolas e o aperfeiçoamento tecnológico e comercial dos mesmos;
- Reciclagem do extensionista rural como agente de transferência de tecnologias e como incentivador da participação da comunidade nas tomadas de decisão e gestão social.

No momento em que o texto da FAO (1995, p. 41) faz referência à capacitação com o propósito de "(...) introduzir inovações tecnológicas, gerenciais e organizacionais (...)", quer parecer que a conotação dada ao termo é a de formação, no sentido que Ávila et al. (2000a, p. 63) descreve:

Numa visão bem sintética de entrelaçamento entre formação e educação, diria que a primeira se situa no patamar básico de busca, decifração, discernimento e incorporação de sentidos e valores de determinada realidade e a segunda, a educação, dá o passo-avante de a pessoa, no caso o educando, traduzir de fato esses sentidos e valores em rumos e procedimentos alternativos para o seu desenvolvimento físico, intelectual, moral e social. Portanto, formação e educação se complementam como fenômenos, vez que educação supõe formação como fundamento e formação precisa de educação para se concretizar na dinâmica existencial - individual e coletiva- das pessoas.(...).

Como descrito anteriormente, os termos formação e educação são distintos, mas se complementam, segundo o próprio Ávila et al. (2000a). Portanto, ao falar sobre formação, no sentido em que está colocado pelo texto citado, preconiza-se um processo formativo educacional, que é o desejável e indispensável para qualquer processo de desenvolvimento.

Certamente, estas não são tarefas fáceis, mas se apresentam como caminhos indispensáveis e à disposição de todos os envolvidos e interessados no processo de desenvolvimento rural, local e endógeno, ciente de que a etapa mais difícil é a da sua efetiva implementação.

Trabalhando nesta mesma lógica e considerando a educação como componente principal para o processo de desenvolvimento local, tem-se, dentre outras, as seguintes instituições:

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, com personalidade jurídica de direito privado, sede e foro em Brasília, Distrito Federal, criado pela Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991 (SENAR, 1993, p. 7).

De acordo com o art. 2º do seu regulamento (SENAR, 1993, p. 12), o objetivo da instituição é o de:

Organizar, administrar e executar, em todo território nacional, o ensino da formação profissional rural e a promoção social do trabalhador rural, em centros instalados e mantidos pelo SENAR, ou sob a forma de cooperação, dirigida aos trabalhadores rurais.

O público-alvo do SENAR é o trabalhador rural assalariado (permanente/temporário), o trabalhador rural autônomo e o produtor rural em regime de economia familiar, bem como os membros de suas respectivas famílias (SENAR, 1995b, p. 11).

O SENAR (1995a, p. 12-13), apesar de definir institucionalmente o meio rural de uma forma que atualmente não condiz com a realidade vigente, ou seja: "Meio rural é o ambiente onde populações são economicamente dependentes do processo produtivo agro-silvo-pastoril e do extrativismo animal, vegetal e mineral...", e no item seguinte caracterizar o mercado de trabalho no meio rural e a atuação da sua força de trabalho nos setores primário, secundário e terciário, atua de forma ampla, englobando ocupações dos três setores e considerando o rural não somente sob o prisma das atividades agrossilvopastoris (conforme itens 1.2-Conceito e 1.3-Características, quando trata da Estrutura Ocupacional do Meio Rural adotada pelo SENAR).

Em síntese, a atuação do SENAR se processa de forma descentralizada nos Estados da Federação, por intermédio das respectivas Administrações Regionais, que, no caso de Mato Grosso do Sul, se denomina Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Mato Grosso do Sul (SENAR-AR/MS).

O SENAR, como instituição de formação profissional rural, foi criado com a finalidade de participar de forma proativa no processo de desenvolvimento rural. No decorrer de sua práxis, pelo menos no caso da Administração Regional de Mato Grosso do Sul (SENAR-AR/MS), pode-se afirmar com convicção que no seu trabalho ocorre o entrelaçamento entre formação e educação, de acordo com Ávila (2000c, p. 63):

(...) a primeira se situa no patamar básico de busca, decifração, discernimento e incorporação de sentidos e valores de determinada realidade e a segunda, educação, dá o passo-avante de a pessoa, no caso o educando, traduzir de fato esses sentidos e valores em rumos e procedimentos alternativos para o seu desenvolvimento físico, intelectual, moral e social.(...).

A intervenção do SENAR, no processo de formação profissional rural, dá-se por atendimento às demandas oriundas das próprias comunidades interessadas, com conteúdos, carga horária, local e outros, que atendam as suas reais necessidades e adaptadas à realidade dos participantes das ações e/ou atividades. Trata-se, portanto, de um processo que procura desenvolver capacidade, competência e habilidades (nas áreas de formação profissional rural e promoção social) por demanda da própria comunidade interessada e beneficiada, segundo suas aspirações e necessidades; "'centrado', ou seja, 'localizado no centro' das próprias comunidades-localidades", conforme definido em Ávila et al. (2000a, p. 84-90).

A Administração Regional de Mato Grosso do Sul (SENAR-AR/MS), especificamente, sempre direcionou seus esforços visando à construção de conhecimentos no sentido de criar as condições necessárias para que os participantes e beneficiários de suas ações e/ou atividades possam desenvolver uma ocupação, de forma eficiente e eficaz, e com ela então obter renda, independente de ter ou não vínculo empregatício.

Desde que iniciou suas atividades no Estado, o SENAR-AR/MS já beneficiou mais de 65.000 trabalhadores rurais e suas famílias.

Como resultado das ações de capacitação rural, voltada para o trabalho e renda, surgiram unidades de produção (minifábricas) voltadas para o abastecimento do mercado local, tais como: de produtos de limpeza, produtos de lã (baixeiros, cobertores e outros), embutidos e defumados de suínos, além de escola de doma racional de eqüídeos.

A importância fundamental do SENAR é que ele atua a partir da Educação, que é o pilar básico e o cerne de qualquer processo de desenvolvimento.

A outra instituição é a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), na qual o Mestrado em Desenvolvimento Local, oferecido por ela em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, além de pioneiro no Brasil, pode ser considerado também um marco importante na contribuição que a universidade, no caso específico a UCDB, pode proporcionar ao desenvolvimento brasileiro, na medida em que ela se aproxima e contribui com a comunidade-local, oferecendo uma filosofia alternativa de desenvolvimento, o “Desenvolvimento Local”, bem como pesquisando, formando, educando e realizando a práxis dela em parceria com os municípios e as comunidades-locais.

Conforme consta do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, atualmente mestrado, disponível no *site*¹⁸, ele tem os seguintes objetivos¹⁹:

1. Analisar o desenvolvimento territorial, em uma abordagem sistêmica, em que a apreensão da realidade parte de pequenas escalas, com base na concepção de desenvolvimento local.
2. Formar professores universitários e pesquisadores.
3. Formar pesquisadores que contribuam para a elucidação e o diagnóstico de realidades locais e regionais com base na concepção de desenvolvimento local.
4. Realizar pesquisas científicas e tecnológicas voltadas para a demanda social em temas específicos, relacionadas com fenômenos de territorialidade e dinâmicas sócio-ambientais, no âmbito do desenvolvimento local.

O Programa propiciará, simultaneamente, a atuação dos pesquisadores como **agentes de desenvolvimento comunitário-local**, com atuação inerente tanto no meio **urbano** como no **rural**, de acordo com os conceitos e as atribuições do agente discutidas em Ávila et al. (2000a, p. 64-67), comentados logo adiante.

1.2.3 CONCEITO DE LOCAL

Após discorrer sobre o significado de desenvolvimento, além da importância e do papel fundamental da educação no processo de desenvolvimento, retoma-se o significado conceitual de “Desenvolvimento Local”, analisando inicialmente o termo **local** (cujo entendimento necessita de conceituação de espaço, território, comunidade, identidade, solidariedade, potencialidade e agente).

Conforme Ávila et al. (2000a, p. 25),

Se considerado isoladamente como verbete do ‘Novo dicionário Aurélio’, as significações genéricas de local que mais nos chamaram à atenção foram: como adjetivo, ‘Relativo ou pertencente a determinado lugar (...)’ ou ‘Circunscrito ou limitado a uma região (...)’ e, como substantivo, ‘Lugar, sítio ou ponto, referido a um fato (...)’. Entretanto, o adjetivo local no contexto da expressão desenvolvimento local assume conotações muito mais diversificadas e abrangentes que as acima referidas (...).

¹⁸ O Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local da UCDB disponibiliza importantes informações sobre o assunto no endereço: <<http://www.desenvolvimentolocal.ucdb.br>>. Acesso em: 9 jul. 2002.

¹⁹ Página: <<http://www.desenvolvimentolocal.ucdb.br/noticias/programa.html>>. Acesso em: 9 jul. 2002.

Continuando com os outros conceitos abrangidos por local e, portanto, necessários ao entendimento do que vem a ser local (ressaltando que de acordo e no contexto do Desenvolvimento Local, mas de forma bastante resumida), tem-se:

a) Espaço:

O espaço pode ser considerado como uma área delimitada onde a vida acontece. Para Ávila et al. (2000a, p. 28) o espaço, tratando de Desenvolvimento Local, é um “Lugar mais ou menos bem delimitado (...)”, “(...) formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistema de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá (...)”.

b) Território:

O território é uma base física, delimitada e com materialidade própria.

Quando tratado em conjunto, espaço e território se complementam, o primeiro como lugar onde ocorrem as relações sociais e o segundo como área física delimitada que abriga e sustenta tal espaço.

Na opinião do grupo de estudos, “espaço e território constituem duas dimensões de um mesmo universo ou conjunto de realidade” (ÁVILA et al. 2000a, p. 28), além de que “ (...) território e espaço se complementam em um todo bidimensional, o primeiro como base de sustentação e delimitação geofísica para que o segundo emergja e flua com configurações próprias de dinamismos fenomenológicos, inclusive vitais, nos limites do primeiro” (ÁVILA et al. 2000a, p. 30).

c) Comunidade:

A comunidade é formada por um grupo ou agrupamento de indivíduos com interesses e necessidades comuns ou semelhantes, cujo relacionamento primário é a sua principal característica em termos de convivência e articulação entre os seus membros. “A comunidade se configura por grupo de pessoas que se convergem, articulam e interagem através de relacionamentos primários” (ÁVILA et al. 2000a, p. 31).

Não se pode perder de vista, entretanto, a amplitude dos locais considerados, conforme explicado por esses mesmos autores (2000c, p. 72-73):

A comunidade média ideal para efeito do desenvolvimento local é aquela *stricto sensu* em que haja certa (não exagerada) preponderância dos relacionamentos primários sobre os secundários ou no máximo se constate o equilíbrio entre essas duas categorias: a localidade demasiadamente primarizada é muito conservadora e fechada, tendendo a se manter no isolamento; e a muito secundarizada já se encontra esfacelada em termos de seus comuns sentimentos, interesses, objetivos, perfis de identidade e outros laços de coesão espontânea, sem os quais o desenvolvimento não emergirá de dentro para fora da própria comunidade, mesmo que à semelhança de nascimento por parto induzido, no qual os agentes e fatores externos não extrapolem os papéis de apenas indutores.

No contexto da comunidade média ideal referida, os municípios podem ser considerados como a dimensão adequada e propícia para o processo de Desenvolvimento Local, com a ressalva de que deve ocorrer a partir e baseado nas comunidades-localidades (distritos e/ou bairros) (ÁVILA et al. 2000a, p. 33-34).

d) Identidade:

A identidade de um grupo constitui um conjunto de características comuns entre seus membros, em razão das quais, e também pelas quais, os componentes dele se associam e interagem.

O grupo de estudos considerou que identidade se refere ao “(...) grupo de seres com as mesmas propriedades ou com propriedades comuns, a exemplo de associações ou grupos organizados em razão e função do que é comum – objetivo, características étnicas, índole, hábitos, sentimentos, interesses, problemas, etc. – aos seus integrantes” (ÁVILA et al. 2000a, p. 37).

e) Solidariedade:

A solidariedade implica na vontade de cooperação entre indivíduos de um mesmo grupo, com outro grupo ou entre grupos, cujo resultado seja o atendimento de necessidades e/ou a resolução de problemas, dos seus membros ou do grupo como um todo.

Ao analisar o significado de solidariedade, Ávila et al. (2000a, p. 41-42), afirmam:

A solidariedade representa o estado de ânimo (impressões, crenças e convicções) que gera volitivos, afetivos e efetivos laços de mobilização e cooperação (nos âmbitos de uma pessoa para outra, de um grupo para com outro, dos membros de um grupo para com todo o grupo ou de membros para com membros do mesmo grupo) visando solução ou equacionamento de problemas, necessidades ou aspirações coletivas e/ou individuais de qualquer tipo e natureza, referentes tanto a pessoas quanto ao meio em que elas vivem ou com o qual se preocupam.

Um outro fenômeno, associado à solidariedade, é a coesão, tendo em vista que o segundo é diretamente resultante e dependente do primeiro, embora tenham significados distintos. A coesão apresenta-se de duas formas, de acordo com Ávila et al. (2000a, p. 42):

- coesão gregária, a que se efetiva com base em impulsos instintivos (ou algo bem próximo de sentimentos, interesses e finalidades primários-comuns) de autopreservação e/ou conservação de todo o grupo ou parte dele (...).
- coesão solidária, resultante de volitivos, afetivos e efetivos laços de mobilização e cooperação, (...), para cuja formação a também mencionada boa dose de idealismo altruísta se soma a sentimentos, interesses e finalidades comuns, conferindo à união do grupo significância e relevância social que transcendem as imputadas aos esforços e dispêndios individuais implicados.

Referindo-se ao que já foi afirmado anteriormente sobre a educação e sua importância para o processo de desenvolvimento local, é preciso destacar que também, em relação à solidariedade ou coesão solidária, o processo educativo é fundamental para seu aprendizado e utilização prática.

f) Agente:

Na concepção do Desenvolvimento Local, o agente deve atuar com a finalidade de agenciar e intermediar o processo de desenvolvimento na comunidade, de tal forma que ele seja fruto de suas reais necessidades e aspirações, além de ser compatível com seu atual estágio sociocultural e de progresso. Trata-se de um trabalho de cunho eminentemente formativo educacional da comunidade local, para que ela mesma desenvolva as condições necessárias e protagonize o seu desenvolvimento. De acordo com a interpretação de Ávila et al. (2000a, p. 66-67):

(...) não basta entender o agente apenas como aquele que efetivamente age, visto que no contexto do desenvolvimento local, o verdadeiro agente é aquele que efetivamente age simultaneamente agenciando, ou seja, é aquele cujo agir envolve intrinsecamente sempre algum tipo de intermediação entre pessoas e pessoas, realidades e realidades, problemas e problemas, oportunidades e oportunidades, potencialidades e condições de dentro e de fora da comunidade, que possam contribuir fundamentalmente no sentido de a comunidade, ela mesma se tornar processualmente agente-agenciadora de seu próprio desenvolvimento.

g) Potencialidade:

Ao discorrer sobre o assunto, Ávila et al. (2000a, p. 58-59), afirmam que:

(...) Potência é a real capacidade, porém em estado virtual, de todos e quaisquer entes concretos, que compõem a natureza do universo, de poderem ser – no todo, em parte ou de alguma forma – algo que ainda não o são de fato. (...) Potencialidade é o termo que expressa a idéia de precisão, mais ou menos aprimorada, de cada capacidade de ser (...) significa capacidade de ser de qualquer ente.

Em geral, quando se fala em potencialidades, logo vêm à mente da maioria das pessoas os fatores e aspectos relativos aos recursos naturais e materiais. Isto está bastante claro, inclusive, no PROCODER (1996, p. 26) onde se lê que: "Desgraciadamente, la actual 'ética' del crecimiento sólo mira las carencias materiales y, por consiguiente, reduce el concepto de potencialidad al recurso que permite aumentar el producto."

Certamente, este não é o caso da presente pesquisa, que visa a investigar as potencialidades, condições e meios explícitos e latentes em relação aos dinamismos e forças locais de desenvolvimento. O texto de Ávila (2000c, p. 70) é bastante ilustrativo a respeito:

(...) enfatizo o fator endógeno que julgo mais fundamental, o potencial de capacidade que cada comunidade tem de se despertar, mentalizar, mobilizar, mesmo que com algum tipo de "empurrãozinho" externo, e de edificar paulatinamente o seu progresso em todas as dimensões (infra-estrutural, social, econômica, cultural, meio-ambiental, etc). Este é o "estopim" de desencadeamento do processo de desenvolvimento local, (...).

Para a melhor compreensão do texto referido, julga-se de fundamental importância explicitar o que Ávila (2000c, p. 70) considera como fatores endógenos do desenvolvimento local:

(...) os fatores endógenos do desenvolvimento local se constituem daqueles potenciais, dinamismos e forças tanto individuais, familiares e coletivos quanto físico-ambientais presentes explícita ou implicitamente no cotidiano de cada comunidade localizada. A título de exemplificação, são fatores endógenos: os interesses e objetivos comuns, a identidade social, cultural e histórica, a diversidade de funções individualizadas (pedreiro, costureira, administrador, contador, marceneiro, etc, etc.), muitas das quais isoladamente mal garantem a sobrevivência individual ou familiar mas que, se mobilizadas, somadas e canalizadas, constituem autênticas e concretas forças de alavancamento de progresso coletivo que a todos beneficiam; (...).

As potencialidades referidas coincidem com as duas conclusões a que chegou o grupo de estudos, no item 4.4.6 do livro que trata da potencialidade descrita por Ávila et al. (2000a, p. 62-63):

-1º - o autêntico conceito de desenvolvimento local implica necessariamente a detecção e explicitação tanto das estritas potencialidades locais de desenvolvimento quanto de condições ou meios, endógenos e exógenos à dimensão local, evidentemente também com potencialidades de subsidiarem contínuo processo de evolução das aludidas potencialidades locais de desenvolvimento do estado de latência para o de ser em ato da respectiva localidade, aqui entendida como ente coletivo, mas efetivamente constituída por entes particulares, como pessoas, animais, componentes ambientais, etc., ou seja, a localidade é uma entidade piramidal com base formada por entes particulares e vértice por ente coletivizado em torno de sentimentos, objetivos, problemas, características, necessidades, conveniências e/ou aspirações comuns;

-2º - o autêntico desenvolvimento local só se efetivará se, no âmbito da respectiva localidade, a evolução das potencialidades-condições (concernentes a meios e recursos, naturais ou artificiais) se posicionar estrategicamente como subsídio mediador-reator da evolução das potencialidades de desenvolvimento da comunidade localizada como alvo e razão de ser centrais, dado que transformações de potenciais naturais (ou artificiais) em pontos turísticos, fontes de energia, etc., não significam em si mesmos desenvolvimento local: o conceito de local implica o de comunidade localizada, a qual, em verdade, é que deve assumir progressivamente os rumos, as rédeas, os compromissos e as responsabilidades concernentes ao desenvolvimento de toda a localidade, com a ajuda de condições-meios tanto internas quanto externas, aí incluídos os chamados agentes de desenvolvimento.

Na publicação do Programa Cooperativo de Desarrollo Rural para los Países del Area Sur (PROCODER), patrocinado pelo Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA), considera-se que a **carência** pode ser também uma potencialidade, conforme a seguinte passagem (PROCODER, 1996, p. 26):

Redefinir el concepto de necesidades humanas significa, además, entenderlas como carencias y también como potencialidades. "Concebir las necesidades tan sólo como carencia implica restringir su espectro a lo puramente fisiológico, que es precisamente el ámbito en que una necesidad asume con mayor fuerza y claridad la sensación de falta de algo". Sin embargo, en la medida en que las necesidades comprometen, motivan y movilizan a las personas, son también potencialidad y, más aun, pueden llegar a ser recursos. La necesidad de participar es potencial de participación, tal como la necesidad de afecto es potencial de afecto..."(Max-Neef, et al., 1986). La necesidad de libertad es potencial de liberación, tal como la necesidad de entendimiento es potencial para entender y la de creación como potencial para ser creativo.

Após análise do significado de local (e os termos relacionados a ele no contexto do Desenvolvimento Local), entende-se, também, que o fato de ter dado ênfase ao meio rural nessa investigação específica, não significa que seja conveniente ou possível, no âmbito do Desenvolvimento Local, separar o rural do urbano.

Ávila (2000c, p. 71-73), após a análise das formas de agrupamento dos seres humanos (comunidade e sociedade), considerou o local, no contexto Desenvolvimento Local, como podendo ser o das "comunidades municipais", que englobam tanto um quanto o outro (rural e urbano). Ávila et al. (2000a, p. 33-34), comentando o referido texto, fazem a seguinte afirmação a respeito:

(...) o autor confronta a dimensão de comunidade em nível municipal e a compara com o perfil da acima mencionada "comunidade média ideal", considerando os Municípios brasileiros como referenciais, em termos de espaços-territórios, adequados e propícios à implantação e implementação de políticas e programas de desenvolvimento local, naturalmente enraizando-o nas comunidades-localidades distritais e/ou bairros.

Assim, e considerando-se que o município é constituído tanto pela área urbana como pela rural, pode-se dizer que ambas as áreas são indissociáveis no processo do **Desenvolvimento Comunitário-Local Endógeno** preconizado.

1.2.4 DESENVOLVIMENTO LOCAL

Como membros do Grupo de Estudos, obviamente todos compartilham plenamente dos conceitos publicados no livro “Formação Educacional em Desenvolvimento Local: Relato de Estudo em Grupo e Análise de Conceitos” (cujo texto poderá ser consultado a qualquer momento) no qual se definiu a seguinte essência conceitual de Desenvolvimento Local (ÁVILA et al., 2000a, p. 68):

(...) o "núcleo conceitual" do desenvolvimento local consiste no efetivo desabrochamento - a partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seus *status quo* de vida - das capacidades, competências e habilidades de uma 'comunidade definida' (portanto com interesses comuns e situada em (...) espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica), no sentido de ela mesma - mediante ativa colaboração de agentes externos e internos - incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se lhe apresentem mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios - ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade - assim como a "metabolização" comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito.

Isto é, sinteticamente, o que se entende por Desenvolvimento Local pelo mencionado Grupo de Estudos no contexto da investigação realizada e desta dissertação. Baseado no “núcleo conceitual” do Desenvolvimento Local, já descrito, percebe-se claramente que o processo que leva ao desabrochamento das capacidades, competências e habilidades da população de uma comunidade-local, passa, necessariamente, pela educação.

As propostas de Desenvolvimento Local começaram nos países europeus e aplicam-se tanto às áreas rurais como urbanas, mas estão voltadas, principalmente, para o meio rural, que tanto lá como nos países mais pobres ou denominados “em desenvolvimento”, enfrentam maiores dificuldades para o desenvolvimento e manutenção de ocupações com vistas à obtenção de renda, quando comparados com o meio urbano.

O Desenvolvimento Local é uma maneira efetiva que os países não pertencentes ao bloco dos considerados ricos podem lançar mão para se defenderem dos aspectos negativos e fazerem da globalização um processo benéfico para suas economias.

A base e o fim de todo o desenvolvimento são o próprio homem, como também se pode perceber nos tópicos anteriores que, apesar da importância relativa da disponibilidade de outros recursos, tais como naturais, financeiros e outros, o elemento mais importante de todo o processo ainda continua sendo os seres humanos. Essa afirmativa, apesar de parecer óbvia para muitos, ainda assim é pertinente e não deve ser esquecida. Pelo contrário, é necessário que esteja bem clara na mente de todos, tendo em vista as suas implicações para o desenvolvimento. Como exemplo dessa percepção, cita-se o texto de Kujawski²⁰ (apud ÁVILA, 1995, p. 89):

O princípio responsável pela crise não está na economia, mas na vida e na História do homem brasileiro contemporâneo; está na perplexidade hamletiana de não saber o que fazer. Eis aí por que vamos tão mal. Não por culpa da economia, da política ou da moralidade, e sim porque estamos em crise, perplexos e faltos de rumos em nossa vida mesma, em nossa capacidade de projeção na História. Tão faltos de rumos, que alguns já não querem andar, desconhecendo a sábia lição do poeta espanhol Antonio Machado: "Caminhante, não há caminho. O caminho se faz ao caminhar."

Sob esses prismas, torna-se especialmente importante investigar e descobrir as potencialidades explícitas e latentes, transformando-as em realidade (ato) no e para o desenvolvimento local, o qual engloba, conforme visto neste capítulo, tanto o desenvolvimento do meio rural como o do urbano, tendo em vista que eles formam um conjunto uno e, portanto, indissociável.

A identificação das potencialidades, objetivo desta investigação, é indispensável para o processo de Desenvolvimento Local. Nesse sentido, Ávila (1996, p. 177) consegue exprimir, com clareza, os aspectos inerentes ao autêntico Desenvolvimento Local:

²⁰ KUJAWSKI, Gilberto de Mello. *A crise do século XX*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

(...) o aperfeiçoamento das potencialidades locais (quanto mais longínquas dos pólos urbanos, tanto mais prioritariamente) no sentido de que as populações aí localizadas se tornem agentes de seu próprio desenvolvimento básico, ou seja, conquistem ou desabrochem a capacidade e a competência de diagnose, solução e gerenciamento dos problemas, necessidades e aspirações que lhe dizem respeito na cotidianidade da vida sócio-comunitária. Sem isso, nenhum “grande plano ou pacote” resolverá a situação brasileira, como um todo, e de cada Unidade da Federação e Município em particular.

Seguindo o princípio básico de que toda caminhada, por mais longa que possa ser, se inicia pelo primeiro passo, pode-se considerar, por analogia, que a diagnose das potencialidades de um "local", independente se urbano ou rural, seja o referido passo. Em decorrência, entende-se ser este também o passo fundamental para o início do processo de Desenvolvimento Local que, no caso específico desta investigação, visou, primordialmente, à comunidade rural do município de São Gabriel do Oeste, MS.

1.2.5 CARACTERÍSTICAS INERENTES AO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

a) Processo ao mesmo tempo democrático e democratizante:

Assim como na democracia, em que as pessoas têm em suas mãos a definição e a construção do seu futuro, o Desenvolvimento Local também é processo no qual a comunidade local se torna sujeito ativo, efetivo e construtor do seu próprio desenvolvimento.

Como o processo de Desenvolvimento Local intrínseca e processualmente é democrático, sua operacionalização e exercício também atuam como elementos formadores do próprio exercício e aprimoramento do processo democrático, o que o caracteriza também como democratizante.

A democracia, assim como o Desenvolvimento Local, envolve a aceitação de alguns princípios a respeito dos quais Toro (1997, p. 17-18) assim se manifestou:

Não aceitar a responsabilidade pela realidade em que vivemos é, ao mesmo tempo, nos desobrigarmos da tarefa de transformá-la, colocando na mão do outro a possibilidade de agir. É não assumirmos nosso destino, não nos sentimos responsáveis por ele, porque não nos sentimos capazes de alterá-lo. A atitude decorrente dessas visões é sempre de fatalismo ou de subserviência, nunca uma atitude transformadora (p. 15).

A Democracia é uma ordem social que se caracteriza pelo fato de suas leis e suas normas serem construídas pelos mesmos que as vão cumprir e proteger. A democracia é uma ordem auto-fundada. (...) Na democracia, o público, o que convém e interessa a todos, se constrói e se fortalece na sociedade civil. A força do público e das instituições públicas tem origem no fato de que eles sintetizam e representam os interesses, contraditórios ou não, de todos os setores da sociedade.

b) Processo de cunho endógeno em dupla acepção:

O caráter endógeno, de acordo com o Novo Dicionário Aurélio (apud ÁVILA et al., 2000a, p. 80), tem o significado de “originado no interior de ou por fatores internos”.

Ao afirmar que se trata de um “processo de cunho endógeno em dupla acepção”, Ávila et al. (2000a, p. 79-80) entendem que:

A primeira acepção se refere ao processo simultaneamente como teoria e metodologia de endogeinização, interiorização ou capilarização, nos âmbitos e seios das próprias comunidades localizadas, de capacidades, competências e habilidades de concepção, agenciamento e gerenciamento do desenvolvimento das realidades dos *locais* em que se situam, começando pelo autodesenvolvimento.

A segunda diz respeito ao desenvolvimento já como efeito ou produto oriundo desse processo. Se o processo efetivamente funcionar como de endogeinização, os resultados dele decorrentes emergirão de dentro (no interior de) para fora da respectiva comunidade-localidade, configurando-se efetivamente como de caráter endógeno (...).

Com relação a possíveis interpretações de que o caráter endógeno do Desenvolvimento Local possa provocar o indesejado e nocivo isolamento das comunidades locais, e já prevendo esse tipo de preocupação e questionamento, Ávila et al. (2000a, p.83-84) são categóricos nas suas convicções ao afirmarem que:

Ao contrário de conduzir a fechamento ou isolamento comunitário-local, a endogeneidade, no âmbito do *desenvolvimento local*, se constitui das capacidades, competências e habilidades entranhadas no interior das comunidades-localidades para que elas mesmas captem tanto as suas próprias potencialidades e condições quanto todos os possíveis tipos de apoio e condições à disposição ou disponíveis de agências e agentes exteriores: primeiro, *digerindo-os*, isto é, associando-os e neles provocando reações que liberem seus ingredientes nutritivos de geração, manutenção ou aperfeiçoamento de progresso; ato-contínuo, *metabolizando* os ditos ingredientes nutritivos, ou seja, transformando-os em elementos energéticos de melhoria quantitativo-qualitativa em todas as dimensões de vida e dinâmicas de equilíbrio e harmonização quer das comunidades quer das localidades situadas em seus domínios de ação e responsabilidade espacial.

(...) a própria concepção do processo de *desenvolvimento local* enquanto dinâmica de endogeinização de capacidades, competências e habilidades (sobre o que se falou um pouco atrás) não só comporta como na maioria das vezes até depende de intervenção (não intervencionismo) de agências e agentes externos, (...). Trata-se, pois, de influência devida porque os motivo e objetivo da intervenção não são outros que a endogeinização mesma das capacidades, competências e habilidades enfatizadas no ‘*núcleo conceitual*’ (...).

Há que se distinguir o significado de intervenção daquele de intervencionismo. De acordo com o Novo Dicionário Aurélio (apud ÁVILA et al., 2000a, p. 83), intervenção significa: “1. Ato de intervir (...)” e o sentido de intervir é o de “1. Tomar parte voluntariamente; meter-se de permeio, vir ou colocar-se entre, por iniciativa própria; ingerir-se (...)”, enquanto que intervencionismo tem o significado de: “1. Doutrina ou política que preconiza a intervenção dum Estado nos negócios internos ou particulares de outro(s).”

c) Processo que implica descentralizações e redimensiona centralizações:

A afirmação de que o Desenvolvimento Local, de cunho essencialmente endógeno, é um processo de desenvolvimento descentralizado encontra resistência em Ávila et al. (2000a, p. 84) que apontam duas importantes razões que contradizem e descartam tal tipo de raciocínio:

(...) primeira, essa é a lógica do *desenvolvimento no* ou *para o* local levado por agências e/ou agentes externos às comunidades-localidades, com ou sem a participação das mesmas (...).

(...) segunda, o *desenvolvimento local* propriamente dito não se caracteriza nem como ‘descentralizado’ (‘com autonomia’ em relação ao centro a que se vincula) e nem centralizado (‘sem autonomia’ em relação ao centro a que se vincula), mas, sim, como ‘centrado’, ou seja, ‘localizado no centro’ das próprias comunidades-localidades (...).

O que talvez contribua para esse tipo de confusão é o fato de que, para implantar o processo de Desenvolvimento Local (no caso brasileiro), há a necessidade de se realizarem alguns tipos de descentralizações, tais como a de capacidades e competências. Ávila et al. (2000a, p. 86-87) assim se referem ao que denominam dois eixos básicos de referência das descentralizações implicadas pelo Desenvolvimento Local:

O eixo das capacidades diz respeito à interiorização de saberes no nível das comunidades-locais: saber motivar, saber liderar, saber organizar, saber relacionar (interna e externamente), saber diagnosticar (sobretudo potencialidades e condições internas e externas), saber discernir, saber comparar, saber decidir, saber priorizar, saber programar, saber agir, saber administrar, saber avaliar, (...).

Em torno do eixo das competências gravitam duas categorias de descentralizações, a que concerne à interiorização do saber-fazer ou domínio técnico de operacionalização dos saberes, supra referidos, no seio das próprias comunidades-localidades e a que diz respeito à explicitação jurisdicional no sentido de cada comunidade-localidade de fato poder-fazer-o-que-sabe, evidentemente nos limites do desenvolvimento local em seus espaço e território (...).

Fazendo paralelo com a lei da atração dos corpos, na Física, isto significa que “quanto mais massa (mesmo que figurativamente, em termos de capacidade, competências e habilidades de automobilização, organização, definição, gerenciamento e resolução de

problemas, necessidades e aspirações locais comunitárias) tiver determinada comunidade-localidade”, tanto maiores serão as chances de cada comunidade-localidade romper com a centralização oriunda das instâncias superiores, proporcionando um relacionamento hierárquico mais equilibrado, sadio e proveitoso para todas as partes envolvidas (ÁVILA et al., 2000a: p. 88-89).

Existem outras características do processo de Desenvolvimento Local que serão citadas, sem maiores aprofundamentos, visto que de acordo com Ávila et al. (2000a, p. 90-91) “trata-se de características tão óbvias, em virtude do que até aqui se tratou, que dispensam análises mais aprofundadas (...)”, são as de que o Desenvolvimento Local se configura como processo que:

- finca as raízes e projeta as perspectivas da auto-sustentabilidade do desenvolvimento no âmbito das comunidades-localidades;
- requer tratamento profissionalizado (tecnicamente concebido, planejado e operacionalizado) tanto da parte das instâncias ou agências e agentes externos quanto das pessoas e entidades internas às comunidades-localidades que nele se envolvam também como agências ou agentes não importa de que nível e em que função;
- se planeja e implementa integradamente, ou seja, de modo cooperativo, coparticipativo e corresponsável;
- consiste em investimento comunitário-local de médio e longo prazo, tendo em vista que sua implementação pressupõe a abertura de brechas nos diques da atual cultura imediatista do desenvolvimento que não se infiltra no âmago das pessoas e respectivas comunidades-localidades para de lá brotar e jorrar – com a adequada e preciosa colaboração externa – como no caso da criança que, ajudada pelo obstetra, rompe o seio materno para, aos poucos e ainda pedagogicamente amparada pela família e pela sociedade, assumir a permanente tarefa da real conquista e edificação de sua vida.

CAPÍTULO 2

O MEIO RURAL CONTEMPORÂNEO

É oportuno lembrar que a distinção entre o significado dos termos crescimento e desenvolvimento, abordados por Ávila et al. (2000a, p. 19-25), é atual e também continua válida aqui.

Tanto a distinção entre o significado de crescimento e de desenvolvimento como a importância do meio rural para o desenvolvimento do país podem ser constatadas em trabalhos de diversos autores.

Abramovay (2000, p. 301) afirma que:

... o desenvolvimento rural não se reduz ao crescimento agrícola, eis uma afirmação que tornou corriqueira na produção acadêmica e nas instituições governamentais e não-governamentais de desenvolvimento no mundo todo. Por mais relevante que seja o estudo das atividades não-agrícolas no meio rural, a questão do desenvolvimento, porém, não se restringe às possibilidades de sua expansão.

De acordo com Gonzáles (1998, p. 10), o Desenvolvimento Local na área rural pode se dar em duas escalas, a da intervenção política com enfoque na ordenação do território/agrária e a do âmbito comunitário com enfoque no desenvolvimento comunitário.

Os dados obtidos pelos pesquisadores do Projeto Rurbano (UNICAMP, 2000) vêm reforçar a idéia de que o rural não é meramente um espaço exclusivo ou dedicado somente às atividades agrícolas tradicionais. Desta maneira, o desenvolvimento rural não pode ser visto de forma isolada do urbano, mas como parte integrante do processo de Desenvolvimento Local (DL) que abrange a ambos, rural e urbano, o que vem ao encontro do que afirmam os estudiosos do DL.

Apenas exemplificando essa afirmativa, diz Gonzáles (1998, p. 10): "(...) Com frecuencia se associa el D.L. al desarrollo de la áreas rurales, al desarrollo rural.(...) No obstante las ciudades son un foco inmenso de problemas sociales y económicos a los que se intenta buscar soluciones desde uma perspectiva del D.L..".

A Carta da Terra (DATERRA, 2000), documento emitido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), que se encontra no Anexo A, reflete claramente essa preocupação, que certamente também deve permear todo o processo visando ao desenvolvimento rural, inserido, logicamente, no contexto do Desenvolvimento Local. Conforme consta do Anexo A, o local é fundamental para alcançar a sustentabilidade no sentido em que é preconizada no documento, tendo em vista que “somos ao mesmo tempo cidadãos de nações diferentes e de um mundo no qual a dimensão local e global estão ligadas. Cada um comparte responsabilidade pelo presente e pelo futuro, pelo bem estar da família humana e do grande mundo dos seres vivos”.

A sustentabilidade do desenvolvimento (ÁVILA et al., 2000a, p. 90-91), tanto urbano quanto o rural, que é o viés que se está tratando especificamente, bem como o fato de ser integrado, constitui as “(...) características inerentes à natureza do processo de desenvolvimento local (...) pela simples razão de que os caracteres integrado e sustentável já são explícita ou implicitamente inerentes à essência conceitual do próprio desenvolvimento local (...)”.

Basicamente, as ações empreendidas e as políticas públicas para o desenvolvimento rural ainda têm o caráter paternalista e assistencialista que visam a **levar o desenvolvimento** para as áreas por eles escolhidas. Isto vem a ser o que Ávila (2000c, p. 69) denomina apropriadamente de **Desenvolvimento no local (DNL)** ou **Desenvolvimento para o local (DPL)**, que ele considera ocorrer quando:

(...) quaisquer agentes externos se dirigem à "comunidade localizada" para promover as melhorias de suas condições de vida, com a "participação ativa" da mesma (...) os agentes externos são os promotores do desenvolvimento e a comunidade apenas se envolve participando.

Procurando tornar mais clara a diferença entre um e outro conceito, Ávila (2000c, p. 4) reafirma que:

DNL: O que tem o LOCAL apenas como sede física, ou seja, tão-somente se SITUA NO LOCAL: é secundário se gera ou não benefícios à comunidade-localidade.

DPL: O que além de se situar NO LOCAL, como sede física, gera atividades e efeitos benéficos à comunidade e ao ecossistema locais, mas à maneira bumerangue: brota da instância promotora, vai ao LOCAL-COMUNIDADE, mas volta à instância promotora em termos de consecução mais de suas próprias finalidades institucionais (as da instância promotora, evidentemente) que do real, endógeno e permanente desenvolvimento da COMUNIDADE-LOCALIDADE visada. Em esmagadora maioria, os programas, projetos e atividades desenvolvimentistas realizados e/ou propostos (com explícitos ou implícitos objetivos de melhorias de comunidades-localidades) por organismos internacionais e nacionais, públicos e privados, têm-se conotado com Desenvolvimento Para o Local (DPL) (...).

O típico exemplo de Desenvolvimento para o local (DPL) caracteriza-se por ter sido previamente formatadas pelas instituições de origem, com regras e normas pré-definidas, às quais as comunidades interessadas tem de se ajustar e se submeter, sob pena de não serem aceitas ou então serem excluídas no decorrer do processo.

O Desenvolvimento Local, propriamente dito, tem como propósito proporcionar as condições necessárias para que ele ocorra a partir de um processo endógeno. Em contraposição ao desenvolvimento no local (DNL) ou para o local (DPL), Ávila (2000c, p. 69), denomina **Desenvolvimento Local** ao processo e nas situações em que:

a comunidade mesma desabrocha suas capacidades, competências e habilidades de agenciamento e gestão das próprias condições e qualidade de vida, "metabolizando" comunitariamente as participações efetivamente contributivas de quaisquer agentes externos. (...) a própria comunidade assume o agenciamento do seu desenvolvimento e os agentes externos são os que se envolvem participando, inclusive no sentido de "combustíveis" e "baterias" que acionam o motor da comunidade para que ela mesma pouco a pouco se torne capaz de tracionar o progresso de suas condições e qualidade de vida, sob todos os pontos de vista (social, econômico, cultural, etc.), inclusive no que se refere à contínua atração e metabolização de contribuições exógenas e alimentadoras.

As Instituições FAO, CONTAG, SENAR e UCDB preconizam de maneira clara o desenvolvimento rural de forma endógena, *stricto sensu*, além das demais características inerentes à lógica do processo de Desenvolvimento Local (ao mesmo democrático e democratizante, de cunho endógeno em dupla acepção, que implica descentralizações e redimensiona centralizações). Essas e outras características do processo de DL podem ser vistas com maiores detalhes em Ávila et al. (2000a, p. 76-91).

A UCDB, com seu Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, tem a nítida percepção do desenvolvimento de uma maneira ampla, pela qual o desenvolvimento rural e o

urbano, sendo estas faces de uma mesma moeda, são partes integrantes de um processo único que é o **Desenvolvimento Local**.

Sem dúvida alguma, dentre as propostas e atividades relatadas, a UCDB é a instituição que possui a proposta e também a teoria da "práxis" do processo de Desenvolvimento Rural mais ajustado, e perfeitamente em consonância, com o processo de Desenvolvimento Local.

Seguindo a tendência atual, o espaço urbano brasileiro, a exemplo do que acontece nos países ditos do “Primeiro Mundo”, tende a cada vez mais penetrar no espaço rural. Torna-se cada vez mais perceptível, então, que não faz mais sentido separar urbano de rural, tendo em vista que a própria natureza do Desenvolvimento Local os contempla.

O desenvolvimento rural não pode e não está mais sendo visto como dependente único e exclusivamente das atividades agrossilvopastoris. As atividades não-agrícolas estão ganhando espaço e importância, tanto no que diz respeito à ocupação da PEA²¹ rural como do ponto de vista de participação na renda dessa mesma população. Certamente, trata-se também de um reflexo da denominada *pluriatividade* que vem adquirindo importância nos últimos anos cuja tendência é a de aumentar, progressivamente, cada vez mais.

Os pesquisadores Costa, Paulitsch e Vicente (2000, p. 13) assim se referiram ao Desenvolvimento Local e à pluriatividade no viés rural:

(...) toma importância nos municípios com cultura rural, à medida em que o mundo rural não pode mais ser pensado apenas como um lugar de produção de mercadorias agrícolas. Como novos produtos a oferta de ar e água de qualidade, turismo, lazer, bens de saúde, possibilitando uma gestão multifuncional do território, o espaço rural oferece cada vez mais a possibilidade de combinar postos de trabalho agrícolas com pequenas e médias empresas das áreas de serviço e transformação.

O dinamismo social, existente no local, é também um elemento importante no processo de desenvolvimento, como afirma Abramovay (2000, p. 301):

²¹ PEA: população economicamente ativa.

... É bastante recente o interesse pelas razões que explicam o dinamismo de certas regiões rurais e o declínio de outras.(...) regiões dinâmicas (...) caracterizam-se por uma densa rede de relações entre serviços e organizações públicas, iniciativas empresariais urbanas e rurais, agrícolas e não agrícolas. Mais importante que vantagens competitivas dadas por atributos naturais, de localização ou setoriais é o fenômeno da proximidade social que permite uma forma de coordenação entre os atores capaz de valorizar o conjunto do ambiente em que atuam e, portanto, de convertê-lo em base para empreendimentos inovadores.

Outros aspectos que estão ganhando destaque, no contexto do desenvolvimento rural, são a **multifuncionalidade** da agricultura, ou mais apropriadamente do espaço rural, e a **sustentabilidade** das suas atividades (tanto as agrícolas como as não-agrícolas).

As pesquisas, os trabalhos e os estudos visando ao Desenvolvimento Rural deixam clara a importância desse setor para a qualidade de vida da população de seus países.

O Desenvolvimento Rural está progressivamente sendo visto, de forma cada vez mais unânime, como componente intrínseco e fundamental do processo de Desenvolvimento Local que não pode e não deve dissociar o urbano do rural. Assim, fica ainda mais evidente que o Desenvolvimento Local engloba ambos os processos: o de Desenvolvimento Rural e do Desenvolvimento Urbano (considerados dessa maneira somente para fins didáticos e/ou de análise acadêmica). Entretanto, existem instituições de ensino que ainda estão voltadas exclusivamente para o desenvolvimento rural, como é o caso, por exemplo, do programa de mestrado oferecido na Costa Rica²².

²² Programa Regional de Maestría em Desarrollo Rural - Universidad Nacional De Costa Rica. Este programa de mestrado, desenvolvido pela Escuela de Ciencias Agrarias, pertencente à Universidad Nacional da Costa Rica, pretende ou almeja os seguintes objetivos (COSTA RICA, 2000):

Preparar profesionales que a partir del estudio de los problemas de desarrollo regional-rural sean capaces de incidir en la solución de los mismos, promoviendo el desarrollo sostenible, participativo y democrático.

Realizar actividades de investigación, extensión y docencia con enfoques inter y multidisciplinarios para construir formas de desarrollo viables y justas en función de los sectores sociales y comunidades involucradas en los diversos procesos de desarrollo.

Interactuar con instituciones públicas y privadas en comunidades, sectores productivos, grupos organizados y campesinos, a efecto de contribuir en la formulación de políticas y programas de desarrollo rural-regional que posibiliten el bienestar de la población.

Establecer mecanismos de comunicación con las comunidades que posibilite el intercambio de experiencias, incorporándose a los procesos de transformación de las condiciones de desarrollo rural.

O seu principal objeto de estudo são os processos de desenvolvimento regional e rural e os eixos temáticos abordados são basicamente (COSTA RICA, 2000):

Políticas globales, macroeconómicas y sectoriales; gestión local; procesos de cambio y participación democrática; marco institucional público y privado; desarrollo científico y tecnológico; administración y financiamiento de programas y proyectos; transformación productiva; generación y adaptación de tecnología; recursos naturales y sostenibilidad.

Um importante aspecto que deve ficar claro, para que não haja confusão quanto ao seu significado e abrangência, diz respeito à diferenciação que deve haver entre o meio rural e os setores produtivos nele existentes. O conceito genérico de “rural”, além de diferente é mais abrangente que o de “agricultura”, mesmo considerada em seu sentido amplo e englobando as atividades da pecuária e da lavoura (também denominada agrícola).

A agricultura, segundo Ferreira (1975, p. 53), é um "(...) conjunto de operações que transformam o solo natural para a produção de vegetais e animais úteis ao homem", enquanto Abramovay (2000, p. 308), assim se refere ao meio rural: "Na classificação do IBGE o rural é definido como o que não é urbano. Qualquer localidade, qualquer distrito e mesmo os pequenos municípios são vistos como não-rurais."

Ribeiro²³ (apud CRISTÓVAO, 2000, p. 47), fazendo referência à abrangência e ao significado atual de meio rural, afirma que:

(...) as novas visões sobre a diversificação da economia rural e a valorização dos recursos endógenos, associadas à idéia de que o espaço rural é bem mais do que um simples fornecedor de alimentos. É, no fundo, um espaço multifuncional, que, a par das suas actividades agrárias tradicionais (agricultura, pecuária e silvicultura), pode também desempenhar funções ambientais e territoriais (...).

A teoria da multifuncionalidade prega que o meio rural tem como finalidade não só produzir alimentos e matérias-primas para a confecção de vestuário (algodão, lã, couro e outros) visando ao consumo da sua população, mas também estas são apenas algumas das suas múltiplas funções e responsabilidades. Dentre as diversas funções atribuídas ao campo e à agricultura, podem-se citar as seguintes:

- a) estabelecer a segurança alimentar, garantindo alimentos em quantidade e qualidade para a população, além de evitar a dependência de importações;
- b) implementar e sustentar atividades produtivas que possibilitem a ocupação e manutenção da soberania territorial;
- c) manter a pressão populacional distribuída pelas áreas rurais, poupando ou diminuindo a demanda sobre as áreas urbanizadas e seus equipamentos;

²³ RIBEIRO, M.. Agricultura e ambiente em regiões desfavorecidas: expressão de subdesenvolvimento, recursos para o desenvolvimento. *Vida Rural*, n.1649, p. 20-24, jun.1999.

- d) colaborar de forma efetiva e significativa para a manutenção dos empregos urbanos, evitando a concorrência da população rural, representada pelo êxodo para as cidades;
- e) proporcionar ocupação e renda no meio rural para a população, independente de ser urbana ou rural;
- f) permitir o aproveitamento econômico dos espaços rurais.

Essas múltiplas funções atribuídas ao meio rural são usadas pelos países mais ricos do mundo como justificativa para a defesa dos subsídios e dos programas especiais voltados à proteção e manutenção da sua agricultura, assim como da parcela de sua população que depende de forma direta e indireta dos resultados obtidos com tais atividades.

O Programa Leader²⁴ (Red Europea de Acciones para el Desarrollo Económico Rural) é um instrumento utilizado pela União Europeia para implementar e assegurar condições para o desenvolvimento de suas áreas rurais. Outro exemplo, que pode ser citado nesse sentido, mas cuja amplitude é nacional (ao contrário do anterior que tem uma abrangência bem maior ao englobar todos os países pertencentes à União Europeia), é o Programa que tem a sigla PPDR²⁵, cuja responsabilidade e administração pertence ao Ministério do Planeamento de Portugal. Tais incentivos destinam-se, basicamente, a manter a população rural (entendida principalmente como aquela parcela da população dedicada à

²⁴ A finalidade do Programa Leader, de acordo com a sua própria concepção (OIT, 2000), é a seguinte:

La misión de este Observatorio, bajo la estrecha tutela de la Dirección General de Agricultura de la Comisión Europea, es la de asegurar una amplia difusión de las acciones innovadoras puestas en marcha por los actores rurales con el fin de incitar y de facilitar los intercambios de experiencias y las transferencias de conocimientos entre las zonas rurales de la Unión Europea.

Este objetivo es llevado a cabo a través de: financiamiento de proyectos; asistencia técnica para la puesta en marcha de los mismos; ayuda en la búsqueda de socios; financiación para realizar los primeros encuentros; realización de estudios de viabilidad.

²⁵ O Ministério do Planeamento de Portugal, por intermédio do seu Programa denominado Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional (PPDR), subprograma 1 medida 4, tem como propósito (PORTUGAL, 2001):

Incentivar a constituição, implantação e funcionamento de iniciativas de animação de processos de desenvolvimento rural, em particular através de apoios em assistência técnica.

Com esta medida pretende-se fomentar o aparecimento e apoiar o funcionamento de agentes ou instituições de desenvolvimento originadas ou inseridas na realidade rural, que possam motivar e prestar assistência técnica aos promotores individuais, e sobretudo, activar a capacidade endógena de mobilização das populações, com vista à criação de formas organizadas de promoção de projectos integrados de desenvolvimento rural.

Neste sentido será prestado:

Apoio a associações e agentes de desenvolvimento - através de ajudas à constituição, implantação e funcionamento de iniciativas vocacionadas para a assistência técnica e dinamização do desenvolvimento rural;

Apoio em consultadoria - através de ajudas à encomenda e ao pagamento de serviços de consultores com vista ao arranque e consolidação de projectos de desenvolvimento rural.

produção de alimentos) onde está, como sentinelas avançadas, ocupando seu território e guardando suas fronteiras, além de estarem preservando as cidades de uma ocupação originada pelo êxodo da população rural para o meio urbano.

No continente americano também se encontram ações visando à proteção do setor rural, como a Agroasemex²⁶ no México.

O abandono do campo e da produção agropecuária, além de implicar uma provável diminuição da produção e oferta de alimentos em seus países, certamente viria provocar enorme pressão sobre os empregos, a infra-estrutura e os serviços básicos de suas cidades, causando a conseqüência do impacto negativo na qualidade de vida da população residente na área urbana e também naquela oriunda do meio rural. Isto significa dizer que todos sairão perdendo caso isso venha a ocorrer e que também todos ganharão mantendo-se a população rural ocupada com a produção de alimentos e/ou outra atividade, em seu lugar de origem, mesmo que produzindo às custas de muito subsídio por parte do governo e com preços acima do encontrado no mercado internacional. Esse ônus, entretanto, é suportado com satisfação pela parte urbana da população (dos países desenvolvidos e que subsidiam sua agricultura), tendo em vista os benefícios advindos desse fato, conforme mencionado.

A multifuncionalidade do meio rural e da agricultura tiveram origem na Europa e colabora para explicar a resistência encontrada nas populações de seus próprios territórios quando seus interesses são contrariados, apesar da retórica do livre comércio, em seu sentido mais amplo e irrestrito, proveniente desses mesmos países que dominam a economia mundial. Isto é, a liberdade total de circulação de bens e serviços só é desejada, e aceita, quando traz benefícios irrefutáveis para suas economias, o que leva a concluir que os países ditos

²⁶O governo mexicano vem incentivando, desde 1989, a criação de associações civis, formadas por produtores rurais de uma mesma região, para que se dediquem em sua maioria a atividades produtivas similares, com a finalidade de prestar serviços de seguro agrícola.

Estes "Fondos de Aseguramiento Agrícola", segundo o boletim Noticias DelNet (OIT, 1999, p.12-13), proporcionam diversas vantagens aos seus associados, das quais se relacionam as mais importantes:

Se organizan en asamblea general, la cual es la máxima autoridad del fondo de aseguramiento.

Administran sus propios recursos, ejerciendo un autocontrol para el buen funcionamiento del fondo y un manejo transparente.

Obtienen subsidio de 30 por ciento a la prima del seguro por parte del Gobierno Federal.

Los fondos de aseguramiento cuentan con el servicio de reaseguro de AGROASEMEX, para su protección, en caso de pérdida.

A Agroasemex é uma empresa paraestatal ligada ao sistema financeiro nacional, cuja área de ação é o setor de produção agropecuário mexicano. Tem como missão proporcionar proteção aos produtores rurais em caso de perdas da sua produção por problemas climáticos e/ou biológicos, bem como consolidar um "Sistema Nacional de Aseguramiento Rural", visando a proporcionar proteção às atividades produtivas.

desenvolvidos consideram e procuram impor aos países pobres que a teoria da livre concorrência, e eficiência competitiva, somente é aplicável naquelas áreas, bens ou serviços em que eles (ricos) efetivamente têm superioridade e vantagens competitivas em relação aos demais.

A adoção de subsídios nos países subdesenvolvidos, ou em desenvolvimento, é recriminada e condenada com veemência pelos denominados desenvolvidos. Entretanto, em seus países, ainda subsistem benefícios e ajudas substanciais nas áreas em que não conseguem ser competitivos em relação aos países pobres. Isto se dá principalmente nos setores que utilizam intensamente o trabalho manual e também no que diz respeito aos produtos provenientes da agricultura (em seu sentido amplo). De acordo com Chibbaro (2001, p. 16), os países pertencentes à Organização para Economia, Cooperação e Desenvolvimento (OECD), a título de "apoyos gubernamentales a la agricultura em los países miembros²⁷ de la OECD", em 1992, transferiram recursos da ordem de 353,6 bilhões de dólares (praticamente um bilhão de dólares por dia). Isto significou a transferência de 497 dólares per capita; 11.115 dólares por habitante agrícola; 21.972 por pessoa economicamente ativa na agricultura e de 1,9% do PIB.

O processo de globalização é um fato irrefutável e vem ocorrendo de maneira irreversível, trazendo mais vantagens para os países desenvolvidos do que para os denominados pobres ou em desenvolvimento. Entretanto, todos os países envolvidos no processo de globalização têm vantagens e desvantagens com ela. O que varia são o volume e a intensidade com que cada uma das vantagens ou desvantagens incide sobre determinado país. Certamente, estão sendo beneficiados aqueles países que possuem uma economia desenvolvida e forte, em detrimento dos demais.

Extensão territorial, heterogeneidade de usos, costumes, hábitos e tradições, elevado nível educacional da população, economia forte e desenvolvida, presença marcante e significativa do desenvolvimento endógeno são características importantes para que a ação nefasta e indesejável das desvantagens da globalização seja mantida sob certo controle. Nesses casos, as vantagens superam as desvantagens do processo de mundialização, sendo, portanto, benéfico para o conjunto dos países desenvolvidos.

²⁷ Os países que fazem parte da OECD são: Austrália, Áustria, Canadá, da Comunidade Econômica Européia, Finlândia, Japão, Nova Zelândia, Noruega, Suécia, Suíça e Estados Unidos.

Os países precisam ser competitivos no seu próprio mercado interno, produzindo produtos e serviços com qualidade e preços compatíveis com o mercado internacional. Deste modo, os produtos importados terão que vencer uma concorrência não só com outros países, mas também com a produção interna, o que também vem a ser uma forte barreira no sentido de conter o desequilíbrio da balança de pagamentos (déficit), uma das grandes desvantagens da globalização para os países não desenvolvidos e/ou em desenvolvimento.

Uma das maneiras adequadas de se proteger e manter o equilíbrio, quantitativo e qualitativo, entre as vantagens e desvantagens, é criar condições para estimular e manter elevadas a escolaridade e a qualidade da educação, à disposição da população, a diversidade estrutural e o desenvolvimento endógeno da sociedade local e do país. Nesse mesmo enfoque, Abramovay (2000, p. 308) faz referência à importância do rural no contexto nacional, afirmando que:

O meio rural tem um papel estratégico no desenvolvimento brasileiro que não interessa apenas aos habitantes que vivem nas zonas que o IBGE classifica como rurais. O destino das áreas não densamente povoadas - contrariamente a uma convicção profundamente arraigada no viés urbano subjacente a nossa cultura - não são necessariamente o atraso e o abandono. O próprio crescimento urbano recente aumenta a demanda por novos produtos e novos serviços vindos do meio rural. O desafio consiste em dotar as populações vivendo nas áreas rurais das prerrogativas necessárias a que sejam elas os protagonistas centrais da construção dos novos territórios.

A força de um país deve estar baseada no conjunto de recursos aproveitáveis e no somatório das forças e potencialidades individuais, proporcionados pela ação catalisadora do processo de desenvolvimento local nas suas diversas regiões, sendo a multifuncionalidade do campo, a pluriatividade da sua população, o capital social e os dinamismos locais, partes integrantes do contexto e da estratégia de desenvolvimento rural.

Nunes e Contini (2000, p. 5) citam dados importantes sobre a ocupação e renda no agronegócio brasileiro:

O pessoal ocupado em atividades da agropecuária somava, em 1996, 13.906 mil pessoas, representando 61,4 % de toda a mão-de-obra ocupada no complexo agroindustrial e 23,3 % de todo o pessoal ocupado na economia, de 59.765 mil pessoas. Cada pessoa ocupada na agricultura gera um valor da produção de R\$ 8.914 reais por ano, um dos mais baixos de todos os setores da economia. (...) A participação do complexo agroindustrial no PIB do Brasil é de 20,6%.

De acordo com o que já foi mencionado, e de forma bastante rápida e sucinta na introdução deste capítulo, existem alguns aspectos que vêm sendo estudados recentemente, cujos resultados mostram que a separação tradicional entre meio urbano e meio rural não reflete mais a realidade atual. A pesquisa **Caracterização do Novo Rural Brasileiro** (UNICAMP, 2000) conduzida de 1992/98, denominada de **Projeto Rurbano**²⁸, cuja coordenação está sob a responsabilidade do Núcleo de Estudos Agrícolas do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (UNICAMP), apresenta resultados interessantes nesse sentido.

Atualmente, o projeto encontra-se em sua terceira fase, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), do Programa de Núcleos de Excelência, do Conselho Nacional de Pesquisa, da Financiadora de Estudos e Projetos (PRONEX/CNPq/FINEP) e da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e do Abastecimento²⁹ (SDR/MAA). Conta, inclusive, com a participação de onze universidades federais e dois núcleos da EMBRAPA. A seguir serão comentados alguns resultados dessa pesquisa, que contribuem com esse trabalho.

Atividades agropecuárias, que há pouco tempo eram inexpressivas, começam a ganhar importância econômica. Como exemplo dessas atividades ligadas à produção agropecuária, podem ser citadas: a piscicultura, a horticultura, a floricultura, a fruticultura de mesa, a criação de pequenos animais e outras. Ao mesmo tempo, atividades denominadas

²⁸ Este projeto propõe cinco grupos de políticas, consideradas fundamentais para o desenvolvimento rural brasileiro (UNICAMP, 2000):

Políticas de "desprivatização" do espaço rural tais como a criação de programas de moradia rural, recuperação de vilas e colônias, implantação de áreas públicas para lazer no entorno de reservas ecológicas, parques e represas; e a implantação de uma reforma agrária não exclusivamente agrícola nas regiões Centro-Sul do país;

Políticas de urbanização do meio rural visando a criação de infra-estrutura de transportes e comunicações, bem como a extensão dos serviços urbanos básicos, principalmente água potável, energia elétrica, saúde e educação;

Políticas de geração de renda e ocupações não-agrícolas, que visem estimular a pluriatividade das famílias rurais e outros usos para os espaços rurais (como o turismo, a moradia e a preservação ambiental), promovendo também a re-qualificação profissional necessária dessa população para a sua reinserção nesses novos segmentos de prestação de serviços pessoais que estão surgindo;

Políticas sociais compensatórias ativas, tais como aposentadoria precoce em áreas desfavorecidas, estímulo a jovens agricultores, renda mínima vinculada à educação de crianças (como no caso dos cortadores de cana mirim, das carvoarias), etc.;

Um re-ordenamento político-institucional que reconheça as novas formas de regulação que vem surgindo no novo rural e que permitam tanto superar o tratamento individualizado dado até aqui aos beneficiários das políticas públicas, como fortalecer novas estruturas do poder local para que seja possível a efetiva descentralização das atuais políticas públicas do país.

²⁹ Este ministério denomina-se atualmente Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

não-agrícolas também começam a ganhar espaço e importância por causa do incremento na urbanização do meio rural: moradia, turismo, lazer e prestação de serviços.

O incremento nas atividades não-agrícolas vem provocando mudança no perfil de renda das pessoas ocupadas no meio rural, conforme se pode visualizar na Figura 1.

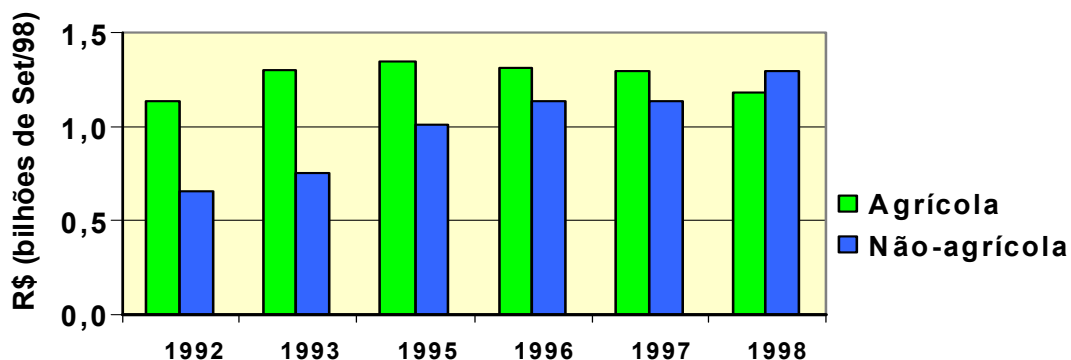


FIG. 1 - Evolução das rendas do trabalho principal das pessoas ocupadas no meio rural brasileiro, segundo o ramo de atividade: Brasil (1992/98).

Fonte: SILVA, José Graziano & GROSSI, Mauro Eduardo Del, 2001: p. 3.

Outra constatação interessante é a de que a partir de meados de 1980, o número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas vem caindo acentuadamente. Entretanto, não está ocorrendo a redução proporcional na população rural. A explicação para o fato, segundo a pesquisa, é que está havendo incremento, na população economicamente ativa rural não-agrícola, de tal monta que tem compensado e impedido que haja decréscimo dessa população como um todo (Figura 2).

Um fato que vem ocorrendo cada vez mais freqüente é a múltipla inserção dos membros de uma mesma família no mercado de trabalho, denominada pluriatividade, cuja incidência se dá em maior proporção nas unidades agrícolas de pequena escala.

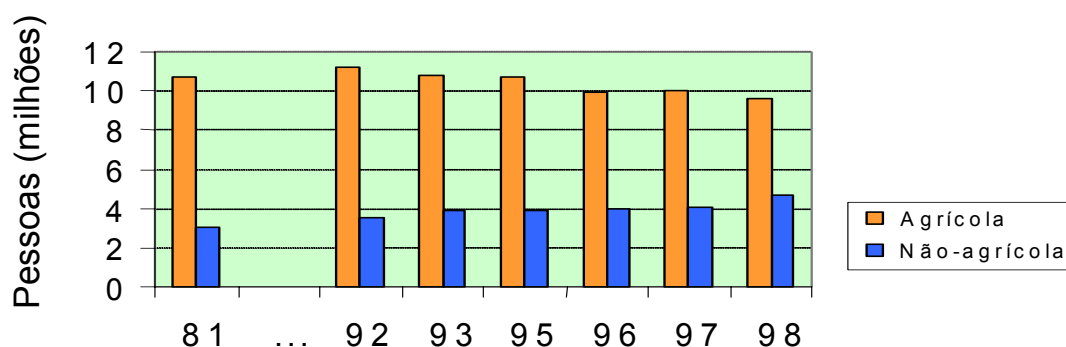


FIG. 2 - Evolução das pessoas ocupadas e residentes no meio rural, segundo o ramo de atividade: Brasil, (1981/1998).

Fonte: SILVA, José Graziano & GROSSI, Mauro Eduardo Del, 2001: p. 5.

O termo pluriatividade, segundo as informações da pesquisa Rurbano (UNICAMP, 2000), pode ser entendido como:

O conceito de pluriatividade permite descrever a conjunção das atividades agrícolas com outras atividades que gerem ganhos monetários e não-monetários, independentemente de serem internas ou externas à exploração agropecuária. Isso permite considerar todas as atividades exercidas por todos os membros dos domicílios, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não-assalariado, realizados dentro e/ou fora das explorações agropecuárias. Desse modo, os conceitos de diversificação produtiva e da agricultura a tempo parcial ficam contidas no conceito de pluriatividade; como queríamos analisar todos os integrantes da família, a unidade relevante de análise passa da exploração agrícola para as famílias ou domicílios rurais nela contidos".

A pluriatividade atinge em torno de 21% dos domicílios rurais brasileiros, existentes em 1998 (Tabela 1).

O processo de reforma agrária, componente indispensável para a ampliação e o fortalecimento da agricultura familiar, vem se arrastando com excessiva morosidade em todo o Brasil. Esse fato gera apreensão em todos os envolvidos e trás muita instabilidade ao setor produtivo rural. Apesar disso, existem alguns aspectos que podem ser considerados positivos e, dentre estes, o Banco da Terra merece ser citado.

TABELA 1 - Número, composição das rendas familiar e per capita das famílias extensas³⁰ residentes no meio rural. Brasil, 1998 (R\$ set. 1998).

Local domicílio / tipo de família	1.000 famílias	Agrícola	Não-agrícola	Aposentado/ pensionista	Outras	Renda per capita	
		%	%	%	%	R\$	Relativo
TOTAL	41.840	5,5	73,8	15,5	5,2	254,04	247
URBANO	33.994	2,6	76,8	15,3	5,3	292,80	285
RURAL	7.846	37,7	41,5	17,3	3,6	102,75	100
Empregadora Rural	307	43,2	41,0	9,7	6,1	369,02	359
Agrícola	142	77,8	0,0	14,5	7,6	320,32	312
Pluriativo	83	49,7	33,9	9,6	6,7	323,21	315
Não-agrícola	81	0,0	91,7	4,5	3,8	514,37	501
Conta-Própria Rural	3.603	46,3	34,4	16,9	2,5	88,77	86
Agrícola	2.005	72,1	0,0	24,5	3,4	75,81	74
Pluriativo	1.009	46,7	39,7	11,6	2,0	84,57	82
Não-agrícola	589	0,0	88,9	9,5	1,6	139,03	135
Assalariados Rurais	3.123	32,1	55,9	9,9	2,2	95,89	93
Agrícola	1.275	87,1	0,0	11,0	1,9	66,47	65
Pluriativo	547	52,1	39,4	7,0	1,6	73,50	72
Não-agrícola	1.300	0,0	87,4	10,2	2,5	136,43	133
Não-ocupado rural na semana	813	0,0	0,0	85,5	14,5	93,99	91

Fonte: SILVA, José Graziano & GROSSI, Mauro Eduardo Del, 2001: p. 4.

O *Banco da Terra* é um *Fundo de Terras e da Reforma Agrária*, criado pela Lei nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, e regulamentado pelo Decreto nº 3.475, de 19 de maio de 2000, cuja finalidade é a de “(...) financiar a compra de imóveis rurais e a implantação de obras de

³⁰ Famílias rurais extensas incluem, além da família nuclear, os parentes e agregados que vivem no mesmo domicílio.

infra-estrutura básica indispensável ao desenvolvimento das atividades rurais" (BRASIL, 2000a).

O valor é financiado em até 20 anos com prazo de carência de até três anos. Os recursos destinados ao Banco da Terra são oriundos do Orçamento da União e sua aplicação é feita de maneira descentralizada pelos Estados. A seleção, aquisição e forma de utilização das terras são feitas pelos próprios interessados, organizados em cooperativas ou associações, para dar agilidade, bem como atender as necessidades específicas de cada realidade local.

A agricultura familiar precisa realizar enorme esforço, “hercúleo” em termos de organização para ganhar competitividade e poder se firmar no mercado interno e ainda, ou em decorrência disso mesmo, ganhar condições para competir em um mercado globalizado, colocando seus produtos tanto no próprio mercado como no disputado e muitas vezes protegido mercado externo.

Nesse sentido, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), com 25 federações estaduais e 3.600 sindicatos de trabalhadores rurais, vem se empenhando em realizar diversas ações para difundir e implementar um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável.

De acordo com as palavras do próprio Presidente da CONTAG, em palestra proferida no mês de dezembro de 1999 a respeito do projeto da Instituição, os motivos da preferência pela agricultura familiar (CONTAG, 2000) são:

A opção pela agricultura familiar se justifica pela sua capacidade de geração de emprego e renda a baixo custo de investimento e com menores danos ambientais. Segundo pesquisa feita pela CONTAG/CUT, em várias áreas do país, a agricultura familiar ainda é a forma preponderante de produção agrícola. Se devidamente apoiada por políticas públicas e ancorada em iniciativas locais, pode se transformar no grande potencializador de um desenvolvimento descentralizado e voltado para uma perspectiva de sustentabilidade.

Outro fator que aponta a agricultura familiar como um dos pilares do Projeto Alternativo é sua capacidade de garantir o desenvolvimento do município e, ao mesmo tempo, o crescimento de todo o entorno sócio econômico. Dessa forma, o desenvolvimento agrícola retém a população em sua localidade e evita o deslocamento para os grandes centros urbanos. É o desenvolvimento com distribuição de renda no setor rural que viabiliza e sustenta a qualidade de vida no setor urbano.

As ações políticas da CONTAG dão-se nas três esferas dos governos, nas quais são discutidos e reivindicados os aspectos considerados essenciais para o fortalecimento da agricultura familiar, destacando-se:

- a) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF);
- b) Fundos Constitucionais;
- c) Políticas de apoio às atividades não-agrícolas, (industrialização, produção artesanal e turismo rural);
- d) Investimentos públicos em serviços de pesquisa, experimentação, difusão, assistência técnica e extensão rural;
- e) Implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) para o meio rural.

Além das ações políticas que vêm sendo realizadas, foi criado o Programa Nacional de Formação Profissional para Trabalhadores Rurais, o qual é considerado pela CONTAG (2000) como estratégico para qualquer política de desenvolvimento. A implementação está sendo feita por intermédio de diversos projetos, contemplados nos seguintes "Programas":

- a) Programa de Desenvolvimento Local Sustentável;
- b) Programa de Formação de Negociadores para Assalariados;
- c) Programa de Formação em Gestão Sindical;
- d) Programa de Capacitação em Formulação de Políticas de Desenvolvimento e Emprego;
- e) Elaboração de uma proposta de adequação da educação básica e fundamental ao meio rural.

Voltando para o nosso Estado, especificamente, o Governo de Mato Grosso do Sul, dentro da proposta de desenvolvimento para o Estado, cuja base da economia repousa na agropecuária, tem consciência dessa dependência e está atuando no sentido de fortalecer o meio rural, embora de forma incipiente e por vezes com medidas que penalizam e transferem renda para os outros setores da sociedade.

Inserido e em caráter prioritário no Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Estado (PD Agro), está o Programa de Agricultura Familiar (PAF) (MATO GROSSO DO SUL, 1999a, p. 8), tendo o objetivo de:

Fomentar e estimular o desenvolvimento da agricultura familiar nas unidades rurais constituídas pelos agricultores familiares, de modo a proporcionar-lhes ocupação e renda, pela integração das políticas públicas direcionadas ao setor, visando o aumento da produtividade agrícola, o crescimento sócio-econômico e o desenvolvimento do homem do campo.

O público-alvo do PAF, segundo a mesma publicação, é o agricultor familiar (pequeno produtor, assentado, indígena e outros), o jovem e a mulher rural. Apesar de afirmar que o princípio norteador do programa é a municipalização, simultaneamente esclarece que se trata de uma parceria.

Diversos subprogramas e projetos integram o PAF. Não é o caso de discorrer sobre todos eles, mas de simplesmente citar os subprogramas para que se tenha uma visão das áreas abrangidas pela proposta: organização; desenvolvimento humano; pesquisa e difusão; diversificação; agroindústria; reforma agrária; abastecimento; crédito rural; infra-estrutura; integração, agricultura familiar e turismo; comunidades indígenas e capacitação de recursos humanos.

Com o intuito de proporcionar ao agricultor familiar a possibilidade de agregar valor a sua produção, e com isso auferir melhor renda, instituiu, e está implementando, o projeto “PROVE PANTANAL”. Este visa, além do beneficiamento da produção primária, agregando valor ao produto, a favorecer a organização social para a compra de insumos e venda do produto final. Merece destaque o fato de ele ter sido premiado pela ONU. Outro projeto significativo, desta vez na área de crédito rural, foi a implantação do FUNDO DE AVAL.

Inicialmente, em 1999, foi constituído o Conselho Estadual da Agricultura Familiar (CEAF/MS) cuja função era a de deliberar sobre as políticas de Programa da Agricultura Familiar. Em meados do ano 2000, o CEAF/MS foi extinto e substituído por outro com atribuições mais amplas, instituindo, pelo Decreto nº 9.928, de 31 de maio de 2000, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável de Mato Grosso do Sul (CEDRS/MS).

Outro aspecto fundamental, quando se analisa o meio rural e se buscam opções para o seu desenvolvimento, é que as soluções devem obrigatoriamente estar vinculadas ao caráter sustentável das atividades, assunto abordado no Capítulo 1 ao tratar do tema desenvolvimento.

O tema que trata da sustentabilidade das atividades humanas sobre a face da terra vem há muito tempo preocupando cientistas e estudiosos do assunto. Entretanto, somente nos

últimos anos, os grandes desastres ecológicos, a ameaça da falta de água que antes parecia inesgotável, a conscientização dos povos desenvolvidos no tocante à necessidade de se produzir e consumir alimentos saudáveis, a busca por vida com qualidade, em todos os sentidos têm despertado nos governos e na sociedade organizada a necessidade de se alcançar uma outra forma de desenvolvimento, diferente daquela que a humanidade vinha trilhando até o final do século XX.

A sustentabilidade do desenvolvimento, tratado e concebido como um processo global, constitui uma totalidade indissociável, de acordo com Cavalcante (1998, p. 85), que considera as seguintes dimensões como básicas para a sustentabilidade do desenvolvimento:

A dimensão geoambiental: defende a utilização racional e a conservação dos recursos naturais, proteção do meio ambiente, patrimônio insubstituível de todos;

A dimensão econômico-social cria e oferece as condições para o crescimento econômico, socialmente inclusivo, e equitativamente distribuído;

A dimensão científico-tecnológica busca assegurar o domínio e a permanente atualização do conhecimento, estimulando o processo continuado da inovação social, permitindo a criação das condições viáveis para que a sustentabilidade do desenvolvimento seja implementada de forma eficaz;

A dimensão político-institucional visa implantar e consolidar o sistema democrático e participativo que dê continuidade e consistência a um processo ordenado de políticas e ações que garantam a implementação plena e global das dimensões acima referidas.

(...) Portanto, o conceito de sustentabilidade do desenvolvimento utilizado atualmente não só considera a necessidade de manutenção a *longo prazo* da *produtividade* dos recursos naturais e de conservação da base física, mas também incorpora a idéia de equidade tanto *interpessoal* – no caso da sustentabilidade social – quanto *intertemporal* – caso da sustentabilidade ambiental.

A preocupação com a sustentabilidade pode ser constatada igualmente no volume denominado Agricultura Sustentável (BRASIL, 2000b), integrante da coleção que oferece subsídios à elaboração da Agenda 21 Brasileira.

A idéia de uma 'agricultura sustentável' revela, antes de tudo, a crescente insatisfação com o status quo da agricultura moderna. Indica o desejo social de sistemas produtivos que, simultaneamente, conservem os recursos naturais e forneçam produtos mais saudáveis, sem comprometer os níveis tecnológicos já alcançados de segurança alimentar. Resulta de emergentes pressões sociais por uma agricultura que não prejudique o meio ambiente e a saúde.

No debate público internacional, a idéia de 'agricultura sustentável' tem uma presença muito mais importante do que qualquer outra que lhe seja equivalente.(...) Por mais que se esteja vivendo na 'aurora de uma nova era' - rotulada de pós-industrial, pós-moderna, ou pós-escassez - a verdade é que a humanidade continua muito longe de encontrar uma fonte de energia necessária à vida, que dispense o consumo das plantas e animais, como ocorre há 2 milhões de anos.

Durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992 no Rio de Janeiro, RJ, que contou com a presença de 170 países, foi

aprovada a denominada Agenda 21. Essa Agenda consolida o conceito de desenvolvimento sustentável e os compromissos acordados pelos países signatários. Cada país assumiu a responsabilidade de elaborar e implementar a sua Agenda 21 Nacional.

A Agenda Brasileira definiu seis grandes temas, quais sejam (AGENDA, 2000): gestão dos recursos naturais; agricultura sustentável; cidades sustentáveis; infra-estrutura e integração regional para o desenvolvimento sustentável; redução das desigualdades sociais para o desenvolvimento sustentável; ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento rural brasileiro será consequência, também, do impacto das ações que forem implementadas em cada uma das áreas temáticas da Agenda 21 Brasileira, bem como de seus desdobramentos no âmbito estadual e local. As propostas oficiais das Agendas estaduais e locais estão em fase de elaboração pelas diversas unidades da federação e devem, logicamente, serem adequadas às características e potencialidades de cada uma delas.

A Agroecologia é uma opção que vem sendo apontada para contribuir, de maneira efetiva, com o desenvolvimento rural sustentável. O Estado que tem se mostrado pioneiro na sua implementação, em escala estadual e com apoio governamental, é o Rio Grande do Sul.

Inicialmente, é oportuno explicar o que significa Agroecologia. Uma definição mais abrangente para o termo é dada por Sevilla Guzmán e Gonzáles de Molina³¹ (apud CAPORAL e COSTABEBER, 2000, p.26):

(...) a Agroecologia corresponde a um campo de estudos que pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, para através de uma ação social coletiva de caráter participativo - de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica - reconduzir o curso alterado da co-evolução social e ecológica, mediante um controle das forças produtivas que estanque seletivamente as formas degradantes e espoliadoras da natureza e da sociedade. Em tal estratégia, dizem os autores, tem um papel central a dimensão local como portadora de um potencial endógeno que, por meio da articulação do saber local com o conhecimento científico, permita a implementação de sistemas de agricultura alternativa potencializadoras da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural.

O atual governo sul-rio-grandense está dando especial atenção à agricultura familiar e investindo na Agroecologia como forma de implantar uma nova alternativa de desenvolvimento rural. A extensão rural do Estado com suas ações está resgatando a "(...)

³¹ SEVILLA GUZMÁN, E.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.. Sobre la agroecología: algunas reflexiones em torno a la agricultura familiar em España. In: GARCIA de Leon, M.A. (ed.). *El campo y la ciudad*. Madrid: MAPA, 1996. p. 153-197. (Serie Estudios).

dignidade da profissão de agricultor e da atividade agropecuária no Rio Grande do Sul (...)", afirmou o presidente da Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS, 2000, p. 5-6). Continuando, disse que:

As políticas do governo do Estado para o setor agropecuário partem da concepção de desenvolvimento baseada na sustentabilidade. Nesse contexto, desde 1999, a Emater/RS, como empresa responsável pelo serviço oficial de extensão rural, assumiu a estratégia de priorizar a agricultura familiar, mais descapitalizada, trabalhar pela produção de alimentos limpos e por um modelo tecnológico que agrida menos o meio ambiente. E, para isso, busca utilizar metodologias participativas, que permitam aos agricultores participação efetiva nas decisões do processo de desenvolvimento.

O Governador do Estado confirmou em outro trecho da reportagem (EMATER/RS, 2000, p. 7):

A Agroecologia, na visão do nosso governo, é fundamental para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável. Queremos aumentar a produção e a renda no campo, abrindo este mercado promissor para os alimentos sem agrotóxicos. O desafio do próximo século é produzir mais, preservando a vida e a natureza.

Está-se vivendo um período de transição em que as inovações ditas "modernas" das últimas décadas (tipo "Revolução Verde") já não oferecem soluções únicas e abrangentes que possam dar respostas satisfatórias aos problemas enfrentados pelo setor rural no contexto do mundo atual. Além disso, conforme exposto até o momento, o setor rural está vivendo um processo de mudanças e adaptações radicais em sua tradicional feição.

A agricultura familiar e a empresarial contribuem de formas diferentes, mas não antagônicas, pode-se dizer que atuam de forma complementar para o desenvolvimento rural.

A modernização e o crescimento da agricultura não foram suficientes para levar ou desencadear o processo de desenvolvimento no mundo rural. O meio rural está abrigando cada vez mais atividades denominadas não-agrícolas, as quais estão contribuindo progressivamente para o aumento da renda rural não-agrícola, em relação àquela obtida nas atividades agrícolas.

A separação entre rural e urbano, tendo em vista todos os aspectos abordados neste capítulo, acaba perdendo o sentido, bem como pensar que o Desenvolvimento Local possa incluir apenas uma das áreas (urbana ou rural), já que o Desenvolvimento Local engloba

ambas as áreas. No presente trabalho, a distinção é feita apenas com a finalidade de aprofundar o estudo sobre o ângulo rural, sem dicotomizá-lo do urbano.

A pluriatividade³² é outro aspecto característico dessa nova realidade que começa a ganhar cada vez mais participação e importância na composição da renda da população rural.

Hoje, a sociedade começa a exercer forte resistência e a não aceitar passivamente atividades e produtos cujos impactos sobre o meio ambiente e respectivos recursos naturais não tenham o caráter de sustentabilidade. Isto está acontecendo com mais intensidade nos países desenvolvidos, causando um significativo impacto nos sistemas de produção e nas relações comerciais entre os países importadores e exportadores de alimentos.

O desenvolvimento do meio rural vem se mostrando cada vez mais inerente e de caráter fundamental para qualquer projeto ou proposta de desenvolvimento local, regional e nacional. Entretanto, para que isso ocorra de fato, a população urbana precisa ser conscientizada dessa realidade e dessa importância vital do setor rural, além da população rural resgatar sua auto-estima, cujo caminho para se tornar realidade passa prioritária e obrigatoriamente pelo acesso à educação.

São várias as opções de atividades visando ao trabalho e à obtenção de renda, as quais podem colaborar para o desenvolvimento do meio rural. Dentre elas, tem-se a tradicional produção agropecuária na forma *in-natura* ou beneficiada, destinada à alimentação ou não. As atividades agrossilvopastoris destacam-se atualmente como o segundo principal componente de geração de renda no setor rural (Figura 1). Entretanto, outras atividades possuem potencial considerável e podem contribuir significativamente para o desenvolvimento rural, como o agroturismo, turismo ecológico, pesca desportiva, águas medicinais, festas rurais, feiras de produtos locais e/ou tradicionais.

Veiga (2000, p. 193) identifica e classifica a possibilidade de desenvolvimento dos espaços rurais em três gerações, como ele mesmo as denomina, a seguir, de forma resumida:

- a) a primeira geração é característica de alguns espaços, cujas possibilidades e perspectivas de desenvolvimento estão atreladas e dependem, fundamentalmente, da "(...) exploração mais produtiva de recursos naturais, isto é, à maior eficiência em atividades agropecuárias, florestais, minerais ou pesqueiras";

³² Nas páginas 65 a 68 deste Capítulo, o termo pluriatividade encontra-se enfocado com mais detalhes.

- b) fazendo parte da segunda geração, encontram-se "(...) espaços rurais cujas chances de desenvolvimento pouco têm em comum com as atividades primárias e cujo desenvolvimento está intimamente ligado" e depende "(...) da possibilidade de atrair investimentos industriais";
- c) a terceira geração, constituída de espaços rurais cujas chances de desenvolvimento também têm pouco em comum com as atividades primárias, baseia o seu desenvolvimento na "(...) capacidade de oferecer serviços a consumidores de alta renda, atraídos pelas riquezas naturais que tendem a ser cada vez mais valorizadas: ar puro, água limpa, belas paisagens e silêncio".

Tal visão, que vem se delineando nos últimos anos, em relação a significado, importância e abrangência do meio rural, traz em seu bojo mudanças significativas para o seu desenvolvimento. Todos esses aspectos formam, em seu conjunto, uma situação que faz pensar o desenvolvimento rural de forma totalmente diferente do que se está acostumado, isto é, o mundo rural contemporâneo espera e exige nova maneira de se pensar o seu desenvolvimento.

CAPÍTULO 3

ASPECTOS PLURIDIMENSIONAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE

Os primeiros moradores da área, que hoje forma o município de São Gabriel do Oeste, vieram de Minas Gerais e dedicavam-se à criação extensiva de gado. A introdução da cultura do café na década de 70 iniciou uma fase de crescimento que logo em seguida foi tolhida, por causa das geadas de 1975 que dizimaram os cafezais ali implantados, e obrigaram os produtores a buscar novas alternativas. O arroz de sequeiro surgiu como uma opção que também foi abandonada em favor da formação de pastagens e da cultura da soja. A tradição sulista com essa cultura, aliada às possibilidades de sua expansão, incentivou a vinda de novos produtores e de todo um sistema de apoio ao seu cultivo (cooperativas, insumos, técnicos, armazéns, transporte e outros).

A criação do município de São Gabriel do Oeste começou no ano de 1973, com a formação de um núcleo habitacional que passaria a distrito em 1976 e, finalmente, a município em 1980.

Hoje, a sede do município tem seu traçado de forma planejada, com ruas e avenidas amplas, contando com espaço disponível para crescimento horizontal.

Uma característica interessante da cidade é a qualidade das construções, a limpeza da cidade de um modo geral e o cuidado das pessoas com o jardim de suas residências.

3.1 CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE

A população do município, de acordo com os dados de 1996 (IBGE, 2000b), era de 14.585 habitantes, estando 12.119 distribuídos na área urbana e 2.466 na zona rural. A taxa

média anual de crescimento da população no período de 1980 a 1991 foi em torno de 6,7% ao ano. Esse período coincidiu com um fluxo migratório bastante intenso. De 1991 a 1996, a taxa diminuiu significativamente, ficando em torno de 3,9% ao ano; ainda assim elevada quando comparada com as taxas médias de crescimento da população verificada tanto no Estado como no Brasil. A densidade demográfica aumentou entre 1996 a 1998, passando de 3,77 para 4,04 habitantes/quilômetro quadrado, indicando que vem ocorrendo um aumento da população do município, fruto da elevada taxa de crescimento populacional e da pequena, mas ainda presente migração interna, oriunda principalmente do sul do país, que apesar de ter diminuído não cessou. O censo de 2000 (IBGE, 2001) apresentou uma população total de 16.820 habitantes, sendo 13.630 habitantes na área urbana e 3.190 habitantes na área rural, com uma densidade demográfica de 4,36 habitantes/quilômetro quadrado.

No período (1996) os dados do IBGE (2000b) mostram que a população masculina era levemente superior a feminina, sendo composta de 7.525 pessoas do sexo masculino e 7.060 do feminino, representando 51,59% e 48,41%, respectivamente. Esses dados mostram que há um equilíbrio entre a população no que diz respeito ao número de homens e mulheres e que esta relação não vem se alterando significativamente, quando comparado com os dados de 1991.

O processo de urbanização do município de São Gabriel Do Oeste não difere do verificado no Estado de Mato Grosso do Sul e no Brasil. A taxa de urbanização passou de 42,88% na década de 80 para 73,63 em 1991, sendo que no período de 1991 a 1996 ela subiu rapidamente para 83,09%. O censo de 2000 (IBGE, 2001) apresentou um número ligeiramente inferior de 81,03%. Esse processo de urbanização tem sido influenciado diretamente pelo sistema de produção comercial predominante no município, bem como pela estrutura fundiária existente que vem se consolidando na região, tendo em vista que as principais atividades produtivas são as culturas de milho, soja e a criação de bovinos no sistema de pecuária extensiva. Além disso, o que mais contribui para esses resultados é a metodologia adotada pelo IBGE para a realização dos seus cálculos.

As atividades citadas são conduzidas no sistema comercial, o qual implica uso intensivo de capital e pouca utilização de mão-de-obra. De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE de 1995/96 (IBGE, 2000a), as propriedades de 100 a 10.000 hectares representavam 95,91 % da área rural do município e 81,16 % do número de estabelecimentos rurais (35% até

1.000 hectares, 62% entre 1.000 e 10.000 hectares e 3% acima de 10.000 hectares). A área média dos estabelecimentos agropecuários era de 694 hectares.

O município de São Gabriel do Oeste faz limites com os municípios de Coxim, Camapuã, Bandeirantes, Corguinho e Rio Verde de Mato Grosso (Figura 3). Pertence à Microrregião do Alto Taquari e à Mesorregião Centro-Norte. A extensão do seu território é de 3.866 quilômetros quadrados (1,08% do Estado) a uma altitude de 693 metros. Está ligado à capital Campo Grande, por estrada asfaltada, distante cerca de 130 quilômetros. Seu clima é tropical chuvoso, sem estação fria, mas com estação seca bem definida (inverno). A precipitação pluviométrica anual é de aproximadamente 1.500 mm, sendo o primeiro trimestre do ano o mais chuvoso (janeiro, fevereiro e março). A vegetação predominante no município é a de Savana Arborizada (Cerradinho), Savana Florestada (Cerradão) e o Campo Limpo.

As coordenadas geográficas do município são 19°20'00" S e 54°30'00" W.

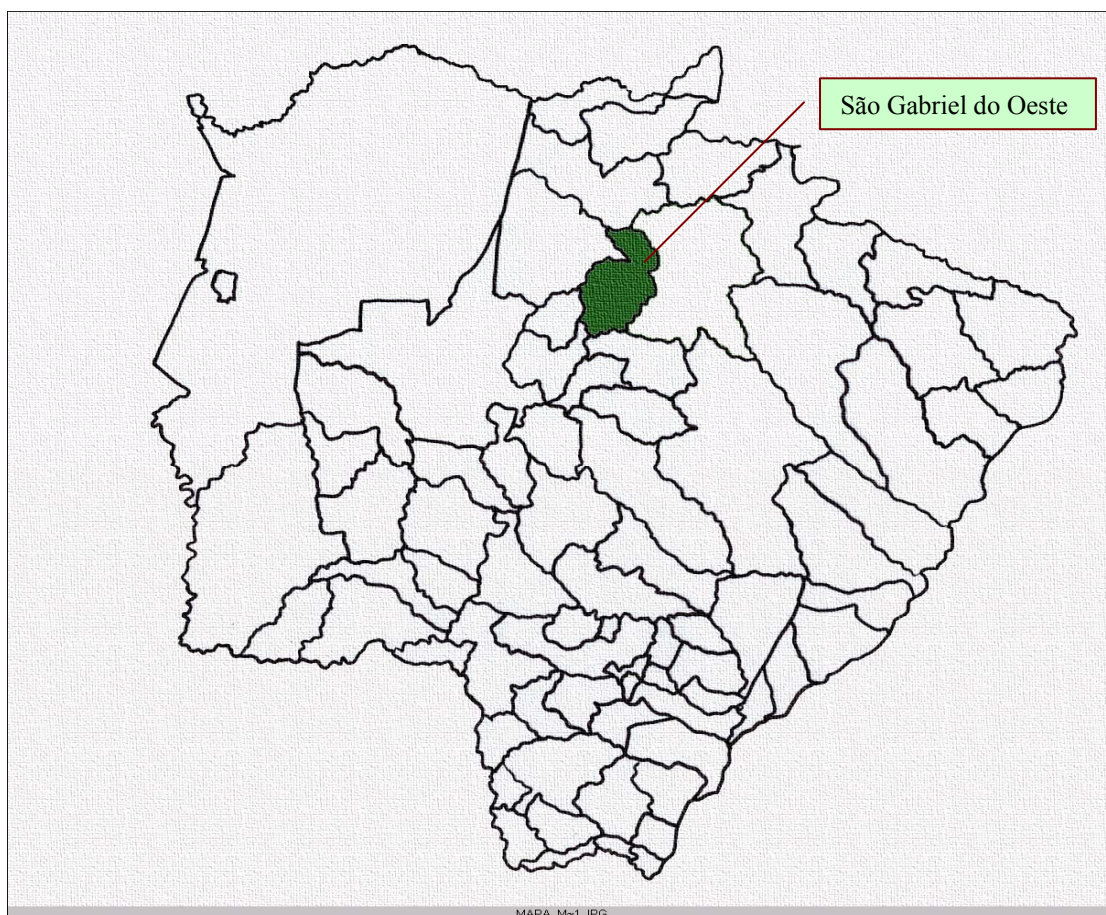


FIG. 3 – Localização geográfica do município de São Gabriel do Oeste.

Fonte: SEPLAN/MS, 199b

A importância do setor primário na comunidade pode ser constatada pela participação da pecuária e da agricultura na arrecadação direta do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que representa 56,35% do total, sem contar a arrecadação dos outros setores que fazem parte do sistema de agronegócios e, portanto, vinculados e dependentes diretamente da produção rural.

Também o sistema educacional do município reflete a elevada urbanização e a carência na área rural, responsável pela produção de alimentos. Observa-se que a estrutura física educacional, dados do IPLAN³³ (2000), principalmente no que diz respeito ao número de escolas e salas de aula, à disposição do meio rural, é bastante inferior até mesmo proporcionalmente à que existe na sede do município, refletindo-se na inexistência de matrículas para a Educação Infantil e irrisória participação nas matrículas do Ensino Fundamental e Ensino Médio. O número de professores à disposição da área urbana era de 266 contra 29 na área rural, o que representava apenas 9,8% dos professores existentes no município.

3.2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE

Segundo os dados do IBGE (2000b), em relação ao grau de instrução dos chefes da família, constatou-se que estes apresentam uma baixa escolaridade. No que diz respeito à faixa etária dos chefes de família verificou-se que 55,78 % deles estavam entre 30 e 49 anos. Na faixa de 30-39 anos, estavam 31,73 % e os 23,98% restantes na faixa de 40 a 49 anos de idade. O número de residentes por domicílio em 14,59% dos casos era de apenas duas pessoas, seguida de três pessoas em 21,87%, de quatro pessoas em 27,27% e de cinco pessoas em 18,48% dos domicílios. A maioria dos domicílios, representados por 82,20%, era constituída por um número que variava de duas a cinco pessoas.

O trabalho realizado pelo Centro Nacional de Pesquisa de Solos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Solos), em parceria com o IBGE e a Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste, definiu, embasado nos resultados socioeconômicos e ambientais gerados no projeto, oito macrozonas para o planejamento e gestão municipal e as

³³ IPLAN é a sigla do Instituto de Estudos e Planejamento de Mato Grosso do Sul.

respectivas recomendações técnicas, visando ao uso adequado dos recursos dessas áreas, cuja síntese dos resultados e conclusões são a seguir indicados (EMBRAPA, 1999):

- a) A produção agrossilvopastoril pode ser incrementada, em termos quantitativos e qualitativos, pelo uso mais generalizado de sementes e plantas forrageiras melhoradas pela pesquisa agropecuária;
- b) Integrar as atividades da lavoura e da pecuária desenvolvidas no município é uma forma de produzir, cujos resultados benéficos são amplamente divulgados pela pesquisa agropecuária e pelos serviços de extensão rural, potencializando os recursos disponíveis e já em uso nas propriedades;
- c) A exploração bovina (cria, recria e engorda), além do uso de pastagens, deve utilizar a suplementação alimentar para a obtenção de uma melhor rentabilidade do seu rebanho;
- d) O cultivo de frutíferas perenes é uma opção para a diversificação das atividades produtivas e os seus subprodutos também poderiam ser utilizados na alimentação do rebanho bovino;
- e) Os produtores, com o governo municipal, deveriam estudar o mercado e identificar atividades alternativas, tais como produção de frutas e seus derivados (agroindustrialização) e a produção de hortigranjeiros. Dentro desse contexto, e também do social, deve haver o incentivo destinado à implantação e manutenção de hortas comunitárias;
- f) A implantação da cultura da cana-de-açúcar e a exploração da silvicultura, além de permitir a utilização dos solos arenosos da região, contribuiriam para o processo de viabilização de agroindústrias no município;
- g) No contexto da preservação ambiental, este estudo recomenda a recuperação das áreas de reserva legal e de preservação permanente, o incentivo à implantação de viveiros de mudas e o plantio de frutíferas na recuperação das matas ciliares. Orienta, também, que a disposição final e adequada dos resíduos (lixo), assim como da correta utilização dos agrotóxicos e a destinação das suas embalagens, devem ser alvo de ações imediatas por parte do governo e da sociedade;

- h) O incremento do turismo, citado no referido estudo como possível e que deve ser perseguido, depende em grande parte da atuação e efetividade das ações da comunidade em relação ao meio-ambiente;
- i) Um sério problema existente no município é o que concerne à conservação dos solos. Visando contribuir para a solução desse grave problema, o estudo apontou algumas medidas que podem minimizar suas conseqüências, tais como: utilizar o plantio direto nas culturas de soja e trigo em sucessão, o manejo adequado da sua palhada, incluir a rotação de culturas no planejamento sistemático da propriedade, diversificar e implantar sob orientação técnica sistemas de preparo e conservação do solo em áreas não atingidas pelo problema e também visando à recuperação e manutenção de áreas já degradadas. A utilização das áreas seguindo a orientação técnica e com base na capacidade de uso dos solos, além da criação de impostos diferenciados e crescentes para os casos de desvio, também fazem parte das recomendações do estudo;
- j) Recomendou também intensificar a organização social da comunidade, para que ela mesma encontre a solução e resolva seus problemas;
- k) Esse mesmo trabalho constatou que, da área total do município, 32% são de vegetação natural; 0,5% de vegetação secundária; 39,9% de pastagem plantada; 27,7% de agricultura e menos de 1% de área reflorestada.

Em 1997 foi elaborado o Plano de Ação Municipal de São Gabriel do Oeste, dentro do Programa de Emprego e Renda (PRODER). Esse Programa tem a seguinte finalidade, conforme consta no documento Plano de Ação anteriormente citado (SEBRAE, 1997, p. 7-8):

O PRODER tem como objetivo básico a mobilização da comunidade política e empresarial na busca do desenvolvimento, através da participação na busca de soluções para os problemas e necessidades comuns. Especificamente, o Programa pretende: fomentar o surgimento de novos empreendedores e capacitá-los à criação e sustentação de suas empresas; fomentar o surgimento de novos empreendimentos econômicos, capazes de gerar emprego e renda; qualificar a mão-de-obra nas áreas técnicas, gerenciais e administrativas; incentivar e fortalecer as empresas existentes; fomentar ações associativistas que tenham por objetivo econômico o desenvolvimento de empresas e por objetivo social a geração de empregos produtivos; contribuir para criar condições e oportunidades capazes de reter o homem em sua comunidade, reforçando a melhoria da qualidade de vida e interiorizar e expandir as ações do sistema SEBRAE.

Nesse Plano de Ação, foram contemplados os seguintes setores com respectivos "Programas" (SEBRAE, 1997): Programa de Desenvolvimento Industrial; Programa de Desenvolvimento do Comércio e Serviços; Programa de Desenvolvimento Rural; Programa de Modernização e Fortalecimento do Serviço Público Municipal e Programa de Desenvolvimento do Turismo.

O setor rural foi contemplado com o Programa de Desenvolvimento Rural, que englobou diversos projetos: Projeto de Capacitação Gerencial de Produtores Rurais; Projeto Cooperativa de Crédito para Produtores Rurais; Projeto de Difusão de Tecnologias Agropecuárias; Projeto de Criação de Cooperativa de Trabalhadores Rurais; Projeto de Apoio à Expansão da Suinocultura; Projeto para Diversificação da Produção Agropecuária; Projeto de Apoio à Comercialização de Hortigranjeiro e Projeto de Apoio à Comercialização de Grãos.

Entretanto, a despeito do Plano de Ação ter sido elaborado, sua implementação não foi efetiva, ao que tudo indica por se tratar de uma proposta de **desenvolvimento para o local** (DPL)³⁴, aonde os objetivos, os programas e os projetos já vieram previamente formatados e definidos, cabendo à comunidade simplesmente envolver-se e colaborar, ou não, com os mesmos.

A Universidade Católica Dom Bosco, demandada e impulsionada pela comunidade local de São Gabriel do Oeste, estabeleceu convênio com a Prefeitura desse município para implantação de um *campus* na cidade.

A UCDB já se encontra instalada no município onde está oferecendo os cursos de nível superior de Direito e de Administração de Cooperativas e Empresas Rurais.

Além disso, também celebraram convênio no sentido de permitir o intercâmbio entre o município e o Programa de Desenvolvimento Local da UCDB, disponibilizando a estrutura dos cursos de mestrado e doutorado em Desenvolvimento Local, para trabalhos conjuntos e de interesse da comunidade são-gabrielense.

³⁴ Mais informações sobre este tipo de desenvolvimento podem ser obtidas no item 2.4.

3.3 ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO

Diversas são as instituições que realizam trabalhos de caráter social na comunidade e contribuem efetivamente para a formação e o fortalecimento do capital social do município. O capital social, citado anteriormente, refere-se à soma do trabalho e das interações entre as entidades da sociedade civil que existem em determinada comunidade, de forma desinteressada, sistemática, coesa e solidária em prol do desenvolvimento coletivo. Mereceram destaque do pesquisador, tendo em vista as características e a amplitude do seu trabalho, as seguintes entidades:

a) Casa Kolping São Francisco de Assis

Fundada por Adolfo Kolping na Alemanha, em seis de maio de 1849, iniciou suas atividades em São Gabriel do Oeste no dia três de junho de 1995. A Casa Kolping transmite informações sobre saúde, alimentação e ambiente. Conta com os seguintes recursos para sua manutenção:

- A Prefeitura colabora com recursos financeiros (em dinheiro) e a disponibilidade de funcionários para prestarem serviços na Instituição.
- Empresas particulares colaboram de diversas maneiras quando acionadas.
- Existem recursos que são oriundos da Kolping na Alemanha.

A Instituição redigiu um material impresso sobre as suas atividades e o entregou aos candidatos que concorreram às eleições municipais realizadas no ano de 2000. Tal material retrata a atuação da entidade, visando a informar aos políticos e à comunidade em geral, seu trabalho e suas necessidades. A seguir são transcritas as partes do material que refletem a atuação e melhor compreensão do trabalho e da sua importância para a comunidade onde está inserida:

Estamos voltados para a promoção integral do homem, principalmente do trabalhador mediante a ação e formação nos campos: religioso, social, familiar, recreativo e cultural, visando sua melhor participação na família e na sociedade.

Temos como propósitos, viabilizar condições para que as crianças e adolescentes tenham um bom rendimento escolar bem como oportunizar o acesso à capacitação profissional e organizacional.

O resultado deste trabalho é possibilitar melhores condições de vida para crianças e adolescente em risco, tirando-as da ociosidade e abandono, maus tratos e envolvimento em pequenos furtos. Pretende-se ainda capacitá-los profissionalmente.

Quero lembrar-lhes que não adianta pensar no futuro das crianças e sim no presente. Então sim teremos cidadãos capacitados para administrar o nosso país.

Dar um pouco mais de conforto e dignidade a esta geração é garantir com certeza que em nossa velhice estaremos melhor assistidos.

Enquanto estas crianças estão sendo capacitadas, seus pais estarão trabalhando e não mendigando uma cesta básica e tampouco um lugar para morar.

- *Ações com as crianças e os adolescentes* - Atende a 135 crianças de baixa renda, na faixa etária de 7 a 14 anos, oriundas de famílias com pouca estrutura. As ações envolvem atividades que são distribuídas em dois turnos, tais como: oficina de artesanato em madeira, oficina de trabalhos manuais (crochê, tricô, bordado, pintura e outros), oficina de teatro e recreação, trabalho com horta (a produção é destinada para a elaboração da alimentação feita no local e o excedente é doado para a própria criança levar para sua família), atividades de reforço escolar (ajuda com as tarefas escolares e nas suas dificuldades cognitivas).

- *Ações na área de saúde:*

Trabalhamos com saúde alternativa. Temos um ponto de saúde onde são realizadas aplicações de argila, massagens e medicina natural.

Propomos a conscientização através de palestras, com um profissional na área de saúde com curso de capacitação na Itália. Além disso, temos uma agente de saúde cedida uma vez por semana pela Prefeitura que orienta a prevenção de doenças, na importância na alimentação na higiene corporal.

Somos beneficiados com palestras de profissionais comprometidos com a saúde pública que tratam de outros assuntos como drogas, AIDS, alcoolismo, exploração sexual, gravidez precoce etc.

Neste local é preparado a "multimistura" que complementa a dieta alimentar das crianças que fazem parte da KOLPING São Francisco de Assis, além de estarmos estendendo a toda população.

Gostaríamos de salientar que somos procurados por pessoas de outros municípios que vem em busca do tratamento da medicina natural, as quais são igualmente atendidas.

- *Ações na área da habitação* - "Nossa entidade favoreceu 40 famílias com a construção de casas em estilo mutirão. Temos ainda em projeto a construção de outras habitações."

- *Ações de caráter religioso* - "A entidade possui uma capela onde são realizadas: catequese, semanalmente celebrações religiosas e mensalmente uma missa aberta à população."

- *Ações na área do lazer* - "Temos a disposição da comunidade um centro comunitário, onde realizamos encontros de múltiplas finalidades."

- *Ações na atividade apícola*: "Estamos em processo de implantação de 80 caixas de matrizes para produção de mel que será usado na área de saúde, na alimentação das crianças."

- *Projetos a serem implantados*: "Trabalho com a menor gestante, cozinha alternativa, curso na área de eletricidade, curso no desenvolvimento musical."

Atua nos diversos campos (religioso, social, familiar, recreativo, cultural e educacional), visando à inserção e integração social dos jovens com que trabalha.

- *Crianças e adolescentes* - Assiste e dá capacitação profissional aos jovens enquanto seus pais trabalham.

- *Saúde* - Trabalha com medicina natural e, principalmente, de forma preventiva; horta caseira para consumo próprio das crianças e seus familiares e produção de mel também para consumo próprio.

- *Habitação* - Construção de residências em regime de mutirão, destinadas às famílias que pertencem à comunidade Kolping.

- *Religião* - Realiza celebrações religiosas visando à coesão da comunidade.

- *Lazer* - Encontros diversificados no centro comunitário.

- *Projetos* - Menor Gestante e Cozinha Alternativa.

b) Filantrópica União pela Juventude São Gabrielense (FUNJU)

Instituição filantrópica trabalha os temas cultura e meio ambiente, proporcionando lazer, esporte e cultura aos jovens do município. Também oferece oportunidades iguais a todos, sem discriminações de qualquer tipo.

Divide-se em núcleos de: cultura, esporte e lazer, acompanhamento de projetos e registro de dados. Possui até 30 sócios efetivos, mas envolve toda a juventude em seu trabalho (faixa etária média de 25 anos). Trata-se de um trabalho voluntário e filantrópico.

Tem um ano de existência e ainda está em fase de estruturação.

c) Grupo Espírita Alan Kardeck (GEAK)

Atende a crianças de baixa renda, oriundas de famílias com pouca estrutura, ou mesmo desestruturada. Mantém uma casa para as crianças que tiveram que ser retiradas do convívio familiar pela Justiça. Transmite informações sobre saúde, alimentação e ambiente.

Regularmente, fornece um “sopão” para pessoas carentes. Encontra-se em fase de projeto, com recursos financeiros praticamente garantidos, a ampliação das instalações físicas do Grupo, as quais permitirão um trabalho mais amplo.

Considera que a preocupação e o trabalho efetivo, procurando encontrar soluções para as questões sociais, são essenciais para o desenvolvimento de São Gabriel do Oeste. Realiza o trabalho, com apoio da comunidade (tanto financeiro como na forma de trabalho pessoal), buscando soluções locais para os problemas sociais da comunidade. Conta, basicamente, com recursos provenientes de doação para sua manutenção.

d) Fundação Cultural de São Gabriel do Oeste (FUNGAB)

Trata-se de uma entidade de cunho cultural, instituída pelo poder público, com personalidade jurídica de direito privado. Possui patrimônio próprio e é dotada de autonomia administrativa e financeira. A finalidade da criação da Fundação foi a de promover o resgate e a manutenção da cultura, das tradições, da memória do município e do povo de São Gabriel do Oeste, preservando o seu patrimônio histórico, cultural e artístico, de forma articulada com a sociedade. Entretanto, a implementação dos trabalhos da Fundação, em relação à cultura e à memória do município, é ainda muito incipiente, apesar de tratar-se de uma iniciativa fundamental para o município e a sua população.

e) Outras:

Muitas outras instituições atuam e compõem a comunidade local (Tabela 2).

TABELA 2 - Organização social, em seus diversos aspectos, em São Gabriel do Oeste, MS.

Festividades
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Festa do Leitão no Rolete ▪ Noite Cultural Alemã e Gaúcha ▪ Noite Cultural Italiana ▪ Noite Cultural Sul-Mato-Grossense ▪ Semana da APAE ▪ Semana do Município

(continua)

TABELA 2 - Organização social, em seus diversos aspectos, em São Gabriel do Oeste, MS.
(continuação)

Lazer
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Centro Comunitário Tradições e Amizade (CCA) (vinculado à Igreja) ▪ Centro de Tradições Gaúchas (CTG) ▪ Clube de Bocha ▪ Clube de Laço ▪ Ginásio Esportivo ▪ Interacty Country Clube de São Gabriel do Oeste
Religião
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Igreja Batista ▪ Igreja católica ▪ Igreja Quadrangular ▪ Igreja Universal
Instituições financeiras
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Banco do Brasil S/A ▪ Banco HSBC ▪ SICRED ▪ Banco Bradesco S.A.
Governo/Política
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Câmara de Vereadores ▪ Departamento de Inspeção e Defesa Agropecuária (IAGRO) ▪ Partidos políticos ▪ Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste
Educação
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Campus da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB ▪ Escola Técnica Municipal de 2º Grau ▪ Creche e Pré-escola ▪ Ensino Fundamental e médio
Comissões/Conselhos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comissão Municipal de Emprego e Renda ▪ Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente ▪ Conselho Municipal de Assistência Social ▪ Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural ▪ Conselho Municipal de Merenda Escolar ▪ Conselho Municipal de Saúde ▪ Conselho Tutelar da Infância e do Adolescente
Entidades Filantrópicas/Culturais
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE ▪ Casa Kolping ▪ Filantrópica União pela Juventude São Gabrielense – FUNJU ▪ Fundação Cultural de São Gabriel do Oeste – FUNGAB ▪ Fundação de Esporte de São Gabriel do Oeste – FUNDESG ▪ Grupo de jovens da Igreja Católica ▪ Grupo Espírita Alan Kardeck – GEAK (Casa da Sopa) ▪ Leo Clube

(continua)

TABELA 2 - Organização social, em seus diversos aspectos, em São Gabriel do Oeste, MS.
(continuação)

Entidades Filantrópicas/Culturais	
▪	Lions Clube
	Rotary Clube
	Sociedade Amiga do Bem Estar Social
Associativismo	
▪	Associação Comercial e Industrial de São Gabriel do Oeste – ACISGA
	Associação dos Assentados Campanário
	Associação dos Engenheiros-Agrônomos de São Gabriel do Oeste – AEASGO
	Associação dos Moradores do Amábile Maffissoni
	Associação dos Moradores do Jardim Gramado
	Associação dos Moradores do Vilani
	Associação dos Técnicos Agrícolas
	Cooperativa Agropecuária de São Gabriel do Oeste – COOASGO
	Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda. - COOPERCENTRAL
	Sindicato dos Trabalhadores na Saúde – SITS
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
	Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de São Gabriel do Oeste
	Sindicato Rural de São Gabriel do Oeste
	Ordem dos Advogados do Brasil – OAB
	Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral
	Cooperativa Educacional Cristo Rei

3.4 FATORES ENDÓGENOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

O município de São Gabriel do Oeste apresenta uma organização social bastante complexa e rica em entidades que atuam nos mais diversos aspectos da vida comunitária.

O Quadro 1, que apresenta os principais componentes da organização social do município, demonstra o dinamismo social existente e permite visualizar a sua diversidade e riqueza, onde estão contempladas praticamente todas as atividades e as instituições e/ou entidades que atuam de forma efetiva nos diversos níveis e aspectos da vida comunitária local.

Na área social, estão implantados os seguintes programas: Bolsa Escola; Segurança Alimentar; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Movimento de Alfabetização de Adultos (MOVA).

A cultura trazida pelos imigrantes que ali se estabeleceram, a cultura local já existente e a que foi desenvolvida em virtude da combinação de fatores socioeconômicos

próprios da comunidade são preservadas e cultivadas, sendo desse modo transmitidas às novas gerações, fortalecendo a identidade da comunidade. Além disso, indiretamente elas têm também um caráter econômico, que contribui para o desenvolvimento do turismo receptivo no município e a divulgação dos produtos oriundos de suas atividades econômicas.

O cooperativismo, uma importante forma de associativismo, introduzido na região pelos desbravadores e produtores oriundos da região Sul do Brasil, atualmente encontra-se desacreditado pela maioria dos produtores rurais e pela comunidade. Apesar disso, existem experiências exitosas como é o caso da Cooperativa Agropecuária de São Gabriel do Oeste (COOASGO) e, a necessidade manifestada por vários dos entrevistados e pelas autoridades municipais, de que somente a união – independente da forma de associativismo utilizada – proporcionará condições para o desenvolvimento do meio rural e do município de uma forma geral. Os produtores, por causa dos grandes fracassos do cooperativismo, experimentados em passado recente, demonstram receio e descrédito nas cooperativas, como já foi citado anteriormente, mas de um modo geral o espírito associativista ainda permanece vivo e latente.

Uma grande perda para o setor rural do município, e que ocorreu no Estado todo, foi o fechamento do escritório local da Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul (EMPAER), cuja atuação se revestia de caráter estratégico na difusão e implementação de tecnologias, novas ou adaptadas, para o setor produtivo rural.

O laticínio existente está se associando a um grupo italiano para produção de leite longa vida e queijo parmesão no município.

O Programa Estadual Prove Pantanal já tem um produtor que cultiva mandioca e a descasca para venda no mercado local.

O Serviço de Inspeção Municipal (SIM) está sendo implantado no município, enquanto que a inspeção para produtos cárneos será feita em parceria com o Departamento de Inspeção e Defesa Agropecuária (IAGRO).

CAPÍTULO 4

A COMUNIDADE DE SÃO GABRIEL DO OESTE FACE AO SEU PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

A narração do entrevistado foi gravada, em alguns casos, e/ou escrita pelo pesquisador para permitir a posterior reprodução.

4.1 ENTREVISTAS

. Entrevista "a"

Perfil do entrevistado: profissional autônomo com formação de nível superior (economista), participa ativamente das atividades desenvolvidas pela sociedade civil organizada.

a.1 - Súmula

Acredita que a região do areado tem um grande futuro na atividade de fruticultura, considerando a sua produção e o subsequente beneficiamento com a futura implantação de agroindústrias na região.

Um dos grandes problemas do município é a formação de mão-de-obra capacitada para atender as necessidades de São Gabriel do Oeste.

Para ele, é possível implantar um centro de treinamento na Escola Rural. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), na sua avaliação, é bastante atuante.

O entrevistado apresenta duas características fundamentais para o desenvolvimento: localização do município e união na comunidade, ressaltando que a última característica não ocorre em São Gabriel do Oeste, o que impede, assim, o desenvolvimento do município.

Segundo informações, não confirmadas oficialmente, o trajeto de uma estrada projetada para ligar Brasília a Assunção no Paraguai passa por São Gabriel do Oeste.

A diversificação da produção esbarra na carência de mão-de-obra no município. As estradas rurais são ruins e a comercialização da produção é um gargalo que ainda não tem uma solução adequada.

A agricultura familiar deve ser estimulada.

a.2 - Destaques

Foi candidato a vereador nas eleições municipais de 2000. Entretanto, não conseguiu os votos necessários para se eleger. Alguns aspectos da sua proposta de intenções (impressa) de trabalho são relatados a seguir, tendo em vista que a sua reprodução na íntegra ficaria longa demais. As ações que ele se propôs a implementar, visando ao desenvolvimento do município, estão divididas pelos temas que ele considera mais importantes.

- *Melhoria das condições de vida urbana*: preocupação clara com a disponibilização de áreas e equipamentos destinados ao lazer e a integração social da comunidade; e amparo à infância, ao idoso, ao desempregado, ao deficiente e ao excepcional.

- *Apoio à melhoria de vida e a produção rural*: educação; participação popular na definição de prioridades; fruticultura; agroindústria; e agricultura familiar.

- Apoio à produção e ao desenvolvimento social: educação e associativismo.

- *Estratégias*: fortalecer os Conselhos Municipais e eleger um candidato de consenso, do município, à Câmara dos Deputados.

. Entrevista "b"

Perfil do entrevistado: técnico de nível superior, vinculado ao poder público municipal.

b.1 - Súmula

Existem sérios problemas com drogas, prostituição infantil e violência doméstica que não são divulgados.

Afirma que o assistencialismo não resolve os problemas e apresenta o inconveniente de criar dependência.

As pessoas em São Gabriel do Oeste, de um modo geral, são solidárias.

A vida social e cultural em São Gabriel do Oeste é mínima e não oferece opções aos jovens.

Existem grupos retrógrados na sociedade que ainda não aceitam a Universidade em São Gabriel do Oeste.

O grupo étnico que forma a comunidade tem origens variadas e, as pessoas que têm condições financeiras, viajam muito trazendo novidades de outras partes do mundo, que são aplicadas em suas atividades diárias.

As potencialidades de São Gabriel do Oeste, segundo o entrevistado, são: ecoturismo; turismo rural; solidariedade voluntária; participação popular organizada; povo bastante politizado; população tem orgulho de SGO (sonho de construir); povo trabalhador e que valoriza a competência.

b.2 - Destaques

Visão clara dos problemas com drogas, prostituição infantil, violência doméstica e escassa vida social e cultural, principalmente para os jovens.

Consciência de que o assistencialismo não resolve os problemas e, além disso, tem o sério inconveniente de criar dependência.

Grupo étnico variado, com características empreendedoras e que possuem uma necessidade inata de atualização constante com a realidade externa ao município.

Existência de alto nível de solidariedade entre a população.

Resistência ao ensino superior no município, por parte de grupos minoritários e com interesses próprios, mas que não refletem o pensamento da população.

As potencialidades do ponto de vista do entrevistado são: ecoturismo, turismo rural, solidariedade voluntária, participação popular organizada, povo bastante politizado e população que tem orgulho de São Gabriel do Oeste (sonho de construir). Além disso ele considera o povo do município trabalhador e com a característica de valorizar a competência.

. Entrevista "c"

Perfil do entrevistado: produtor rural, atua ativamente junto à sociedade civil organizada.

c.1 - Súmula

Considera que a proximidade com a capital é prejudicial ao desenvolvimento de São Gabriel do Oeste.

È extremamente necessário ampliar as atividades já existentes no município, tipo a suinocultura.

Existe um grande individualismo na comunidade e alguns políticos não queriam a Universidade em São Gabriel do Oeste sob a alegação de que ela iria trazer "maconheiros" para a cidade.

Apesar das dificuldades, diz ele, a população de São Gabriel do Oeste tem possibilidades de melhorar a sua qualidade de vida.

c.2 - Destaques

A proximidade com Campo Grande é um fator negativo em termos de desenvolvimento do município.

Resistência ao ensino superior no município, por parte de grupos minoritários.

Otimismo em relação à ampliação e diversificação das atividades produtivas e a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

. Entrevista "d"

Perfil do entrevistado: comerciante e político.

d.1 - Súmula

Ele entende que o crescimento do município deve se basear na agroindústria, fruticultura, piscicultura, produção de ovos, hortigranjeiros e no turismo ecológico.

Acredita também que sem apoio estadual e/ou federal não é possível desenvolver o município e que faltam conhecimentos e recursos financeiros para as pessoas.

Uma grande dificuldade para o desenvolvimento do município é o forte antagonismo político existente em São Gabriel do Oeste. Como exemplo, citou que a decisão para a implantação do "Campus da UCDB" teve de ser tomada pelo Presidente da Câmara, com seu voto de desempate, pois o resultado foi de quatro vereadores a favor e quatro contra a vinda da Universidade para o município de São Gabriel do Oeste. Ressalta-se que o referido vereador (na época Presidente da Câmara Municipal) não foi reeleito pela população de São Gabriel do Oeste e que vereadores que votaram contra a instalação da Universidade foram reeleitos.

d.2 - Destaques

O crescimento do município depende do setor rural.

Faltam recursos financeiros para promover e sustentar o crescimento.

A educação é fundamental para o desenvolvimento do município.

Forte antagonismo político (causa básica da resistência à instalação da Universidade).

. Entrevista "e"

Perfil do entrevistado: atua no serviço público municipal e colabora com a sociedade civil organizada.

e.1 - Súmula

A Prefeitura Municipal já obteve aprovação e está iniciando o processo de informatização para agilizar e melhorar a qualidade de seus serviços.

No setor de saúde, o município conta com um posto de saúde em cada bairro (cinco no total). O hospital está totalmente equipado.

Existe uma esperança generalizada no grande potencial turístico do município.

Indústrias têxtil e de oleaginosas estão sendo contatadas, visando a possível instalação no município.

e.2 - Destaques

Investimentos na melhoria dos serviços públicos prestados à população do município (principalmente pela informatização).

Investimentos em saúde pública: postos de saúde em todos os bairros e hospital totalmente equipado.

Acredita que a industrialização, da produção primária local, trará o desenvolvimento ao município.

. Entrevista "f"

Perfil do entrevistado: produtor rural e político.

f.1 - Súmula

O entrevistado é atualmente o Prefeito eleito de São Gabriel do Oeste, para o período de 2001 a 2004.

O Prefeito se considera um gestor da comunidade, com a qual quer trabalhar em conjunto. Considera que as pessoas do município têm espírito empreendedor. Pelo fato de a população ter origem em outras regiões do país explica essa característica. A maioria das pessoas que vieram para São Gabriel do Oeste trocou suas origens por uma oportunidade de vida.

As novas atividades rurais que o município têm potencial para desenvolver, por causa de suas características de clima e solo, são a cultura do algodão, que está em fase de desenvolvimento, a suinocultura, que também está sendo ampliada, a pecuária de leite e a fruticultura. A uva já está sendo cultivada em pequena escala e existe um projeto em andamento para implantar as culturas de abacaxi, maracujá, melancia e melão.

As cooperativas estão desacreditadas pela população e pelos empresários locais. Entretanto, o Prefeito é um adepto delas e acredita que o sistema deve ser incentivado, até mesmo por uma questão de exigência de mercado, mas corrigindo-se as falhas do passado. O associativismo existe e deve ser ampliado.

Na área educacional, existe uma cooperativa que vem se destacando pelos seus resultados. Trata-se da Cooperativa Educacional Cristo Rei.

Os pequenos são os que mais necessitam do associativismo e ao mesmo tempo são os que mais resistem à idéia. O poder público municipal está tentando incentivar e organizar o associativismo.

Em relação ao turismo, considera que existem oportunidades para exploração nas seguintes áreas: recursos naturais; cultura; tradição e alimentação.

A verbalização do entrevistado, em relação às questões sobre o município de São Gabriel do Oeste, refletiu claramente e de maneira bastante fiel o que está escrito em sua "Proposta de Governo da Aliança São Gabriel para Todos".

Assim, relata-se, a partir deste ponto, basicamente o que se contém nessa Proposta, acrescido de informações relevantes obtidas na entrevista pessoal.

Segundo os co-autores da mencionada "Proposta (...)", esta foi feita com a efetiva participação popular, tomando como base os resultados das dezenas de reuniões com a população: nos bairros, distritos, assentamentos e setores organizados do município.

O entrevistado dividiu sua proposta em diversas unidades ou temas, dentro das quais fez o seu diagnóstico crítico e apresentou as propostas que considerou cabíveis para atender as reivindicações e necessidades manifestadas pela comunidade em cada uma delas.

f.2 - Destaques

- *Desenvolvimento urbano e habitação*: parcerias com o governo estadual, federal e com entidades locais; investir em infra-estrutura básica com apoio externo, ao mesmo tempo, maximizando o aproveitamento dos recursos locais.

- *Meio ambiente*: implantação de um cinturão verde e associativismo para resolver o problema do lixo tóxico, mediante reciclagem.

- *Democratização do poder público*: participação popular nas decisões do poder público, via conselhos; transparência na gestão pública; priorizar a compra e/ou contratação dos fornecedores locais de bens e serviços.

- *Saúde*: educação; ampliar os serviços do Médico de Família; investir na saúde preventiva; e ampliar a participação popular nos conselhos.

- *Educação*: parceria com o governo estadual, federal e entidades locais; permitir e estimular a efetiva participação, de forma organizada, dos interessados e/ou envolvidos no problema para encontrar as respectivas soluções; e priorizar os produtos locais na composição da alimentação escolar.

- *Assistência social*: priorizar a participação efetiva dos conselhos na busca e na implementação de soluções locais.

- *Cultura*: resgatar e desenvolver a cultura local; proporcionar aos jovens opções de lazer, desenvolvimento e intercâmbio cultural.

- *Esporte e lazer*: proporcionar a utilização plena dos espaços e equipamentos disponíveis, bem como o acesso de forma democrática, ao esporte e lazer de qualidade a toda comunidade.

- *Cidadania*: executar ações e implementar parcerias que proporcionem à população local o direito e o exercício, de fato, de sua cidadania.

- *Desenvolvimento econômico, urbano e rural*: aproveitamento de forma prioritária e racional dos recursos locais; incentivo a agricultura orgânica; e implantação efetiva do Conselho de Desenvolvimento do Município.

. Entrevista "g"

Perfil do entrevistado: grupo de doze assentados

g.1 - Súmula

Falta crédito para o desenvolvimento das atividades produtivas.

O assentamento foi criado em uma propriedade, cuja área de terra oferece todas as condições para produção de alimentos destinados ao abastecimento do município e, por sua excelente localização, proporciona ótimas facilidades para o escoamento da produção.

O maior problema é que muitos assentados não têm o perfil necessário para se tornar um produtor rural. O que existe é um interesse especulativo com a terra. Tal fato, inclusive, prejudica o assentamento como um todo e, principalmente, aqueles que têm vocação e perfil para se dedicarem à produção de alimentos.

Muitos lotes estão "arrendados" e outros, sem atividade, porque os donos não têm interesse em neles residir nem se dedicarem a sua exploração.

Esses fatos provocaram, inclusive, a divisão do assentamento em dois grupos, cada um com sua associação. Entretanto, os próprios assentados já sentem necessidade de uma unificação em benefício da própria comunidade. Quando isto irá ocorrer? Eles não se arriscam a dar um palpite.

Os proprietários dos lotes, interessados na sua exploração, necessitam de capacitação para poderem desenvolver suas atividades.

g.2 - Destaques

A existência do assentamento.

A necessidade de eles se associarem.

O manifesto interesse dos assentados em capacitação, para melhor desenvolver suas atividades e, portanto, melhorar a qualidade de vida da comunidade.

. Entrevista "h"

Perfil do entrevistado: profissional de nível superior autônomo, produtor rural, participante ativo da sociedade civil organizada.

h.1 - Súmula

O município deve diversificar suas atividades, incrementar a suinocultura e a cultura do algodão.

A classe política local e suas lideranças deveriam ser mais ativas em relação ao desenvolvimento do município.

O aspecto mais importante é que as atividades produtivas rurais devem ser incrementadas sem esquecer o aspecto ambiental.

A existência de grande número de pessoas, envolvidas e/ou interessadas, na produção artesanal, deve ser incentivada e auxiliada pela administração municipal, para possibilitar sua inserção no mercado de trabalho. Além da geração direta de trabalho e renda, pode haver um incremento na atividade turística do município, com reflexo em todos os setores da economia local.

Acredita que o poder público deve liderar o processo, mas até agora não mostrou fatos concretos.

Com relação ao projeto de ampliação da produção de frutas, oriundo de uma empresa da região Sul do país, fez duas observações que considera importantes:

- a empresa que se propôs a comercializar a produção não garante preços;
- os produtores não aceitaram que as frutas fossem levadas *in natura* e exigiram que houvesse um beneficiamento em São Gabriel do Oeste.

h.2 - Destaques

Manifesta que a grande preocupação deve ser com o desenvolvimento ambientalmente sustentável, capaz de proporcionar condições para a melhoria da qualidade de vida à população do município. Uma das grandes opções disponíveis é o estímulo, incremento

e organização da produção artesanal do município e o beneficiamento, mesmo que primário, da produção agropecuária, com o intuito de agregar valor à produção, aumentando a participação do produtor rural, nos ganhos gerados pelos seus produtos, na cadeia comercial.

. Entrevista "i"

Perfil do entrevistado: dirigente de instituição da sociedade civil organizada.

i.1 - Súmula

Sente uma grande carência e a necessidade urgente de capacitar e formar professores.

Considera que a preocupação e o trabalho efetivo, para encontrar soluções para as questões sociais, são essenciais para o desenvolvimento de São Gabriel do Oeste.

i.2 - Destaques

Considera que a educação é fundamental para o desenvolvimento. Entretanto, o município deve investir mais na formação e capacitação de professores.

O desenvolvimento do município passa, obrigatoriamente, pelo enfrentamento e solução das questões sociais da comunidade.

. Entrevista "j"

Perfil do entrevistado: profissional de nível superior, atua na assistência técnica aos produtores rurais.

j.1 - Súmula

O trabalho que a Embrapa Solos (EMBRAPA, 1999) realizou no município, visando a caracterização, para ser usado como referencial para o planejamento e ordenação territorial de São Gabriel do Oeste, não foi concluído plenamente e as informações disponíveis não estão sendo utilizadas na prática.

"A publicação do trabalho e a divulgação dos resultados para o público, que já deveria ter acontecido, ainda não têm nem data prevista para acontecer."

A unidade de recebimento de embalagens de agrotóxicos é, do ponto de vista ambiental, de grande importância para o município.

A suinocultura, resolvidos os problemas ambientais que a atividade pode ocasionar, tem grandes possibilidades de crescimento.

Existem dois produtores que se dedicam à avicultura de postura, que abastecem São Gabriel do Oeste, e estão incentivando o surgimento e a entrada de novos produtores na atividade de produção de ovos.

Ainda que em fase embrionária, está ocorrendo uma diversificação de atividades voltada para a produção de frutas no município. Já existem produtores de uva, goiaba, melancia e figo. Esse grupo de produtores caracteriza-se por serem unidos.

De acordo com a entrevistada, existem muitas características próprias do município e que são favoráveis ao desenvolvimento do setor rural de São Gabriel do Oeste.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural já está instalado, em funcionamento e é fundamental para o desenvolvimento do setor rural.

Existem produtores no município que já estão diversificando suas atividades produtivas e servem como exemplos para os demais.

O Programa PROVE, criado pelo Governo do Estado, possui algumas agroindústrias em implantação no município. Entretanto, as exigências para legalização impedem a instalação de unidades destinadas ao beneficiamento e agregação de valor aos produtos oriundos da agricultura, fora do programa denominado PROVE.

Outra grande contribuição para o desenvolvimento rural, e que se encontra em funcionamento, é a Escola Agrícola de 2º Grau. Ainda é possível ampliar e maximizar a utilização da escola.

j.2 - Destaques

Preocupação com a utilização dos recursos públicos de forma adequada e que revertam em benefício ao município e sua população.

O crescimento das atividades produtivas deve estar em consonância com as respectivas e inerentes questões ambientais.

Diversificação e agregação de valor aos produtos primários.

O funcionamento efetivo do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

. Entrevista "k"

Perfil do entrevistado: profissional de nível superior atua na assistência técnica aos produtores rurais.

k.1 - Súmula

A origem da maior parte da população, sulista, com peculiar característica associativista, é um aspecto bastante importante e favorável ao desenvolvimento de São Gabriel do Oeste.

Como aspectos desfavoráveis ao seu desenvolvimento, ele cita a falta de iniciativa e de união dos produtores.

k.2 - Destaques

Tendência da população, de origem sulista, ao associativismo para implementar soluções visando a resolver os problemas de forma coletiva.

De um modo geral, faltam união e iniciativa dos produtores.

. Entrevista "l"

Perfil do entrevistado: profissional de nível superior, engenheiro-agrônomo, atua como dirigente em empresa agropecuária do município.

l.1 - Súmula

O entrevistado é engenheiro-agrônomo, reside em Campo Grande e é responsável pela administração de uma importante propriedade rural, em São Gabriel do Oeste, onde são desenvolvidas as seguintes atividades: lavoura, pecuária e reflorestamento.

Considera que a estrutura fundiária do município, constituída de médios produtores, é um aspecto positivo para o desenvolvimento; porém, a proximidade com a capital, Campo Grande, é prejudicial à captação e implantação de novos investimentos.

O sistema cooperativista implantado na cidade, que atua na atividade de suinocultura, agrega valor à produção local de grãos, transformando-a em proteína animal.

A sazonalidade na atividade agrícola e a mecanização fazem com que o tempo de ocupação dos empregados ocorra também de forma sazonal. A empresa e também a maioria dos produtores agrícolas do município contratam empregados temporários, principalmente do Paraná, que após o término da safra retornam aos seus Estados de origem.

Existe uma empresa instalada em São Gabriel do Oeste, denominada Juli, que está aproveitando os resíduos dos secadores de grãos da região e transformando-os em componentes para utilização em ração. Trata-se de uma tecnologia desenvolvida no município, a partir de uma necessidade de descartar e/ou dar destinação aos resíduos dos secadores da região e, ao mesmo tempo, reduzir o custo da ração utilizada na suinocultura local. Objetivos estes que foram alcançados plenamente.

Os órgãos ambientais do município e do Estado, com a Associação dos Engenheiros-Agrônomos, são muito atuantes na região. Uma exigência que tem sido observada, com bastante severidade, é a de se proceder a devolução das embalagens usadas de agrotóxico somente após o processo de tríplice lavagem. Existe uma unidade específica, a primeira instalada no Estado, para recepção, acondicionamento e encaminhamento das embalagens usadas para seu processamento e reciclagem.

Os produtores rurais são oriundos de outros Estados, principalmente do RS, onde já atuavam na mesma atividade; portanto, têm bastante experiência prática e uma cultura voltada para o setor agropecuário.

1.2 - Destaques

Estrutura fundiária constituída de médias propriedades, como aspecto positivo ao desenvolvimento do setor rural.

Cooperativismo implantado no município agrega valor à produção primária.

Empresários com espírito inovador e empreendedor, atuando no sentido de resolver problemas locais com soluções também locais.

Grupo de produtores rurais experientes e com espírito empresarial e inovador.

Órgãos de controle ambiental (municipal e estadual) ativos e atuando em parceria com entidades locais, em benefício da qualidade de vida da população.

. Entrevista "m"

Perfil do entrevistado: produtor rural.

m.1 - Súmula

A suinocultura é a grande empregadora de "mão-de-obra" no município.

O abate de suínos é feito com 38% dos animais criados em São Gabriel do Oeste e os restantes 62%, oriundos de outras regiões. Portanto, existe um grande potencial para se ampliar a produção local de suínos, desde que resolvidas as questões ambientais que têm sido um entrave ao crescimento e desenvolvimento da atividade no município.

Como empresário rural, sente necessidade da oferta de cursos técnicos e de nível superior em São Gabriel do Oeste. A suinocultura do município está necessitando de capacitação para os trabalhadores na atividade.

Falta liderança política e capacidade administrativa para a atual administração (1997-2000) municipal, o que tem dificultado o desenvolvimento do município.

O setor produtivo está desorganizado e a Cooperativa é uma instituição fundamental para o seu desenvolvimento.

Acredita que a idéia de cooperativismo deva ser aprimorada. As cooperativas devem se modernizar para não acabar. Faltam critérios justos (segundo o entrevistado “falta igualdade”) para os diferentes tipos de atividades em que a cooperativa está envolvida. Os lucros de cada atividade deveriam ser reinvestidos proporcionalmente em benefício de cada uma delas, numa relação direta de sua contribuição ao faturamento da cooperativa.

A população do município de São Gabriel do Oeste, de modo geral, é empreendedora.

A UCDB deve promover o debate sobre o cooperativismo, além do ensino regular que já oferece sobre o assunto, para difundir, corrigir os possíveis erros e consolidar a cultura cooperativista no município.

As potencialidades do município, segundo o entrevistado, são: clima; solos férteis; aquífero Guarani; produção de grãos; pecuária de corte; piscicultura³⁵; fruticultura e suinocultura.

m.2 - Destaques

Como empresário, tem uma clara visão da importância da educação e da capacitação profissional para o desenvolvimento.

Considera também o associativismo como imprescindível para o desenvolvimento.

Com relação às potencialidades do município, considera que as principais são: o clima, os solos férteis, o aquífero Guarani, a produção de grãos, a pecuária de corte, a piscicultura³⁶, a fruticultura e a suinocultura.

. Entrevista "n"

Perfil do entrevistado: profissional de nível superior, empresário, político, participa da sociedade civil organizada.

n.1 - Súmula

Acredita que a agricultura deva iniciar um processo de verticalização, com implementação e intensificação do uso de tecnologia e agregação de valor aos produtos primários. O município conta com uma área reduzida para a expansão horizontal.

Há uma grande demanda não atendida por linha de crédito destinada a recuperação de solos.

³⁵ As potencialidades sublinhadas indicam que são feitas de modo integrado.

³⁶ As potencialidades sublinhadas indicam que são feitas de modo integrado

Apesar da conjuntura atual, na qual os elevados preços do milho (principal componente da ração utilizada) não estão possibilitando rentabilidade para a suinocultura, historicamente ela é vantajosa como atividade consumidora do milho produzido em São Gabriel do Oeste.

O algodão é uma cultura que tem grandes possibilidades de expansão e já existem empresários interessados em instalar unidades para um beneficiamento básico da produção (desencaroçadora).

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, apesar da sua importância para o município, não tem respaldo e apoio do poder público como previsto na legislação que rege sua criação e funcionamento.

Como ex-dirigente sindical observa que falta participação dos produtores rurais nas atividades do Sindicato Rural de São Gabriel do Oeste.

Uma das grandes dificuldades da produção de hortifrutigranjeiros é que a comercialização dos produtos é difícil e não está organizada.

n.2 - Destaques

A agregação de valor aos produtos primários é fundamental para o desenvolvimento de São Gabriel do Oeste, tendo em vista que a expansão horizontal está bastante limitada.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural necessita maior apoio público para desempenhar seu papel com mais eficácia.

Considera a organização dos produtores, em todas as fases, necessária para o processo de desenvolvimento do município.

. Entrevista "o"

Perfil do entrevistado: profissional de nível superior, vinculada ao setor público.

o.1 - Súmula

As pessoas têm vontade de produzir, mas o grande entrave nas atividades não tradicionais é a comercialização da produção.

o.2 - Destaques

Também considera que a agregação de valor aos produtos primários é fundamental para o desenvolvimento do município. Entretanto, os aspectos relacionados com a comercialização dessa produção precisam ser solucionados.

A transformação artesanal da produção primária pode ser ampliada, incrementando a geração de trabalho para significativa parcela da população, se forem resolvidos os entraves citados.

. Entrevista "p"

Perfil do entrevistado: profissional de nível superior, vinculado ao setor público municipal.

p.1 - Súmula

O município está envolvido e participando dos programas de desenvolvimento ligados ao Governo do Estado e ao Ministério da Integração (o município solicitou infraestrutura básica: transporte – duplicação da estrada federal que passa pelo município, comunicação, energia – construção de uma termoeletrica à base de gás - e base de pesquisa – para atender às atividades produtivas de São Gabriel do Oeste).

Tem uma grande preocupação com a base produtiva e está trabalhando para a diversificação da produção do município.

Está em fase de implantação o Sistema de Inspeção Municipal e o Selo Municipal (certificação da qualidade dos produtos primários).

A população do município é ávida por capacitação e está disposta a pagar para participar de cursos. Constantemente, estão sendo realizados cursos, com suas vagas preenchidas, apesar do pagamento de taxas. Além disso, rotineiramente, são realizadas palestras técnicas.

Assim como o Prefeito, acredita que o poder público deve ser um facilitador.

O associativismo está sendo incentivado e começa a ser visto como uma necessidade, apesar das experiências negativas ocorridas no município.

Já está funcionando uma cooperativa de catadores de papel e lixo destinados à reciclagem.

Após uma reunião entre os produtores de suínos e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, promovida pela Secretaria Municipal de Agricultura, os produtores tiveram condições de entender e aceitarem a necessidade de obedecer à legislação ambiental em benefício de todos.

De acordo com o entrevistado, as potencialidades do município são: turismo de aventura; agronegócio e turismo; espírito empreendedor da população local; atuais condições favoráveis de crédito (Fundo Constitucional do Centro-Oeste - FCO); ambiente natural, clima e solo; localização geográfica e energia elétrica (possui uma subestação)

p.2 - Destaques

Considera que a expansão da base produtiva do município e a implantação/ampliação da infra-estrutura básica (transporte, comunicação, energia e pesquisa aplicada), com recursos externos (governo federal e estadual) são estratégicas e fundamentais para embasar e ampliar as possibilidades do desenvolvimento municipal.

As potencialidades que o entrevistado considera mais significativas são: as condições naturais para a prática do turismo de aventura, o “consenso” em torno da importância e da vocação do município para o agronegócio, o espírito empreendedor da população local, a localização geográfica e a existência de uma subestação de energia elétrica no município.

4.2 RELATO DA OFICINA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE – PLANO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO NORTE DO MS

A Oficina Municipal foi realizada obedecendo ao cronograma de trabalho previsto para a realização do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Norte, que faz parte dos desdobramentos do Plano MS2020 de Mato Grosso do Sul. O trabalho constou de uma reunião de sensibilização, realizada no dia 23 de outubro de 2001, e outra denominada Oficina Municipal, que ocorreu no período de 29 a 30 de outubro de 2001, cujo moderador foi

o Prof. M.Sc. Thales de Souza Campos, docente da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Por ocasião do início dos trabalhos, no dia 29 de outubro de 2001, os pesquisadores Regina de Fátima F.C. Ferro e Robinson Jorge Paulitsch tiveram a incumbência de apresentar aos participantes a conceituação teórica de “problema” e “potencialidade”. A participação dos pesquisadores, no decorrer dos trabalhos, deu-se pela participação nos grupos de trabalhos e debates, com a função de orientadores dos trabalhos. Nesta última reunião participaram representantes dos diversos setores da sociedade civil organizada, empresários rurais e urbanos, trabalhadores rurais e urbanos, a Prefeitura Municipal e a Câmara dos Vereadores de São Gabriel do Oeste.

As potencialidades apontadas pelos participantes da Oficina Municipal foram: solos férteis, clima e relevo favorável para a produção agrícola; recursos hídricos; BR-163; Assentamento Rural Campanário; espírito empreendedor da população; população jovem; povo solidário; produção com alto índice tecnológico; baixa agregação de valor da cadeia produtiva; variedade de matéria-prima; sociedade civil organizada; variedades culturais e festas tradicionais; proximidade da capital; Centro de Tradições Gaúchas (CTG); UCDB; Colégio Agrícola; localização geográfica favorável; povo trabalhador; belezas cênicas na área rural; abundância de água subterrânea; recursos hídricos para irrigação e consumo humano; profissionais habilitados para ensino de educação básica.

4.3 RESULTADOS DA CONSULTA "DELFO" (QUESTIONÁRIOS) – PLANO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO NORTE DO MS

A consulta “Delfos” constou do envio de formulários a pessoas da sociedade local com a seguinte pergunta: “No seu entendimento, quais são as principais potencialidades que podem facilitar o desenvolvimento da Região Norte do Estado? Indique apenas as três principais potencialidades.”

Para facilitar o entendimento da pergunta, os responsáveis pelo trabalho fizeram o seguinte esclarecimento: “Potencialidades devem ser entendidas como fatores existentes na realidade que podem ajudar ou facilitar o desenvolvimento futuro da região. Evite uma formulação muito geral e vaga, tal como ‘recursos naturais’, ‘transporte’.”

Deve-se ressaltar que as potencialidades solicitadas se referiam à região Norte e não especificamente ao município de São Gabriel do Oeste. Entretanto, pela análise das respostas dos formulários, comparadas com as potencialidades apontadas pelas entrevistas e as da Oficina Municipal, verifica-se que as pessoas responderam principalmente com base na sua própria realidade municipal.

Foram enviados dezoito formulários e quatorze foram devolvidos com as respostas solicitadas, cuja síntese das respostas são: rede de hotéis; turismo; agricultura; pecuária; mão-de-obra qualificada; relevo e solos; produção primária possível de ser industrializada agregando valor; recursos naturais; produção primária diversificada; localização privilegiada; agricultura desenvolvida; suinocultura; BR-163; e faculdades.

4.4 APRESENTAÇÃO DOS DESTAQUES DAS ENTREVISTAS, DOS RESULTADOS DA OFICINA MUNICIPAL E DA CONSULTA “DELFO”

Após a análise das entrevistas, a elaboração dos destaques e a confrontação entre si e de todos eles com os resultados obtidos na Oficina Municipal e na consulta “Delfos”, foi possível identificar e agregar as potencialidades, de acordo com a teoria do **Desenvolvimento Local**, realçada no Capítulo 2, e referidas diretamente pelos entrevistados ou então implícitas na sua narrativa, além daquelas percebidas por observação do pesquisador. A análise mais detalhada, dos aspectos a seguir citados, pode ser vista no capítulo 6.

. Aspectos relacionados com a população:

- a) solidariedade voluntária;
- b) otimismo é uma constante na comunidade;
- c) participação popular organizada;
- d) povo bastante politizado;
- e) população que tem orgulho de São Gabriel do Oeste (sonho de construir);

- f) povo trabalhador;
- g) valorização do aproveitamento dos recursos locais de forma prioritária;
- h) valorização e participação nos conselhos e comissões municipais;
- i) valorização da educação em todos os níveis;
- j) consciência de que disputas políticas interferem de forma negativa no desenvolvimento do município;
- k) atuação proativa nas questões ambientais;
- l) forte tendência ao associativismo;
- m) preocupação e atuação proativa nas questões sociais do município;
- n) espírito empreendedor da população local;
- o) predisposição e vontade de estabelecer intercâmbio e parcerias com agentes externos e internos;
- p) “consenso” em torno da importância e da vocação do município para o agronegócio.

. Aspectos relacionados com as atividades produtivas:

- a) recursos naturais para a prática do turismo de aventura, rural e ecoturismo;
- b) diversidade da gastronomia regional, valorização e preservação da cultura e tradições locais, propícias ao turismo cultural;
- c) estrutura fundiária constituída de médias propriedades;
- d) clima e solos favoráveis à produção primária;
- e) produção de grãos;
- f) baixa agregação de valor na cadeia produtiva;

- g) necessidade de ampliar a base produtiva do município reconhecida pelos empresários, autoridades e população;
- h) pecuária de corte;
- i) condições locais favoráveis para a expansão da piscicultura, fruticultura e suinocultura.

. Aspectos diversos:

- a) situação geográfica do município;
- b) cidade planejada com ruas e avenidas amplas e espaço para crescimento horizontal;
- c) existência de água em abundância proveniente do aquífero Guarani, existente no seu subsolo;
- d) existência de uma subestação de energia elétrica no município;
- e) campus da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB);
- f) escola municipal de 2º grau, profissionalizante, na área rural;
- g) rede escolar (pré-escola, ensino fundamental e médio).

Os resultados, obtidos na Oficina Municipal e na consulta “Delfos” em São Gabriel do Oeste, serviram, basicamente, para ratificar os que foram obtidos nas entrevistas e pela observação do pesquisador. Sua importância reside, principalmente, no fato de que serviram como uma espécie de repetição para garantir a veracidade e a consistência dos resultados da pesquisa.

CAPÍTULO 5

POTENCIALIDADES RELEVANTES

5.1 POTENCIALIDADES EXPLÍCITAS

As potencialidades consideradas explícitas foram aquelas que os entrevistados manifestaram (de forma verbal ou escrita) claramente como tal. Tais potencialidades foram citadas de forma hierarquizada, da mais importante para a menos importante, a partir exclusivamente do meu ponto de vista.

. Organização social do município

Conforme afirmação feita por um dos entrevistados, que atua e está profundamente envolvido com os movimentos sociais do município, a participação popular é reconhecida como sendo altamente organizada e é citada como exemplo nos encontros estaduais pertinentes ao tema. De acordo com o levantamento feito pelo atual prefeito municipal, durante a campanha eleitoral, a população demandou a criação do Conselho de Desenvolvimento do Município³⁷ e, eleito em 2000, ele assumiu o compromisso público de implementá-lo. Outro aspecto que denota o interesse e a participação da população, de forma organizada, nas decisões que lhe dizem respeito, pode ser constatado no Quadro 1 que trata da organização social do município, citado no capítulo 4, item 4.2, tópico “e”. As diversas comissões e conselhos, segundo afirmaram os entrevistados, funcionam efetivamente e contam para isso com a participação da sociedade local.

No Quadro 1, que trata de forma mais detalhada a respeito da organização social do

³⁷ O livro “No município sempre a educação básica do Brasil” e o livrete “Municipalização para o desenvolvimento”, ambos relacionados na bibliografia, abordam teórica e operacionalmente esta questão de forma detalhada.

município, pode-se verificar a riqueza da complexa organização social existente e que atua nos mais diversos e variados aspectos da vida comunitária. A existência e o funcionamento efetivo de todas essas instituições, em um município do porte de São Gabriel do Oeste, necessitam e indicam, claramente, a participação proativa e o comprometimento da população com elas. Isto demonstra a existência de um capital social e um dinamismo altamente significativo no município.

. Campus da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

A importância da educação e da pesquisa acadêmica, como sustentáculos e motores de qualquer processo de desenvolvimento, foi repetida por todos os entrevistados, constituindo outra unanimidade.

Ávila (1990, p. 33), ao expor sobre o núcleo fundamental da municipalização qualitativa, deixa claro a importância e a sua opção pela educação, ratificando o pensamento da população local sobre o assunto e a estratégia adequada para o desenvolvimento:

A verdadeira e oportuna municipalização, na minha opinião, flui do seguinte princípio: não se municipalizam encargos, serviços, ônus e responsabilidades; municipalizam-se, ao contrário, capacidade, competência e poder de gestão integral de serviços básicos e imediatamente essenciais à população localizada no município.

É oportuno observar que um processo dessa natureza é válido e aconselhável para todos os serviços básicos e imediatos à população localizada. Mas iniciá-lo pela área da educação (a da educação escolar fundamental) é de importância capital e estratégica. Isto porque educativo será o próprio processo, enquanto enseja:

- o preparo da população para se engajar ativa e eficientemente na solução de seus problemas e nos problemas da nação;
- a formação teórico-prática de administradores autênticos em escala municipal, estadual e federal;
- a inversão de alvo na área do pensar e fazer política: os políticos trocarão a obsessão do poder pelo real interesse em aviar efetivamente os problemas, visto que serão gerados (a médio e longo prazo) no seio do próprio processo.

Um aspecto importante da vinda da Universidade Católica Dom Bosco para São Gabriel do Oeste é que foi uma opção do município: a sociedade civil e a classe política (apesar das disputas) organizaram-se para conseguir este intento.

. Escola municipal de 2º grau, profissionalizante, na área rural

Tratando-se de um município cuja economia está baseada no agronegócio, a manutenção de uma escola de 2º grau profissionalizante, na área rural, destaca-se como vital

para a capacitação das pessoas envolvidas direta e indiretamente com as atividades e a produção de bens e serviços no espaço rural. O mesmo pensamento e comentários em relação à UCDB aplicam-se, embora em outro nível, ao ensino profissionalizante e sua importância para o processo de desenvolvimento do município.

. Aquífero Guarani

O município encontra-se sobre o aquífero Guarani, um imenso reservatório subterrâneo de água doce — trata-se de uma das maiores reservas subterrâneas de água doce do mundo — presente no Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai. É considerado o maior manancial de água doce subterrânea transfronteiriço conhecido no mundo – estende-se da Bacia Sedimentar do Paraná (Brasil, Paraguai e Uruguai) até a Bacia do Chaco (Paraná e Argentina). Localiza-se no centro-leste da América do Sul, entre 12° e 35° de latitude sul e entre 47° e 65° de longitude oeste. A sua extensão total é de aproximadamente 1,2 milhão de km², sendo 840 mil km² no Brasil, 225,5 mil km² na Argentina, 71,7 mil km² no Paraguai e 58,5 mil km² no Uruguai. No Brasil distribui-se por oito Estados: MS (213.200 km²), RS (157.600 km²), SP (155.800 km²), PR (131.300 km²), GO (55.000 km²), MG (51.300 km²), SC (49.200 km²) e MT (26.400 km²). As reservas exploráveis do Aquífero foram calculadas em 5 mil m³/s. (Os dados foram obtidos no *site* destinado a divulgar as informações a respeito do Aquífero, no endereço: <<http://www.aquiferoguarani.hpg.ig.com.br/descricao2.htm>>. Acesso em: 21 ago. 2002).

. Subestação de energia elétrica no município

Um dos insumos fundamentais para o desenvolvimento é a energia e São Gabriel do Oeste, neste ponto, encontra-se em situação vantajosa quando comparado com outros municípios, pois em sua sede municipal existe uma subestação que fornece energia para o próprio município e para os outros vizinhos. Em um Estado carente de energia como Mato Grosso do Sul, isto certamente constitui uma considerável vantagem competitiva.

. Diversidade da gastronomia regional, valorização e preservação da cultura e tradições locais, propícias ao turismo cultural

A colonização de origem sulista imprimiu sua cultura de forma marcante no município. Isto pode ser verificado na culinária, fortemente inspirada na cozinha italiana, alemã e gaúcha, bem como na espontaneidade das manifestações e na manutenção e cultivo

delas. A Noite Cultural Alemã e Gaúcha, a Noite Cultural Italiana, a Noite Cultural Sul-Mato-Grossense e a Festa do Leitão no Rolete são demonstrações, inequívocas, da importância e valor que a população atribui ao cultivo e manutenção da cultura e das tradições. Tudo isso constitui um forte atrativo e apelo para o desenvolvimento do turismo cultural e gastronômico.

. Recursos naturais para a prática do turismo no espaço rural

O município possui aproximadamente cinquenta por cento de sua área formada por topografia plana, sendo o restante do território ondulado. A existência de recursos naturais de uma beleza natural indescritível, com rios piscosos, águas puras e cristalinas, cachoeiras e vegetação nativa, proporciona as condições naturais indispensáveis para a exploração do turismo no espaço rural em suas diversas formas (aventura, ecoturismo e outras). Algumas áreas já possuem uma incipiente estrutura para receber turistas.

. Povo trabalhador

Além de ser um fator citado explicitamente por alguns dos entrevistados, bem como devido ao conhecimento anterior a respeito do município e sua população, foi possível observar, além de ter ouvido referências que confirmam tal fato, proferidas por diversas pessoas não residentes no município, mas que o conhecem relativamente bem por força de suas atividades profissionais. A origem rural da maioria da população que colonizou o município, acostumada às “duras lides do campo”, aliada ao espírito desbravador dos seus primeiros habitantes, certamente vem corroborar a afirmativa de que a população de São Gabriel do Oeste é constituída de um “povo trabalhador”.

. Espírito empreendedor da população local

Esta é uma característica reconhecida pelos próprios entrevistados, embora nem sempre de forma bastante clara e explícita, mas que não deixa dúvidas quando se manifestam a respeito das possibilidades de desenvolvimento do município, especialmente do setor rural. A característica empreendedora da população é também resultado do processo de colonização e da influência do perfil dos seus primeiros habitantes. Pessoas que largaram suas famílias, a terra em que nasceram, os amigos e seus valores locais, certamente não o fariam se não tivessem fortes ideais, grande força de vontade e um espírito empreendedor bastante acentuado. Além disso, as iniciativas sociais, culturais, educacionais e empresariais existentes

no município são fatos inequívocos desse espírito empreendedor que permeia e move a sociedade local.

. Valorização do aproveitamento dos recursos locais de forma prioritária

A valorização e o aproveitamento dos recursos existentes no município, de forma prioritária e sempre visando a agregação de valor aos produtos e serviços locais, são constantes nas entrevistas e nas propostas dos políticos locais. Elas são uma “bandeira” defendida indistintamente pelos empresários dos setores primário, secundário e terciário, governo municipal, políticos locais e sociedade civil organizada. Entretanto, isto não significa que haja uma atitude de rejeição, ou de xenofobia, em relação aos recursos exógenos.

. Consenso em torno da importância e da vocação do município para o agronegócio

Este é um aspecto no qual parece haver uma certa unanimidade entre todos os setores do município. Praticamente, sem exceção, os entrevistados manifestaram que consideram o agronegócio como vocação natural do município, e que ele é fundamental para o seu desenvolvimento. A proposta de campanha e as ações concretas, levadas a efeito após sua eleição, confirmam que a administração municipal também compartilha a mesma opinião, em relação ao agronegócio e seu papel para o desenvolvimento municipal.

. Clima e solo favoráveis à produção primária

O clima e o solo predominantes na região são reconhecidos, pelos empresários, pelos técnicos, bem como pelos resultados apresentados ao longo da história produtiva do município, como favoráveis à produção primária local. O estudo realizado pela Embrapa Solos (EMBRAPA, 1999), em parceria com o IBGE e a Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste, confirma esse fato e define oito macrozonas para o planejamento e gestão municipal e as respectivas recomendações técnicas para otimização do uso dos seus recursos. Em vista disso, respeitadas as características climáticas do município e as recomendações agronômicas da pesquisa agropecuária, não ocorrem perdas de safra e de produção de forma sistemática e de impacto significativo.

Como resultado do potencial produtivo do setor primário do município, tem-se a excelente produção de grãos obtida no município: 450 toneladas de arroz em casca, 630

toneladas de feijão, 93.780 toneladas de milho, 283.200 toneladas de soja, 21.000 toneladas de sorgo, além de outros produtos, que representavam cerca de 33% do ICMS total arrecadado no município (MATO GROSSO DO SUL, 2000).

A pecuária é uma das atividades que contava, em 1998, com 194.957 cabeças de bovinos de corte, 64.394 cabeças de suínos, além de outros, responsáveis por cerca de 24% do ICMS total arrecadado no município (MATO GROSSO DO SUL, 2000).

. Condições propícias para a agregação de valor na cadeia produtiva

Tendo em vista o baixo índice de agregação de valor aos produtos primários, o município tem condições de adicionar substancialmente valor à produção nos diversos elos do comércio antes de chegar ao consumidor final, incrementando a renda do produtor e dos que participam da cadeia comercial e do beneficiamento da produção local. Desse modo, pode haver diminuição da transferência de renda para outros municípios e/ou Estados da Federação, aumentando a renda gerada no próprio município.

. Condições locais favoráveis à expansão da piscicultura, fruticultura e suinocultura

Informações, obtidas na Secretaria Municipal de Agricultura, indicam que existem inúmeros tanques para produção de peixes em cativeiro e que foram abandonados por questões de mercado. Resolvido esse gargalo, no qual a prefeitura está se empenhando, haverá a possibilidade de reiniciar e/ou incrementar a piscicultura no município, com poucos investimentos.

No tocante à fruticultura, as áreas propícias já foram demarcadas (EMBRAPA, 1999). O ponto crucial, que é a comercialização, está sendo trabalhado por um grupo de produtores com o auxílio do governo municipal e em parceria com uma empresa que tem experiência na área e se comprometeu com a colocação da produção no mercado.

A suinocultura, resolvidos os problemas ambientais decorrentes do sistema de produção e do tratamento de dejetos adotado e inerentes à atividade, tem condições de ampliar significativamente sua produção, tendo em vista que o abate no frigorífico local com animais do município é de apenas 38% de sua capacidade instalada e os restantes 62% são usados para o abate de animais produzidos em outros municípios. Tais atividades têm a vantagem de utilizar, como

matéria-prima necessária à produção das rações que utiliza, produtos agrícolas oriundos de lavouras existentes no próprio município e que possuem elevada escala de produção.

Outro fator importante, especialmente no caso da suinocultura, é o domínio da tecnologia de produção e o fato de agregar valor ao ser industrializado pelo frigorífico pertencente aos próprios produtores (Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda. - COOPERCENTRAL). O comércio, que também constitui outro fator restritivo, está igualmente alicerçado no sistema cooperativista, que tem sólida experiência no setor.

. Situação (localização) geográfica do município

Este é um aspecto que suscitou algumas divergências entre os entrevistados. Entretanto, a maioria é de opinião que a localização geográfica do município é estratégica, em relação principalmente ao Norte do Estado, e que São Gabriel do Oeste pode se transformar no pólo de desenvolvimento dessa região. Além disso, e em virtude da vocação para o agronegócio, produção diversificada, cultura e tradições, aliados aos seus recursos naturais, a proximidade com Campo Grande pode ser um importante fator para consolidar o município e, seu espaço rural, um importante centro de fornecimento de bens (produtos e serviços) para a capital e sua população, em torno de 634.031 habitantes (MATO GROSSO DO SUL, 2000). Outro aspecto favorável, em relação à localização, é o fato de a rodovia, que corta o município, ser um dos pontos de passagem obrigatória na ligação rodoviária Norte—Sul do Brasil.

Uma informação citada apenas como curiosidade, pois não foi possível confirmar oficialmente, é que existe um projeto para a construção de uma estrada internacional, ligando Brasília a Assunção (Paraguai), cujo traçado passaria por São Gabriel do Oeste.

5.2 POTENCIALIDADES IMPLÍCITAS

As potencialidades consideradas como implícitas foram aquelas que os entrevistados não manifestaram claramente, mas apenas de forma subjetiva ou implícita na sua forma de se expressar. Além disso, aquelas potencialidades apenas observadas durante o trabalho de pesquisa, também estão incluídas neste grupo.

. Valorização da educação em todos os níveis

Pode-se dizer que esta foi uma das maiores unanimidades encontradas entre os entrevistados. As pessoas são altamente receptivas a qualquer tipo de capacitação que agregue novos conhecimentos e contribua para seu desenvolvimento pessoal ou das instituições a que estão ligadas e/ou são responsáveis. O ensino formal, nos seus diversos níveis, aliado à capacitação e formação profissional, é considerado, de forma explícita e/ou implícita, fundamental para o desenvolvimento de São Gabriel do Oeste.

. Rede escolar (pré-escola, ensino fundamental e médio)

O município está bem dotado, em termos de estrutura física e corpo docente, para atendimento das necessidades de educação da pré-escola, ensino fundamental e médio da população. No ensino fundamental, existem treze estabelecimentos; no ensino médio, cinco e, no pré-escolar, onze. O número de docentes para atender a esses estabelecimentos é de, respectivamente, 191, 62 e 30 (BRASIL, 2001). A rede de ensino, composta de estabelecimentos estaduais, municipais e particulares, atende às necessidades do município.

. Predisposição e vontade de estabelecer intercâmbios e parcerias com agentes externos e internos

Praticamente, todos os entrevistados demonstraram, de forma clara ou indireta, que a parceria com agentes internos e/ou externos é um fator altamente desejável e que pode trazer benefício para toda a comunidade. As propostas dos políticos, de um modo geral e da atual administração municipal, fazem referência à necessidade de serem estabelecidas parcerias e intercâmbios, tanto internos como externos. Percebe-se, nas manifestações dos entrevistados e nas observações do pesquisador na comunidade, que existe uma forte predisposição para o intercâmbio e a parceria, independente se com agentes internos e/ou externos.

. Povo de expressivo grau de politização

No transcorrer das entrevistas e pela observação do pesquisador na comunidade, foi possível detectar a insatisfação das pessoas pelas disputas políticas que não têm como foco as necessidades e anseios da população, mas tão somente os interesses pessoais e eleitoreiros de políticos tradicionais. Isto significa que há uma conscientização e um repúdio, embora velado,

mas forte, a este estilo de ser e fazer política, que interfere de forma altamente negativa no processo de desenvolvimento do município.

. População tem orgulho de São Gabriel do Oeste e sonha construir uma vida melhor

Em todos os contatos estabelecidos foi possível perceber, pelo modo de falar da população do município e de se referir à cidade, uma "pontinha de orgulho" de São Gabriel do Oeste e o sonho, a vontade e a necessidade de poder construir uma vida melhor para si e sua família. Um aspecto interessante levantado por um dos entrevistados, que merece ser citado, é que ele abandonou as suas raízes, deixando para trás sua família e migrou para São Gabriel do Oeste. Ele agora está envidando esforços para construir uma cidade que possa abrigar e dar oportunidades também para seus filhos, evitando que eles tenham que fazer o mesmo e sejam impelidos a procurar novas oportunidades em outros lugares. Ele abandonou as raízes e não quer perder os frutos. Esta história resume o sentimento de muitos dos entrevistados e também explica a vontade de construir que pode ser observada na comunidade.

. Solidariedade voluntária

As diversas entidades filantrópicas e culturais, que prestam relevantes serviços à comunidade, recebem recursos financeiros para desenvolver suas atividades de diversas fontes: do governo, de organismos externos, da classe empresarial e da população em geral. Essas doações são feitas de forma espontânea e/ou atendendo às solicitações em momentos de dificuldades ou para realização de ações específicas. Essas entidades, com a indispensável colaboração da comunidade, atuam de forma proativa nas questões sociais do município, procurando agir prioritariamente nas causas básicas dos problemas sociais.

Percebe-se que a comunidade, principalmente o setor da sociedade civil organizada, tem plena convicção de que o desenvolvimento do município passa, obrigatoriamente, pelo enfrentamento e solução das questões sociais da comunidade.

. Forte tendência ao associativismo

Muito embora tenha ouvido, com raras exceções, que falta união entre as pessoas do município, a realidade aponta para um caminho oposto. O que leva as pessoas a opinarem que falta união talvez seja em virtude da desconfiança que ainda existe na comunidade, tendo em

vista as experiências negativas do cooperativismo no município. Por certo tempo, maus dirigentes, que puderam agir livremente pela falta de participação efetiva e fiscalização do associado, administraram cooperativas de forma desastrosa, alguns até com má-fé, causando prejuízos fantásticos, não só do ponto de vista financeiro, mas principalmente na credibilidade dos adeptos à eficiência e eficácia do sistema. Entretanto, esses fatos parecem ter abalado apenas o sistema cooperativista e não o associativismo e a cooperação.

A organização social existente, as experiências exitosas de associativismo que demonstram na prática a sua importância e o seu caráter indispensável para sobreviver num mundo cada vez mais globalizado, e a necessidade que as pessoas manifestam de que haja mais união (ao afirmarem que não existe união estão implicitamente manifestando sua insatisfação com o que existe a respeito na comunidade, isto é, sentem necessidade de mais união), deixam transparecer que elas estão mais cautelosas e mais exigentes quanto à qualidade do associativismo que querem para si e para a comunidade.

. Necessidade de ampliar a base produtiva do município reconhecida pelos empresários e autoridades

Tanto os empresários como as autoridades municipais concordam que é necessário, e estão trabalhando de forma proativa, no sentido de ampliar a base produtiva do município, diversificando as atividades rurais, além das industriais e comerciais. Entretanto, a ampliação dessa base não é vista somente sob o prisma quantitativo, mas principalmente de forma qualitativa, com a verticalização da produção e agregando-se valor aos produtos primários.

. Valorização da participação popular nos conselhos e comissões municipais

Ainda não há, na prática, uma participação mais efetiva da população nos conselhos e comissões municipais. Talvez por ser a maioria uma imposição de programas vindos de outras esferas governamentais (federal e estadual) e não por uma necessidade que tenha surgido da própria comunidade. Entretanto, isto não significa que eles não sejam valorizados como uma forma de manifestação popular da sociedade organizada. Com o tempo essas estruturas devem se ajustar às necessidades da população e a participação desta, pelo que o pesquisador pôde observar, será gradativamente ampliada e consolidada.

. Estrutura fundiária

Diversos entrevistados citaram a predominância de médias propriedades como um fator positivo para o desenvolvimento do município. De acordo com o IBGE (2000b), São Gabriel do Oeste possui a seguinte estrutura fundiária: 420 estabelecimentos (35% da área) com menos de 1.000 hectares, 115 estabelecimentos (62% da área) com 1.000 a 10.000 hectares e apenas um estabelecimento (3% da área) com mais de 10.000 hectares. A área média dos estabelecimentos agropecuários é de 694 hectares.

. Atuação proativa da comunidade nas questões ambientais

A Associação dos Engenheiros-Agrônomos de São Gabriel do Oeste (AEASGO), o empresariado rural e todos os órgãos governamentais e instituições envolvidas com a produção rural sempre tiveram um papel de destaque nas questões que dizem respeito ao meio ambiente. Quando surgiam problemas referentes à produção e/ou à preservação ambiental, a comunidade adotou atitudes proativas procurando soluções que concilhassem os interesses do município como um todo. Como exemplos recentes dessa postura, tem-se o Projeto de Conservação Ambiental desenvolvido na década de 90, a instalação da unidade de recepção de embalagens de agrotóxicos após a tríplice-lavada, as pesquisas realizadas em torno do melhor sistema de produção e destino aos dejetos produzidos pela suinocultura, a preocupação com a disposição final dos resíduos sólidos (lixo urbano), além de outros.

. Cidade planejada

A cidade possui ruas e avenidas amplas e com traçado planejado. A sua localização dispõe de um amplo espaço que permite o crescimento horizontal da área urbana.

As potencialidades implícitas também foram citadas de forma hierarquizada, da mais importante para a menos importante, a partir exclusivamente do meu ponto de vista.

5.3 POTENCIALIDADES E TEORIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

A ênfase dada pelos entrevistados e pelo pesquisador nos aspectos internos (endógenos) não significa, entretanto, qualquer restrição por parte da população do município aos recursos externos (exógenos), os quais são bem-vindos e de fato têm auxiliado de forma bastante significativa, não só com recursos financeiros, mas também humanos, para o desenvolvimento do município e melhoria da qualidade de vida da sua população.

O município de São Gabriel do Oeste, tendo por base as entrevistas, a Oficina Municipal, a consulta Delfos e a observação local durante a pesquisa, tem as seguintes potencialidades básicas para o irrompimento do seu desenvolvimento comunitário e dinamismo local, sob o viés rural (mas que na prática, como já foi ressaltado em diversos pontos dos capítulos anteriores, envolve o município como um todo, em seu âmbito urbano e rural):

- a) diversificação da base produtiva;
- b) agronegócio reconhecido por todos como vocação natural do município;
- c) espírito empreendedor da população;
- d) subestação de energia existente e em operação no município;
- e) necessidade de associativismo presente na população, nos empresários e nas autoridades municipais;
- f) solos férteis em pelo menos 50% da área do município;
- g) clima favorável às culturas de verão (nunca houve frustração de safra nesta estação do ano);
- h) preocupação ambiental das autoridades e da população de modo geral;
- i) cidade planejada com ruas e avenidas amplas e espaço para crescimento horizontal;

- j) localização estratégica em relação ao Norte do Estado e do país;
- k) recursos naturais propícios ao desenvolvimento do turismo rural (em todas as suas variações: ecológico, técnico, de aventura e outras);
- l) povo altamente politizado;
- m) solidariedade voluntária por parte da população e da classe empresarial;
- n) participação popular organizada (SGO é considerado exemplo no Estado);
- o) condições de aumentar a renda rural pelo incremento na agregação de valor da produção primária na cadeia comercial;
- p) povo, autoridades e empresários do município trabalhadores (valorizam a competência) e com orgulho do município (sonho de construir);
- q) turismo cultural (voltado para a diversidade de comidas típicas, da cultura e das tradições locais).

Dentre estas, há alguns fatores endógenos, relacionados a seguir, os quais são assim considerados, inclusive na publicação do PROCODER (1996, p. 16), onde se encontra a seguinte afirmação:

Si se considera la gran variedad de situaciones, actores sociales e identidades regionales que operan en el contexto interno de países como el Brasil, puede decirse que el desarrollo local permite incorporar la diversidad de contextos y diseñar soluciones específicas para problemas específicos. Permite también reconocer, siempre y cuando existan canales de participación, descubrir y aprovechar la capacidad potencial de las comunidades humanas, para evaluar sus propios problemas y necesidades y para construir sus propias condiciones de auto-dependencia. El pensamiento colectivo, la solidaridad, el optimismo, la experiencia, la organización, la fe y el amor, son potencialidades muy fuertes para promover los cambios.

Os principais fatores endógenos encontrados pelo pesquisador e que se enquadram na idéia expressa pelo texto acima, são o da população, autoridades e empresários locais:

- a) valorizar, preservar e cultivar a tradição local e cultura local;
- b) valorizar e apoiar a educação em todos os níveis;

- c) valorizar e praticar o(a) associativismo; empreendedorismo; solidariedade social e participação popular (exemplo: A população demandou a criação do Conselho de Desenvolvimento do Município);
- d) valorizar, considerar, preservar e praticar o otimismo (exemplo: As pessoas da comunidade de São Gabriel do Oeste, naturalmente com exceções, em geral percebem as coisas pelo lado positivo);
- e) valorizar, considerar e praticar o agronegócio como vocação natural.

Para um melhor entendimento e clareza, volta-se a citar o que Ávila (2000c, p. 70) consideram como fatores endógenos do desenvolvimento local:

(...) os fatores endógenos do desenvolvimento local se constituem daqueles potenciais, dinamismos e forças tanto individuais, familiares e coletivos quanto físico-ambientais presentes explícita ou implicitamente no cotidiano de cada comunidade localizada. A título de exemplificação, são fatores endógenos: os interesses e objetivos comuns, a identidade social, cultural e histórica, a diversidade de funções individualizadas (pedreiro, costureira, administrador, contador, marceneiro, etc, etc.), muitas das quais isoladamente mal garantem a sobrevivência individual ou familiar mas que, se mobilizadas, somadas e canalizadas, constituem autênticas e concretas forças de alavancamento de progresso coletivo que a todos beneficiam; (...)

Considerando esses fatores endógenos e voltando ao núcleo conceitual do Desenvolvimento Local, formulado por Ávila (2000c, p. 68) e, posteriormente com alguns complementos³⁸ pelo próprio Ávila et al. (2000a, p. 68-69), tem-se que:

(...) o "núcleo conceitual" do desenvolvimento local consiste no efetivo desabrochamento - a partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seus status quo de vida - das capacidades, competências e habilidades de uma "comunidade definida" (portanto com interesses comuns e situada em (...) espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica), no sentido de ela mesma - mediante ativa colaboração de agentes externos e internos - incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se lhe apresentem mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios - ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade - assim como a "metabolização" comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito.

³⁸ Os acréscimos a que foi feita referência no texto encontram-se sublinhados na citação.

Observa-se, portanto, que as potencialidades básicas identificadas são compatíveis com o núcleo conceitual do desenvolvimento local e podem possibilitar que haja o irrompimento do desenvolvimento comunitário local, desde que passem do estado de capacidade/potência para o de ato.

CONCLUSÃO

No campo da educação, um aspecto de caráter fundamental nessa área, já citado, e que deve influenciar decisivamente no processo de desenvolvimento do município de São Gabriel do Oeste, foi a implantação do Campus Universitário da UCDB, permitindo dessa forma acesso ao ensino superior aos jovens e adultos do município, sem necessidade de abandonar a comunidade em que vivem. A Universidade chegou ao município graças ao empenho que a população local e o poder público vinham desenvolvendo, há muitos anos, no sentido de atrair e propiciar condições para que instituições de ensino, de diversos níveis e finalidades, ali se instalassem. Isto, sem menosprezar o ensino fundamental, o médio e o profissionalizante.

Ressalta-se que o ensino profissionalizante vem enfrentando algumas dificuldades; entretanto, podem perfeitamente ser contornadas com o apoio e a parceria de entidades dispostas a colaborar com o município nessa tarefa, entre as quais está incluído, basicamente, o SENAR - Administração Regional de Mato Grosso do Sul, que detém considerável conhecimento teórico e prático na área.

O acesso à educação, em todos os níveis e para toda a população, é fundamental para qualquer processo de desenvolvimento.

A participação popular e da sociedade civil organizada possui um campo fértil para se tornar efetiva, e influenciar de forma decisiva, as deliberações e ações políticas que traçam o destino do município. Isto é possível por intermédio das diversas comissões e conselhos implantados e em funcionamento, que permitem a interação e a atuação conjunta entre o poder público e a sociedade civil organizada.

O grande número de entidades filantrópicas, com efetiva e intensa atuação social, indica, de forma inequívoca, não só a preocupação como também a ação concreta da comunidade nesse sentido. A manutenção dessas instituições implica na disponibilidade de recursos financeiros que elas, por si só, não possuem. A comunidade, representada pelo

governo municipal, pelas empresas, entidades e população em geral, tem sido uma constante parceira e financiadora das suas atividades. Existe um consenso, na população pesquisada, que o desenvolvimento de São Gabriel do Oeste passa necessariamente pela solução dos seus problemas sociais.

Pode-se perceber que, embora de forma empírica, a comunidade também entende desenvolvimento de uma maneira próxima ao que foi referido neste trabalho, tendo em vista que duas frentes de desenvolvimento puderam ser detectadas: a social e a econômica interagindo. A social potencializando as pessoas para se tornarem sujeitos e agentes inclusive da econômica e a econômica provendo os recursos necessários à implementação da social.

Neste aspecto, a organização social da população na comunidade local, adquire um caráter de importância fundamental.

Devido à origem e formação das pessoas responsáveis e que participaram da colonização, a que foi submetido o município, existe uma grande simpatia, interesse e tendência ao associativismo — nas suas diversas formas: cooperativas, associações, entidades sindicais, parcerias e outras — o que pode ser constatado pela existência de inúmeras entidades com esse cunho no município, e que estão em plena e efetiva atividade.

Outro traço importante do perfil da comunidade é o empreendedorismo e o espírito inovador do empresariado local, além da consciência generalizada de que se deve maximizar e priorizar ao máximo o aproveitamento dos recursos locais, sem entrar na seara do xenofobismo.

A base da economia do município, o agronegócio, realizado e dependente essencialmente do espaço rural (com suas atividades econômicas nos setores primário — a agricultura, secundário — as agroindústrias, e o terciário — serviços e turismo rural), e a necessidade de seu fortalecimento por intermédio de políticas públicas que possam alavancar o seu desenvolvimento são pontos de concordância na comunidade.

O aspecto da multifuncionalidade do campo (espaço rural) deve ser objeto de esclarecimento e divulgação maciça para o público (tanto o urbano como o rural), tendo em vista o total desconhecimento do mesmo em relação ao assunto, aliado a sua grande e vital importância para o nosso processo de desenvolvimento.

A pluriatividade, múltipla inserção no mercado de trabalho, em atividades agrícolas e não-agrícolas, é um fenômeno que vem ocorrendo de forma cada vez mais intensa no meio rural, proporcionando um aumento na renda da população rural.

Isso tudo vem ratificar a convicção de que “**desenvolvimento urbano**” e “**desenvolvimento rural**” são faces de uma mesma moeda, portanto indissociáveis, para efeito de “**Desenvolvimento Local**”.

O processo de **Desenvolvimento Local** deve iniciar pela identificação e análise das potencialidades locais. Além disso, o fator endógeno mais importante para o desencadeamento do **DL** é o potencial de capacidade que a comunidade local tem para protagonizar o seu próprio desenvolvimento, ainda que para isso precise contar com alguma ajuda exógena.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000. p.301-309.

AGENDA 21 Brasileira. *Bases para discussão*. Washington Novaes (Coord.); Otto Ribas e Pedro da Costa Novaes. Brasília: MMA/PNUD, 2000. 196p.

ALTIERI, Miguel A. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Tradução de Patrícia Vaz. Rio de Janeiro: PTA/FASE. 1989. 240p.

ÁVILA, Vicente Fideles de; CAMPOS, Izaura Maria Moura; ROSA, Maria Vilma Casanova; FERRO, Regina de Fátima F. C.; PAULITSCH, Robinson Jorge. *Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos*. Coordenação e responsabilidade técnica Vicente Fideles de Ávila. Campo Grande: Editora da UCDB, 2000a. 100p.

ÁVILA, Vicente Fideles de. *A pesquisa na dinâmica da vida e na essência da universidade: ensaio de curso para estudantes, professores e outros profissionais*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 1995. 156p.

_____. *A pesquisa na vida e na universidade: ensaio de curso para estudantes, professores e outros profissionais*. Campo Grande, MS: Ed. UCDB, 2000b. 214p.

_____. Escola básica: municipalização e acesso democrático. Pro-Posições, *Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação*, UNICAMP. Campinas, SP: Cortez, n.1, mar. 1990. p. 29-38.

_____. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. In: Interações, *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Campo Grande, MS: v.1, n.1, 81 p., set. 2000c.

_____. *Repensando a relação Estado/municípios: uma sugestão para o governo de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, MS: UCDB, nov. 1996. p.173-194. (Série Estudos, 4).

BRASIL. Ministério da Educação e do desporto. *Censo educacional*. Brasília: INEP, 1996. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 18 out. 2001.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Banco da Terra*. Disponível em: <<http://www.bancodaterra.gov.br/informa.htm>>. Acesso em: 5 out. 2000a.

_____. Ministério do Meio Ambiente. *Agricultura sustentável*. Maria do Carmo Lima Bezerra e José Eli da Veiga (Coord.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consórcio Museu Emílio Goeldi, 2000b. 190 p.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Rural. Projeto PNUD/BRA/98/012. *Agricultura familiar no contexto do desenvolvimento local sustentável*. Brasília, 1998.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. In: *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, RS: EMATER/RS, v.1, n.1, p.16-37, jan./mar. 2000.

CARVALHO, Elúcio Guerreiro de; PAULITSCH, Robinson Jorge. *Administrador da pequena empresa rural*. Campo Grande, MS: SENAR-AR/MS, 1999. 51p. (Módulo1).

CAVALCANTE, Enoque Gomes. *Sustentabilidade do desenvolvimento: fundamentos teóricos e metodológicos do novo paradigma*. Recife, PE: Ed. Universitária da UFPE, 1998. 150 p.

CHIBBARO, Arnaldo. Instrumentos de política comercial de la OMC y políticas para el sector agropecuario. In: Workshop de Avaliação Técnica – Negociação e Comercialização Agropecuária e Agricultura Familiar no Mercosul. Programa Cooperativo de Desenvolvimento Rural Sustentável dos Países do Cone Sul – PROCODER, Brasília, DF, Brasil. 2001. p.13-214.

CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *Recursos humanos para o agronegócio brasileiro*. Mario Otávio Batalha et al. (Coord.). Brasília, DF: CNPq, 2000. 308p. il. (Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais-DEP/UFSCar).

CONTAG. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. *Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável*. Disponível em: <<http://www.contag.org.br>>. Acesso em: 5 set. 2000. (Palestra, 5).

COSTA RICA. Universidade Nacional. Escuela de Ciencias Agrarias. *Programa regional de maestria en desarrollo rural*. Disponível em: <<http://www.uma.ac.cr/agra/maestria.html>>. Acesso em: 25 ago. 2000.

COSTA, Cesar Augusto; PAULITSCH, Robinson Jorge; VICENTE, Gilberto Tadeu. Diagnóstico dos aspectos críticos que afetam o desenvolvimento local do município de Camapuã-MS: estudo acadêmico de caso. In: SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, 2., 2000, Campo Grande, MS. *Anais...*, Campo Grande, MS: UCDB, 2000. p.10-29.

CRISTÓVÃO, Artur Fernando A. C. Ambiente e desenvolvimento de áreas rurais marginais: o caminho tortuoso para uma relação potencialmente frutuosa. In: *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, RS: EMATER/RS, v.1, n.1, p.46-56, jan./mar. 2000.

DATERRA. *Carta da terra*. Disponível em: <<http://www.daterra.org.br>>. Acesso em: 15 ago. 2000.

EMATER/RS. Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, RS, v.1, n.1, 74p., jan./mar. 2000.

EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. *Referencial para o planejamento e ordenação territorial*. [S.l.]: Embrapa Solos/IBGE/Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste, [1999?]. Edição preliminar. 1 CD-ROM.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação. *Buscando soluções para a crise do agro: no guichê do banco ou no banco da escola?*. 1999. (Série Desenvolvimento Rural, 12).

_____. _____. *Desarrollo agropecuario: de la dependencia al protagonismo del agricultor*. 3. ed., 1993. (Série Desarrollo Rural, 9).

_____. _____. *Desenvolvimento agropecuário: da dependência ao protagonismo do agricultor*. 4. ed., 1995. (Série Desenvolvimento Rural, 9).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975. p.53.

GARCIA BALLESTEROS, Aurora (Coord.); BAYLLY, Antoine S.; EYLES, John; REDONDO, Ângela; GONZÁLEZ, Luis Miguel Barral; FERNÁNDEZ, Pablo Palmares; KEITH, Michael; CÓRDOBA, Juan; CASAMAJOR, Lluís Mallatí. *Métodos y técnicas cualitativas de investigación en geografía social*. Barcelona, Espanha: Editora Tau, 1998.

GONZÁLEZ, Román Rodríguez. La escala local del desarrollo. definición y aspectos teóricos. In *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, BA, ano 1, n. 1, nov. 1998.

IBGE. *Censo agropecuário - 1995/96*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2000a.

_____. *Contagem da população 1996*. Disponível em: <<http://www.ibge.net/ibge/estatistica/populacao/>>. Acesso em: 20 ago. 2000b.

_____. *Censo demográfico 2000*. Disponível em: <<http://www.ibge.net/ibge/estatistica/populacao/censo2000>>. Acesso em: 2 jan. 2001.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado da Produção e Desenvolvimento Sustentável. *Programa da agricultura familiar (PAF)*. Campo Grande: Secretaria de Estado da Produção e Desenvolvimento Sustentável; Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul, 1999a. 18 p.

_____. Secretaria de Planejamento e de Ciência e Tecnologia. Fundação Instituto de estudos e Planejamento de Mato Grosso do Sul. *Informações básicas de São Gabriel do Oeste*. Campo Grande, MS: IPLAN, 2000. 5p. Fotocópia.

_____. Secretaria de Planejamento e de Ciência e Tecnologia. Superintendência de Planejamento. Diretoria de Estudos e Pesquisas. *Informações básicas de Mato Grosso do Sul-1998*. Campo Grande, MS: Diretoria de Estudos e Pesquisas, jun. 1999b. 47p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Suely Ferreira Deslandes; Otavio Cruz Neto; Romeo Gomes (col.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.

NUNES, Eduardo Pereira; CONTINI, Elísio. *Dimensão do complexo agroindustrial brasileiro*. Associação Brasileira de Agribusiness. Disponível em: <<http://www.abag.com.br/>>. Acesso em: 19 out. 2000.

OIT. Centro Internacional de Formación. Programa Leader. *Boletim de Notícias DelNet*, Turim, Itália. Disponível em: <<http://www.itcilo.it/delnet>>. Acesso em: 15 jan. 2000.

_____. _____. Los fondos de aseguramiento agrícola en Mexico. *Boletim de Notícias DelNet*, Turim Itália, n.7, nov. 1999. Disponível em: <<http://www.itcilo.it/delnet>>. Acesso em: 3 dez. 1999.

PORTUGAL. Ministério do Planeamento. *Programa PPDR: promoção do potencial de desenvolvimento regional*. Disponível em: <<http://www.min-pla.pt/ppdr/estrut/sp1m4.htm>>. Acesso em: 23 out. 2001.

PROCODER-Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável dos Países do Cone Sul. *Fortalecimento institucional: descentralização e microregionalização*. Geraldine Sagredo (comp.). Santiago do Chile: PROCODER-IICA, 1996. ISBN 956-212-006-6 (Série Documentos Temáticos).

SEBRAE/MS. Serviço de Apoio à Pequena Empresa no Mato Grosso do Sul. PRODER-Programa de Emprego e Renda. *São Gabriel do Oeste: plano de ação municipal*. Campo Grande, MS, ago.1997. 65p.

SENAR. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Administração Central. *Estrutura ocupacional do meio rural*. Brasília, DF, 1995a. 27p. (Série Metodológica, 2).

_____. _____. _____. *Legislação básica*. Brasília, DF, 1993. 50p.

_____. _____. _____. *Mercado de trabalho rural: informação e aplicação*. Coordenação técnica Ivo Steffen. Elaboradores Celso Iran Puget Botelho et al. Brasília: SENAR/OIT, 1999. 90p.

_____. _____. _____. *Princípios e diretrizes da formação profissional rural e da promoção social*. Brasília, DF, 1995b. 18p. (Série Metodológica, 1).

SILVA, José Graziano; GROSSI, Mauro Eduardo del. O novo rural brasileiro. In: ENCONTRO DE JOVENS AGRICULTORES COOPERATIVISTA A CAMINHO DA SUSTENTABILIDADE, 3. Campinas: UNICAMP; Fundação Lyndolfo Silva/BNAF. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/projetos/palestra_Bnaf/palest11.htm>. Acesso em: 5 jan. 2001. 7p.

TORO, José Bernardo A.; WERNECK, Nísia Maria Duarte. *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal/Secretaria de Recursos Hídricos. Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior – ABEAS/UNICEF, 1997.

UNICAMP. *Projeto Rurbano*. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br>>. Acesso em: 5 set. 2000.

VEIGA, José Eli da. *A face rural do desenvolvimento*: natureza, território e agricultura. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. 197p.

ANEXOS

ANEXO A – Carta da Terra - UNESCO.

A CARTA DA TERRA³⁹

UNESCO

PREÂMBULO

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que, nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações.

Terra, Nosso Lar

A humanidade é parte de um vasto universo em evolução. A Terra, nosso lar, está viva com uma comunidade de vida única. As forças da natureza fazem da existência uma aventura exigente e incerta, mas a Terra providenciou as condições essenciais para a evolução da vida. A capacidade de recuperação da comunidade da vida e o bem-estar da humanidade dependem da preservação de uma biosfera saudável com todos seus sistemas ecológicos, uma rica variedade de plantas e animais, solos férteis, águas puras e ar limpo. O meio ambiente global com seus recursos finitos é uma preocupação comum de todas as pessoas. A proteção da vitalidade, diversidade e beleza da Terra é um dever sagrado.

³⁹ No dia 14 de março de 2000 na Unesco em Paris foi aprovada depois de 8 anos de discussões em todos os continentes, envolvendo 46 países e mais de cem mil pessoas, desde escolas primárias, esquimós, indígenas da Austrália, do Canadá e do Brasil, entidades da sociedade civil, até grandes centros de pesquisa, universidades e empresas e religiões a Carta da Terra. Ela deverá ser apresentada e assumida pela ONU no ano 2002 com o mesmo valor da Declaração dos Direitos Humanos. Por ela poder-se-ão agarrar os agressores da dignidade da Terra, os Pinochets anti-ecológicos em qualquer parte do mundo e levá-los aos tribunais. Na Comissão de Redação estavam Mikhail Gorbachev, Maurice Strong, Steven Rockefeller, Mercedes Sosa, Leonardo Boff e outros. (DATERRA. *Carta da terra*. Disponível em: <<http://www.daterra.org.br>>. Acesso em: 15 ago. 2000.).

A Situação Global

Os padrões dominantes de produção e consumo estão causando devastação ambiental, redução dos recursos e uma massiva extinção de espécies. Comunidades estão sendo arruinadas. Os benefícios do desenvolvimento não estão sendo divididos equitativamente e o fosso entre ricos e pobres está aumentando. A injustiça, a pobreza, a ignorância e os conflitos violentos têm aumentado e é causa de grande sofrimento. O crescimento sem precedentes da população humana tem sobrecarregado os sistemas ecológico e social. As bases da segurança global estão ameaçadas. Essas tendências são perigosas, mas não inevitáveis.

Desafios Para o Futuro

A escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida. São necessárias mudanças fundamentais dos nossos valores, instituições e modos de vida. Devemos entender que quando as necessidades básicas forem atingidas, o desenvolvimento humano é primariamente ser mais, não, ter mais. Temos o conhecimento e a tecnologia necessários para abastecer a todos e reduzir nossos impactos ao meio ambiente. O surgimento de uma sociedade civil global está criando novas oportunidades para construir um mundo democrático e humano. Nossos desafios ambientais, econômicos, políticos, sociais e espirituais estão interligados e juntos podemos forjar soluções includentes.

Responsabilidade Universal

Para realizar estas aspirações devemos decidir viver com um sentido de responsabilidade universal, identificando-nos com toda a comunidade terrestre bem como com nossa **comunidade local**. Somos ao mesmo tempo cidadãos de nações diferentes e de um mundo no qual **a dimensão local e global estão ligadas**. Cada um comparte responsabilidade pelo presente e pelo futuro, pelo bem estar da família humana e do grande mundo dos seres vivos. O espírito de solidariedade humana e de parentesco com toda a vida é fortalecido quando vivemos com reverência o mistério da existência, com gratidão pelo presente da vida, e com humildade considerando o lugar que ocupa o ser humano na natureza.

Necessitamos com urgência de uma visão de valores básicos para proporcionar um fundamento ético à emergente comunidade mundial. Portanto, juntos na esperança, afirmamos

os seguintes princípios, todos interdependentes, visando um modo de vida sustentável como critério comum, através dos quais a conduta de todos os indivíduos, organizações, empresas de negócios, governos e instituições transnacionais será guiada e avaliada.

PRINCÍPIOS

I. RESPEITAR E CUIDAR DA COMUNIDADE DE VIDA

1. Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade.

a. Reconhecer que todos os seres são interligados e cada forma de vida tem valor, independentemente do uso humano.

b. Afirmar a fé na dignidade inerente de todos os seres humanos e no potencial intelectual, artístico, ético e espiritual da humanidade.

2. Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor.

a. Aceitar que com o direito de possuir, administrar e usar os recursos naturais vem o dever de impedir o dano causado ao meio ambiente e de proteger o direito das pessoas.

b. Afirmar que o aumento da liberdade, dos conhecimentos e do poder comporta responsabilidade na promoção do bem comum.

3. Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.

a. Assegurar que as comunidades em todos níveis garantam os direitos humanos e as liberdades fundamentais e dar a cada uma a oportunidade de realizar seu pleno potencial.

b. Promover a justiça econômica propiciando a todos a consecução de uma subsistência significativa e segura, que seja ecologicamente responsável.

4. Garantir a generosidade e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações.

a. Reconhecer que a liberdade de ação de cada geração é condicionada pelas necessidades das gerações futuras.

b. Transmitir às futuras gerações valores, tradições e instituições que apoiem, a longo termo, a prosperidade das comunidades humanas e ecológicas da Terra.

Para poder cumprir estes quatro extensos compromissos, é necessário:

II. INTEGRIDADE ECOLÓGICA

5. Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial preocupação pela diversidade biológica e pelos processos naturais que sustentam a vida.

a. Adotar planos e regulações de desenvolvimento sustentável em todos os níveis que façam com que a conservação ambiental e a reabilitação sejam parte integral de todas as iniciativas de desenvolvimento.

b. Estabelecer e proteger as reservas com uma natureza viável e da biosfera, incluindo terras selvagens e áreas marinhas, para proteger os sistemas de sustento à vida da Terra, manter a biodiversidade e preservar nossa herança natural.

c. Promover a recuperação de espécies e ecossistemas em perigo.

d. Controlar e erradicar organismos não-nativos ou modificados geneticamente que causem dano às espécies nativas, ao meio ambiente, e prevenir a introdução desses organismos daninhos.

e. Manejar o uso de recursos renováveis como a água, solo, produtos florestais e a vida marinha com maneiras que não excedam as taxas de regeneração e que protejam a sanidade dos ecossistemas.

f. Manejar a extração e uso de recursos não renováveis como minerais e combustíveis fósseis de forma que diminua a exaustão e não cause sério dano ambiental.

6. Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e quando o conhecimento for limitado, tomar o caminho da prudência.

a. Orientar ações para evitar a possibilidade de sérios ou irreversíveis danos ambientais mesmo quando a informação científica seja incompleta ou não conclusiva.

b. Impôr o ônus da prova àqueles que afirmam que a atividade proposta não causará dano significativo e fazer com que os grupos sejam responsabilizados pelo dano ambiental.

c. Garantir que a decisão a ser tomada se oriente pelas consequências humanas globais, cumulativas, de longo termo, indiretas e de longa distância.

d. Impedir a poluição de qualquer parte do meio ambiente e não permitir o aumento de substâncias radioativas, tóxicas ou outras substâncias perigosas.

e. Evitar que atividades militares causem dano ao meio ambiente.

7. Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário.

a. Reduzir, reutilizar e reciclar materiais usados nos sistemas de produção e consumo e garantir que os resíduos possam ser assimilados pelos sistemas ecológicos.

b. Atuar com restrição e eficiência no uso de energia e recorrer cada vez mais aos recursos energéticos renováveis como a energia solar e a do vento.

c. Promover o desenvolvimento, a adoção e a transferência equitativa de tecnologias ambientais saudáveis.

d. Incluir totalmente os custos ambientais e sociais de bens e serviços no preço de venda e habilitar aos consumidores identificar produtos que satisfaçam as mais altas normas sociais e ambientais.

e. Garantir acesso universal ao cuidado da saúde que fomente a saúde reprodutiva e a reprodução responsável.

f. Adotar estilos de vida que acentuem a qualidade de vida e o suficiente material num mundo finito.

8. Avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover a troca aberta e uma ampla aplicação do conhecimento adquirido.

a. Apoiar a cooperação científica e técnica internacional relacionada à sustentabilidade, com especial atenção às necessidades das nações em desenvolvimento.

b. Reconhecer e preservar os conhecimentos tradicionais e a sabedoria espiritual em todas as culturas que contribuem para a proteção ambiental e o bem-estar humano.

c. Garantir que informações de vital importância para a saúde humana e para a proteção ambiental, incluindo informação genética, estejam disponíveis ao domínio público.

III. JUSTIÇA SOCIAL E ECONÔMICA

9. Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social, econômico e ambiental.

a. Garantir o direito à água potável, ao ar puro, à segurança alimentar, aos solos não contaminados, ao abrigo e saneamento seguro, distribuindo os recursos nacionais e internacionais requeridos.

b. Prover cada ser humano de educação e recursos para assegurar uma subsistência sustentável, e dar seguro social [médico] e segurança coletiva a todos aqueles que não são capazes de manter-se a si mesmos.

c. Reconhecer ao ignorado, proteger o vulnerável, servir àqueles que sofrem, e permitir-lhes desenvolver suas capacidades e alcançar suas aspirações.

10. Garantir que as atividades econômicas e instituições em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável.

a. Promover a distribuição equitativa da riqueza dentro e entre nações.

b. Incrementar os recursos intelectuais, financeiros, técnicos e sociais das nações em desenvolvimento e aliviar as dívidas internacionais onerosas.

c. Garantir que todas as transações comerciais apoiem o uso de recursos sustentáveis, a proteção ambiental e normas laborais progressistas.

d. Exigir que corporações multinacionais e organizações financeiras internacionais atuem com transparência em benefício do bem comum e responsabilizá-las pelas consequências de suas atividades.

11. Afirmar a igualdade e a equidade de gênero como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, ao cuidado da saúde e às oportunidades econômicas.

a. Assegurar os direitos humanos das mulheres e das meninas e acabar com toda violência contra elas.

b. Promover a participação ativa das mulheres em todos os aspectos da vida econômica, política, civil, social e cultural como parceiros plenos e paritários, tomadores de decisão, líderes e beneficiários.

c. Fortalecer as famílias e garantir a segurança e a criação amorosa de todos os membros da família.

12. Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social, capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, dando especial atenção aos direitos dos povos indígenas e minorias.

a. Eliminar a discriminação em todas suas formas, como as baseadas na raça, cor, gênero, orientação sexual, religião, idioma e origem nacional, étnica ou social.

b. Afirmar o direito dos povos indígenas à sua espiritualidade, conhecimentos, terras e recursos, assim como às suas práticas relacionadas a formas sustentáveis de vida.

c. Honrar e apoiar os jovens das nossas comunidades, habilitando-os para cumprir seu papel essencial na criação de sociedades sustentáveis.

d. Proteger e restaurar lugares notáveis, de significado cultural e espiritual.

IV. DEMOCRACIA, NÃO VIOLÊNCIA E PAZ

13. Fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e proporcionar-lhes transparência e prestação de contas no exercício do governo, a participação inclusiva na tomada de decisões e no acesso à justiça.

a. Defender o direito a todas as pessoas de receber informação clara e oportuna sobre assuntos ambientais e todos os planos de desenvolvimento e atividades que poderiam afetá-las ou nos quais tivessem interesse.

b. Apoiar sociedades locais, regionais e globais e promover a participação significativa de todos os indivíduos e organizações na toma de decisões.

c. Proteger os direitos à liberdade de opinião, de expressão, de assembléia pacífica, de associação e de oposição [ou discordância].

d. Instituir o acesso efetivo e eficiente a procedimentos administrativos e judiciais independentes, incluindo mediação e retificação dos danos ambientais e da ameaça de tais danos.

e. Eliminar a corrupção em todas as instituições públicas e privadas.

f. Fortalecer as comunidades locais, habilitando-as a cuidar dos seus próprios ambientes e designar responsabilidades ambientais a nível governamental onde possam ser cumpridas mais efetivamente.

14. Integrar na educação formal e aprendizagem ao longo da vida os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável.

a. Oferecer a todos, especialmente a crianças e jovens, oportunidades educativas que os habilite a contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentável.

b. Promover a contribuição das artes e humanidades assim como das ciências na educação sustentável.

c. Intensificar o papel dos meios de comunicação de massas no sentido de aumentar a conscientização dos desafios ecológicos e sociais.

d. Reconhecer a importância da educação moral e espiritual para uma subsistência sustentável.

15. Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração.

a. Impedir crueldades aos animais mantidos em sociedades humanas e diminuir seus sofrimentos.

b. Proteger animais selvagens de métodos de caça, armadilhas e pesca que causem sofrimento externo, prolongado ou evitável.

c. Evitar ou eliminar ao máximo possível a captura ou destruição de espécies que não são o alvo [ou objetivo].

16. Promover uma cultura de tolerância, não violência e paz.

a. Estimular e apoiar os entendimentos mútuos, a solidariedade e a cooperação entre todas as pessoas, dentro e entre nações.

b. Implementar estratégias amplas para prevenir conflitos violentos e usar a colaboração na resolução de problemas para manejar e resolver conflitos ambientais e outras disputas.

c. Desmilitarizar os sistemas de segurança nacional até chegar ao nível de uma postura não provocativa da defesa e converter os recursos militares em propósitos pacíficos, incluindo restauração ecológica.

d. Eliminar armas nucleares, biológicas e tóxicas e outras armas de destruição de massa.

e. Assegurar que o uso de espaços orbitais e exteriores mantenham a proteção ambiental e a paz.

f. Reconhecer que a paz é a integridade criada por relações corretas consigo mesmo, com outras pessoas, outras culturas, outras vidas, com a Terra e com o grande Todo do qual somos parte.

O CAMINHO ADIANTE

Como nunca antes na história o destino comum nos conclama a buscar um novo começo. Tal renovação é a promessa dos princípios da Carta da Terra. Para cumprir esta promessa, temos que comprometer-nos a adotar e promover os valores e objetivos da Carta.

Isto requer uma mudança na mente e no coração. Requer um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade universal. Devemos desenvolver e aplicar com imaginação a visão de um modo de vida sustentável a nível local, nacional, regional e global. Nossa diversidade cultural é uma herança preciosa e diferentes culturas encontrarão suas próprias e distintas formas de realizar esta visão. Devemos aprofundar e expandir o diálogo

global gerado pela Carta da Terra, porque temos muito que aprender da continuada busca de verdade e de sabedoria.

A vida muitas vezes envolve tensões entre valores importantes. Isto pode significar escolhas difíceis. Porém necessitamos encontrar caminhos para harmonizar a diversidade com a unidade, o exercício da liberdade com o bem comum, objetivos de curto prazo com metas de longo prazo. Todo indivíduo, família, organização e comunidade têm um papel vital a desempenhar. As artes, as ciências, as religiões, as instituições educativas, os meios de comunicação, as empresas, as organizações não governamentais e os governos são todos chamados a oferecer uma liderança criativa. A parceria entre governo, sociedade civil e empresa é essencial para uma governabilidade efetiva.

Para construir uma comunidade global sustentável, as nações do mundo devem renovar seu compromisso com as Nações Unidas, cumprir com suas obrigações respeitando os acordos internacionais existentes e apoiar a implementação dos princípios da Carta da Terra junto com um instrumento internacional legalmente vinculante com referência ao ambiente e ao desenvolvimento.

Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência face à vida, por um compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, pela rápida luta pela justiça e pela paz e pela alegre celebração da vida.

ANEXO B - Instituições atuantes em prol do desenvolvimento rural nas diversas regiões do Brasil.

Entidade	Endereço eletrônico
AAO – Associação de Agricultura Orgânica	www.nead.org.br/portugues/ongs
AACC-RN - Associação de Apoio às Comunidades do Campo	
ABD – Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica	
ABIO – Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro	
ACB – Associação Cristã de Base	
ACS - Associação Comunitária de Salobro	
ADEC - Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural	
AEC/CIER - Associação Escola Comunidade do Centro de Integração de Educação Rural de Vila Pavão	
AGROTEC - Centro de Tecnologia Agro-ecológica de Pequenos Agricultores	
APACO – Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense	
APAEB Araci - Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Araci	
APAEB Valente – Associação. Dos Pequenos Agricultores do Município de Valente	
APATO – Alternativas para Pequena Agricultura no Tocantins	
APREMAVI – Associação de Preservação de Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí	
APTA - Associação de Programas em Tecnologias Alternativas	
ARPA – Associação Regional dos Pequenos Produtores Agroecológicos	
ASCOPEP – Associação Cooperativista dos Pequenos Produtores de Jaguarari	
AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa	
ASPROAÇU – Associação dos Produtores Rurais do Zé Açu	
ASSESOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural	
ASSOCENE - Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste	
CAA – Centro de Assessoria do Assuruá	
CAA-NM - Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas	
CAATINGA – Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas	
CAMPO VALE – Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha	
CAPA III – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor	
CAPA IV - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor	
CAPINA – Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa	
CCSP - Centro Comunitário de Serviços de Pintadas	
CECOR – Centro de Educação Comunitária Rural do Polo Sertão Central	
CEFAS – Centro Educacional São Francisco de Assis	
Centro de Assessoria aos Movimentos Populares e Sindicais do Sul de Minas	
Centro Ecológico	
CENTRO SABIÁ - Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá	www.nead.org.br/portugues/ongs
CENTRO VIANEI DE EDUCAÇÃO POPULAR – Associação Vianei de Cooperação e Intercâmbio no Trabalho, Educação, Cultura e Saúde	
CEPAC - Centro Piauiense de Ação Cultural	
CEPAGRI – Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais	
CEPAGRO – Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo	
CEPEMA – Fundação Cultural Educacional Popular em Defesa do Meio Ambiente	

(continua)

ANEXO B - Instituições atuantes em prol do desenvolvimento rural nas diversas regiões do Brasil. (continuação)

Entidade	Endereço eletrônico
CEPFS – Centro de Educação Popular e Formação Sindical	www.nead.org.br/portugues/ongs
CETAP - Centro de Tecnologias Alternativas Populares	
CETRA – Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador	
CMC - Centro das Mulheres do Cabo	
CPI-AC – Comissão Pró-Índio do Acre	
CPT - AM - Comissão Pastoral da Terra - Regional Amazonas	
CPT - Mucuri - Comissão Pastoral da Terra - Vale do Mucuri	
CTA – Associação Centro de Tecnologia Alternativa	
CTA – Centro dos Trabalhadores da Amazônia	
CTA-ZM – Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata	
ESPLAR - Centro de Pesquisa e Assessoria Esplar	
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional	
FUNDAÇÃO GAIA	
FUNDAÇÃO RURECO - Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro Oeste do Paraná	
FUNDEP – Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Cealeiro	
FUNDIFRAN – Fundação do Desenvolvimento Integrado do São Francisco	
Grupo de Agricultura Ecológica Kapi'xawa ou Grupo Kapi'xawa	
GVAA – Grupo Verde de Agricultura Alternativa	
IBD – Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica - Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural	
IDACO - Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária	
IMAFLOA – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola	
MEPES – Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo	
MOC – Movimento de Organização Comunitária	
MULTICOOP – Cooperativa Multidisciplinar de Prestação de Serviços e Assistência Técnica	
PROJETO DENES – Projeto Denes de Conscientização, Ecologia, Agricultura e Saúde Alternativas – FASE II	
REBRAF - Instituto Rede Brasileira Agroflorestal	
RECA (Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado) – Associação dos Pequenos Produtores do Projeto RECA.	
REDE – Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas	
SASOP – Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais	
S.T.R.C - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carauari	
STR DE VARZELÂNDIA – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Varzelândia	
TERRA VIVA – Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Extremo Sul da Bahia	
DESER – Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais	

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. *Instituições atuantes em prol do desenvolvimento rural nas diversas regiões do Brasil*. Brasília: NEAD. Disponível em: <www.nead.org.br/portugues/ongs>. Acesso em: 18 set. 2001.

ANEXO C - Instituições que atuam em desenvolvimento local em diversos países.

País	Nome	Endereço na internet
Argentina	Arbres de Vie	arbres.de.vie@wanadoo.fr
Argentina	Comisión Nacional para el desarrollo de la Región Patagónica	ledesma@fibertel.com.ar
Argentina	FACEPT – Federación de Asociaciones Centros Educativos para la Producción Total	Facept@cvtci.com.ar
Argentina	Facultad de CC. Políticas y Relaciones Internacionales. Universidad Nacional de Rosario	www.fcpolit.unr.edu.ar/ PolitGestion.htm
Argentina	Provincial de Administración Pública	Secgral@ipap.sg.gba.gov.ar
Argentina	ISTPT - Instituto Superior Técnico para la Producción Total	Facept@cvtci.com.ar
Argentina	Municipalidad de Bragado	www.bragado.gov.ar
Argentina	Municipalidad de Cipoletti	advance.com.ar/usuarios/vanguard
Argentina	Municipalidad de Jujuy	
Argentina	Polo Tecnológico Constituyentes	www.cnea.gov.ar/polo/espa.htm
Argentina	PPDL – Programa de Promoción del Desarrollo Local de la Secretaría de desarrollo social del Gobierno de la Nación Argentina	www.inta.gov.ar/apinet/ ppdl/homeppdl.htm
Argentina	Programa de Fortalecimiento de la Sociedad Civil. Secretaria de Desarrollo Social (SDS). Facultad de Trabajo Social de la Universidad Nacional de Entre Ríos (UNER)	www.geocities.com/ CapitolHill/9344
País	Nome	Endereço na internet
Argentina	Proyecto Desarrollo y Gestión Municipal. Universidad Nacional de Entre Ríos	www.uner.edu.ar
Argentina	Fundación Juan Minetti	fjm@juanminetti.com.ar
Argentina	Programa ProHuerta INTA- Tucumán	Efama@inta.gov.ar
Bolivia	CIPRODEC – Centro de Investigación, Promoción y Desarrollo de la Ciudad	cesar@comteco.entelnet.bo
Brasil	CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos	www.cefetcampos.br
Brasil	OIT Brasília	www.ilo.org
Brasil	SEBRAE – Servicios de Apoyo a la pequeña empresa	www.sebraepr.com.br/
Brasil	SERE (Serviço de Estudos e Realizações Empresariais e Sociais / Fundação Friedrich Ebert)	www.fes.org
Cabo Verde	Asociación Nacional de Municipios. Cabo Verde	joanabrito@yahoo.com
Cabo Verde	Instituto Nacional de Administración Pública. Cabo Verde	inag@mail.cvtelecom.cv
Centroamérica	REDADEL Red Centroamericana de Agencias de Desarrollo	www.oit.or.cr/adel.html
Colombia	Fundación Friedrich Ebert - FESCOL	www.fescol.org.co
Colombia	Fundación Antonio Retrepo Barco	frbarco@latino.net.co
Colombia	Fundacion Corona	www.fundacioncorona.org.co
Colombia	Observatorio de Empleo. Ministerio de Trabajo	mtcte@gaitana.interred.net.co
Colombia	PNUD Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo	www.pnud.org.co
Colombia	SENA - Servicio Nacional de Aprendizaje	www.senamed.edu.co
Costa Rica	OIT San José	www.oit.or.cr
Costa Rica	Universidad Nacional de Costa Rica	www.una.ac.cr
Ecuador	CEA–Coordinadora Ecuatoriana de Agroecología	cea@ecuanex.net.ec
El Salvador	Agencia de Desarrollo Local de Morazán	Adelmor@netcomsa.com
El Salvador	FUNDAMUNI –Fundación de Apoyo a Municipios de El Salvador	fundamuni@ejje.com
El Salvador	FUNDAUNGO – Fundación Dr. Guillermo Manuel Ungo	fungo@es.com.com
El Salvador	FUNDE – Fundación Nacional para el Desarrollo	funde@ejje.com
El Salvador	PRODEL - Proyecto de Promoción de Desarrollo Económico Local en el Área Metropolitana de San Salvador	www.prodel.org.sv

(continua)

ANEXO C - Instituições que atuam em desenvolvimento local em diversos países.
(continuação)

País	Nome	Endereço na internet
El Salvador	Proyecto Capacidad 21 (Proyecto PNUD/Gobierno de El Salvador)	Cap21els@salnet.net
El Salvador	Proyecto de Desarrollo Humano Sostenible (Proyecto PNUD/Gobierno de El Salvador)	Cap21els@salnet.net
El Salvador	UNFPA – Fondo de las Naciones Unidas para la Población	www.unfpa.org/
Espanha	ASAM Asociación de Municipios de Aragón	www.asam-aragon.org/que.htm
Espanha	Ayuntamiento de Sevilla. Tenencia de Alcaldía de Economía y Empleo	www.dipusevilla.es
Espanha	Consejo Comarcal del Baix Llobregat	www.virtualbaix.com/lacomarca/consell1.html
Espanha	CREAMA – Consorcio para la recuperación económica y de la actividad de la Marina Alta	www.creama.org
Espanha	Diputación Provincial de Barcelona	www.diba.es
Espanha	PRODER – Asociación para el desarrollo de la Zona Rural de la Comarca de Jerez	jerural@clientes.unicaja.es
Estados Unidos	Fundación Interamericana – Inter American Foundation	www.iaf.gov
Guatemala	IEPADES - Instituto de Enseñanza para el Desarrollo Sostenible	iepades@infovia.com.gt
Guatemala	PROSIGUA, Programa de Apoyo al Sector Informal de Guatemala	www.prosigua.infovia.com.gt/
Guatemala	Muni-k'at Instituto de Formación e Investigación para el Fortalecimiento de la Sociedad Civil y la Administración Municipal	Munikat@guate.net
Haiti	Groupe Technologie Intermediaire	www.rehred-haiti.net
Honduras	ADEVAS Ocotepeque	www.oit.or.cr/adel/miembro/ho-oc.html
Honduras	COHASA II - Cooperación Hondureño – Alemana de Seguridad Alimentaria	Cohasa@datum.hn
Honduras	FUNADEH - Fundación Nacional para el Desarrollo del Honduras	www.funadeh.hn2.com
Honduras	PASI – Programa de apoyo al sector informal en Honduras	Acprodih@sdnhon.org.hn
Honduras	Municipalidad de Siguatopeque	Cie@sdnhon.org.hn
Italia	Re. Te ONG	rete@arpnet.it
México	AMMAC – Asociación de Municipios de Mexico A.C.	www.ammac.org.mx
México	INDETEC - Instituto para el Desarrollo Técnico de las Haciendas Públicas	indetecmail@iserve.net.mx
México	Partido de Acción Nacional	www.pan.org.mx/
México	Fundación para el desarrollo de la Iniciativa Local	www.iniloc.org.mx
Nicaragua	Agencia de Desarrollo Local de León	www.oit.or.cr/adel/miembro/ni-le.html
Nicaragua	Agencia de Desarrollo Local de Nueva Segovia	www.oit.or.cr/adel/miembro/ni-ns.html
Peru	COINCIDE -Coordinación Intercentros de Investigación, Desarrollo y Educación	coincide@telser.com.pe
Peru	Centro de estudios sociales Solidaridad	cess@telematic.edu.pe
Peru	DESCO Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo	www.desco.org.pe
Peru	Intermediate Technology Development	www.itdg.org.pe
Red Regional Latinoamericana	Red PREVAL - Programa/Red para el fortalecimiento de la capacidad regional de evaluación de los proyectos de reducción de la pobreza rural en América Latina y el Caribe	www.fidamerica.cl/preval.htm

(continua)

ANEXO C - Instituições que atuam em desenvolvimento local em diversos países.
(continuação)

País	Nome	Endereço na internet
Uruguay	CUDECOOP Propuesta de Descentralización y Desarrollo Local – La Paloma	www.cudecoop.org.uy
Venezuela	BSCG - Best Strategies Consulting Group	nlederman@cantv.net
Venezuela	SOCSAL Servicio de apoyo local	socsal@cantv.net
Venezuela	Acción Campesina	accicamp@telcel.net.ve

Fonte: OIT. Centro Internacional de Formación.. Microcrédito. *Boletim de Notícias DelNet*, Turim, Itália, n. 4, set. 2000. Especial. Edição em português. Disponível em: <<http://www.itcilo.it/delnet>>. Acesso em: 15 out. 2000.